UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Nos (ciber)espaços de leitura: sentidos e sujeitos em trânsito

Ludmila Ferrarezi

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciências, Área: Psicologia.

Ribeirão Preto –SP

2014

LUDMILA FERRAREZI

Nos (ciber)espaços de leitura: sentidos e sujeitos em trânsito

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciências, Área: Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lucília Maria Abrahão e Sousa

Ribeirão Preto- SP

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ferrarezi, Ludmila

Nos (ciber)espaços de leitura: sentidos e sujeitos em trânsito / Ludmila Ferrarezi.- Ribeirão Preto, 2014.

172 p. : il. ; 30cm

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Área: Psicologia.

Orientadora: Profª Drª Lucília Maria Abrahão e Sousa

1. Leitura. 2. Internet. 3. Discurso 4. Sentido. 5. Sujeito.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ludmila Ferrarezi

Nos (ciber)espaços de leitura: sentidos e sujeitos em trânsito

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que deram significado a todo esse percurso trilhado até aqui:

À FAPESP, que, mais uma vez, proporcionou as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do meu fazer de analista;

Um agradecimento mais que especial à Lucília Maria Abrahão e Sousa, que, antes de ocupar generosamente o lugar de orientadora, mestre e modelo de mulher, mãe, artista e docente dedicada, que ama aquilo que faz, foi a responsável por me apresentar à universidade e a uma teorianálise que me instigou desde o início e que levarei sempre comigo, dentro e fora do meio acadêmico, sustentando meu olhar desconfiado e o estranhamento perante aquilo que nos parece tão natural...As palavras de Lucília vieram ao encontro de meus anseios pelo novo, que se fez presente nesse olhar outro sobre a língua, o sujeito e o discurso, tão avesso a tudo o que havia aprendido até então, dos bancos escolares. Obrigada por ter guiado minhas descobertas até aqui, por ter proporcionado tantas oportunidades de crescimento, tantos desafios e momentos de alegria, por ter relevado tantas faltas e falhas, marcas indeléveis de ser humano, de ser sujeito. Por ter acreditado em mim todos esses anos, uma década de laços (res)significados e de partilhas, o meu sincero agradecimento;

À professora Soraya Maria Romano Pacífico, por ter estado tão carinhosamente presente não apenas na banca examinadora, mas por ter acompanhado todos os meus passos até aqui, uma presença constante que muito me ajudou a crescer, seja nos grupos de estudo, nas escritas compartilhadas, nos eventos científicos, ou, nos momentos de apreensão, de riso e aprendizagem. Agradeço muito todas as contribuições valiosas para o(s) meu(s) trabalho(s), colocações tão generosas e delicadas, que sempre me impulsionaram em direção a um exercício de reflexão e análise mais profícuo;

À professora Vanise Medeiros, por ter deixado os limites da cidade maravilhosa para compor a banca examinadora de qualificação deste trabalho, o qual foi acolhido de maneira tão calorosa. Obrigada pelas inúmeras contribuições e pelos instigantes questionamentos que me foram dirigidos e que contribuíram para a finalização do texto;

A todos os membros da banca examinadora de defesa da tese, que tão gentilmente aceitaram nosso convite para estarem presentes no momento final desse percurso;

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, especialmente Jacqueline Corrêa, com quem pude contar nos momentos de dúvida e necessidade;

Aos meus amados e tão dedicados pais, Marilene Baratella Ferrarezi e Euripedes Ferrarezi, pela paciência, incentivo e apoio incondicionais, por terem aberto os caminhos da vida, dos afetos e dos saberes;

À minha querida irmã, Lígia Ferrarezi, que ocupa tantas posições em minha vida! Com quem sempre dividi tudo e pude contar, em todos os momentos desse percurso que trilhei até aqui. Obrigada pelo incentivo e pelo suporte, suprimo, muitas vezes, as minhas inúmeras ausências;

À sempre presente (de) tia, Maria Del Lama, que tanto me ajudou e incentivou em todos esses anos de formação escolar e acadêmica. Obrigada por toda a atenção, suporte e preces que sempre dedicou a mim;

À minha querida *nonnina*, Catarina Deserto Ferrarezi, que, ainda na minha infância, despertou-me os sentidos de valorização do acesso à leitura e ao mundo das palavras, ao mesmo tempo em que compreendia que ele não está aberto a todos aqueles que o desejam. Fez-me valorizar, também, os saberes que não foram construídos nas escolas, pela via da escrita, da ciência ou da lei, o que está no âmago de minha identificação com uma teoria que recusa a crença no sentido único e que concebe o político e o ideológico como causa daquilo que falha;

À Maria de Lourdes Dias Fontes, minha generosa professora de francês, que, com seus valiosos ensinamentos, ajudou-me a construir o conhecimento necessário para compreender a bela língua de Pêcheux e outros tantos "Micheis" que figuram em minha cabeceira e nas páginas desse texto. *Merci beaucoup!*;

À Thaís Helena Marcos, amiga-escudeira de tantos anos e batalhas, com quem aprendi o sentido de algo muito caro a esse trabalho: o compartilhar;

Aos amigos de todas e quaisquer horas, Gustavo Grandini Bastos e Willian Eduardo Righini de Souza, com quem com-partilho as agruras e as delícias de ser pesquisadora; amigos leais que, com tanta paciência, me acolhem e me incentivam sempre a manter a fé e a força na l(ab)uta diária;

À Cynara Maria Andrade Telles, Fernanda Correia Silveira Galli, Francis Lampoglia e Vivian Lemes Moreira, amigas tão queridas que conheci em meu fazer acadêmico, ambiente nem sempre fecundo para belas amizades, que vencem, graças ao afeto e, também, à Internet, as dificuldades impostas pelo dia-a-dia, as pequenas e grandes distâncias que poderiam nos separar, até mesmo um oceano de lonjura, não é, Vivian? Pessoas que dividem comigo as alegrias, as dúvidas, estendendo uma mão generosa sempre que preciso;

A todos os meus colegas do E-L@DIS, especialmente, à Ane Ribeiro Patti, Daiana de Oliveira Faria, Daniela Gorgenon, Jonathan Raphael Bertassi da Silva e Thaís Harumi Manfré Yado, queridos amigos, companheiros, com os quais construí, ao longo dos últimos anos, laços de proximidade e afeto que vão além dos que nos unem como grupo de pesquisa; tê-los todos por perto nessa caminhada foi uma imensa alegria!;

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta na feitura deste trabalho.

*[...]O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, buscamos refletir sobre a leitura, a rede, o sujeito e a produção de sentidos, de uma maneira mais crítica e fecunda, que não leva em conta apenas as questões técnicas, ligadas à materialidade do arquivo, mas a sua dimensão político-ideológica. Procuramos analisar a produção e circulação de sentidos nos arquivos discursivos sobre a leitura, materializados em *blogs*, redes sociais e outras páginas eletrônicas voltadas para a questão das práticas de leitura, especialmente em ambientes comunitários, dentro e fora da Rede. Pretendemos analisar, também, como a língua significa em sua materialidade digital, observando os embates entre diferentes posições-sujeito e vozes discursivas imbricadas no corpus apresentado. Objetivamos ainda refletir sobre a ideologia como mecanismo de naturalização dos sentidos e produção de evidências sobre alguns discursos acerca da leitura, e não outros, marcando o que pode ou não ser dito. Para atingir esses objetivos, inicialmente, discorreremos sobre algumas questões teóricas que compõem o mundo dos arquivos e redes digitais, a partir de um estofo teórico transdisciplinar que envolve, especialmente, os campos da comunicação, do discurso, da sociologia e da filosofia. Em seguida, trazemos à luz alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso, perspectiva da qual se partiu para tecer, no capítulo seguinte, algumas considerações acerca da leitura e suas novas configurações assumidas no meio digital, o qual apresenta novas possibilidades de significação, um novo funcionamento discursivo observado na análise do nosso corpus, que foi organizado em torno de três entradas discursivas, nas quais é conferido à leitura um caráter comunitário e de compartilhamento de sentidos constituídos para/no ato de ler.

Palavras-chave: Leitura. Internet. Discurso. Sentido. Sujeito.

ABSTRACT

Beginning with the theoretical-analytical foundation of the French Discourse Analysis we reflect on the reading, the Internet, the subject and the production of meaning through a more critical and fruitful manner that does not take just the technical aspects related to the archive's materiality into account, but its political- ideological dimension. We tried to analyze the production and circulation of meanings in discursive archives about reading that are materialized in blogs, social networks and others dedicated to the reading practices, particularly in community spaces in and out of Internet. We also intend to analyze how language means in its digital materiality, observing the conflicts between different subject-positions and discursive voices intertwined in the corpus that was presented. We also aim to reflect on the ideology as a mechanism for naturalization of the senses and produce evidences about some discourses on reading instead of others, marking what It is possible to be said. In order to achieve these objectives, at first we will discuss about some theoretical issues on the world of archives and networks, from a transdisciplinary theoretical framework involving especially the fields of communication, discourse, sociology and philosophy. Then we will bring some theoretical concepts of Discourse Analysis; from this perspective, in the following section, we will present some statements about the reading and its new configurations in the digital medium, which presents new possibilities of meaning, a new discursive operation observed in the analysis of our corpus, which was organized around three discursive entries, in which the reading has a community trait besides sharing of senses produced for/in reading.

Keywords: Reading. Internet. Discourse. Sense. Subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPA- PICASSO, Pablo. **La lecture**. 1934.

FIGURA 1- STEIN, Fred. **Children Reading Newspaper**, Paris, 1936. Disponível em: <<https://artsy.net/artwork/fred-stein-children-reading-newspaper-paris>>.

FIGURA 2- CHAMONTIN, Benoît. Utilisateurs iPad 2 iOS- Apple Store. **Geeks and Com**. 23 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.geeksandcom.com/2014/02/23/goto-fail-bug-securite-majeur-appareils-apple/utilisateurs-ipad-2-ios-apple-store/>>.

FIGURA 3- MCCURRY, Steve. **A boy reads to his class**. Afeganistão, jun. 1992. Disponível em: <<http://stevemccurry.photoshelter.com/image/I0000pC8m3rOYKWU>>.

FIGURA 4- LEE, Sarah. Ebook sales have increased by over 300% for the second year running. **The Guardian**, 26 abr.2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/apr/26/digital-world-publishing-industry>>.

FIGURA 5- BENEFÍCIOS do Grupo de Estudos Online de GoConqr. **Examtime**, c2015. Disponível em: <<https://www.examtime.com/pt-BR/grupos-de-estudos/>>.

FIGURA 6- BOOKCROSSING Sant Jordi 2013. **Flickr**. Citutat Vella, Barcelona, 23 abr. 2013. Disponível em: <www.flickr.com/photos/bibliotecammb/8691776305/in/pool-bookcrossing-spain>

SUMÁRIO

1 UM INÍCIO POSSÍVEL: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO DE PESQUISA	11
2 NAS REDES DA INTERNET: NOTAS SOBRE A MATERIALIDADE DIGITAL.....	15
2.1 Fios de memória sobre o ciberespaço: um olhar sobre seu surgimento e evolução	18
2.2 Redes de sentido: o hipertexto em (dis)curso	20
2.3 Entre o dentro e o fora da rede: considerações sobre a historicidade no/do digital	28
2.3.1 No entremeio do sócio-histórico e do tecnológico: novas configurações, outras possibilidades	29
2.3.2 Comunicação e informação em (dis)curso: contradições e deslocamentos.....	34
2.4 Nas redes da Internet: (des)limites para sujeitos e sentidos	40
2.5 Nos interstícios da Rede: os (des)enlaces entre sujeitos.....	45
3 Nas tramas do discurso: sujeitos e sentidos em movimento.....	54
4 Sentidos de (hiper)leitura: a inscrição de sujeitos e discursos no ciberespaço.....	82
4.1 A leitura em (dis)curso: olhares sobre o corpus	102
4.1.1 Leitores e livros em movimento: efeitos de liberdade.....	106
4.1.2 Movimentos de restrição e a resistência do sujeito: entre a paráfrase e a polissemia	119
4.1.3 No dentro/fora da rede: o com-partilhar em ação.....	135
5 BORDANDO ALGUNS FIOS NA/DA REDE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
REFERÊNCIAS DO CORPUS DE ANÁLISE	168

1 UM INÍCIO POSSÍVEL: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO DE PESQUISA

FIGURA 1

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”

Paulo Freire

Nos últimos dez anos, tenho me dedicado ao estudo da Análise do Discurso, tecendo relações com diferentes campos do saber, para analisar uma série de objetos teóricos, como os discursos midiáticos, políticos, científicos e eletrônicos, investigando os modos de constituição de sentidos sobre a mulher, a criança, a biblioteca escolar, o arquivo e o fato jornalístico.

Logo no início da graduação em Ciências de Informação e da Documentação (FFCLRP/USP), tive o prazer de ser apresentada à teoria do discurso que, para mim, é uma forma mais instigante de lidar com a linguagem. Pude ampliar meus conhecimentos sobre a teoria pecheuxiana durante a realização de um projeto de iniciação científica; ao longo de seu desenvolvimento, teci minhas primeiras considerações sobre o sujeito, a leitura e o discurso em funcionamento na rede eletrônica, que foram aprofundadas no trabalho de conclusão de curso da graduação e na pesquisa de mestrado.

Esses conceitos, (re)elaborados pela Análise do Discurso, têm destaque nesse trabalho, que visa a investigar a produção de sentidos (d)e leituras, postos em discurso em diferentes espaços da rede eletrônica, como as redes sociais e os *blogs*, dentre os quais destaco os de bibliotecas comunitárias. Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado, poderei perscrutar, por meio de diferentes autores e perspectivas, as formas de significação que circulam no ciberespaço, ampliando a compreensão sobre o modo como os movimentos dos sujeitos são materializados nos arquivos digitais, afastando-me, para tanto, de uma perspectiva positivista, exclusivamente técnica, que embasa, na maioria das vezes, as formulações sobre o tema.

Além das supracitadas questões teóricas que vêm despertando meu interesse de pesquisa há alguns anos, é preciso falar de uma motivação particular, afetiva: os livros, que me encantam desde a infância. No âmbito dos avanços tecnológicos que surgem em intervalos de tempo cada vez menores, da comunicação instantânea e arquivos digitais, é possível apontar a necessidade de mais estudos dedicados aos livros, leituras e bibliotecas, os quais são (res)significados à luz da atual e desafiadora conjuntura sócio-cultural cujos efeitos na trama discursiva me interessam investigar. Os resultados de minha pesquisa de mestrado, na qual me dediquei a estudar o discurso sobre a biblioteca escolar (FERRAREZI, 2010), apontam que há ainda um longo caminho a ser percorrido a fim de que a leitura deixe de ser compreendida como cópia e excluída dos espaços dedicados às práticas educativo-culturais. Ao dedicar-me agora a investigar as práticas comunitárias de leitura, poderei analisar se, em espaços sociais alternativos e/ou no ciberespaço, a leitura é significada de maneira mais

fecunda, assemelhando-se à proposta de Manguel (1997, p.54), que a considera “um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico”.

Buscarei, através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, perscrutar os movimentos do sujeito-navegador em (ciber)espaços de circulação de leitores e (dizeres sobre) leituras, analisando quais significações são, aí, produzidas; como são as práticas de leitura no contexto da emergência da *Web 2.0*, a chamada *Web Social* que- ao incrementar as possibilidades de trocas, compartilhamentos e participação na construção dessa teia global- abre espaço para que o sujeito ocupe outras posições a partir das quais inscreve sentidos sobre aquilo que lê, no entrelaçamento com outros sujeitos e sentidos em trânsito nas redes da Internet. Interessa-me, portanto, analisar os discursos sobre a leitura materializados em *blogs*, redes sociais e outros *sites* que têm como foco essa questão, observando os embates entre diferentes posições-sujeito e vozes discursivas imbricadas no nosso corpus. Por fim, aponto o desejo de refletir sobre a ideologia como mecanismo de naturalização dos sentidos e produção de evidências sobre alguns discursos sobre a leitura, e não outros, marcando o que pode ou não ser dito.

Diante das mudanças nas relações com o conhecimento, o sujeito e a materialidade discursiva, que foram suscitadas pela emergência do ciberespaço (DIAS, 2005), destaco a importância de empreender uma pesquisa que busque investigar tais transformações, refletir sobre o sujeito, a rede, a leitura e a produção de sentidos, de uma maneira crítica e fecunda, que não leve em conta apenas as questões técnicas, ligadas à materialidade do arquivo digital, mas a sua dimensão político-ideológica. Aponto também a relevância de investigar os gestos de leitura e interpretação constituídos no âmbito de espaços alternativos que vêm se disseminando pelo país, impulsionados pelo grave problema da falta de bibliotecas e outras instituições que promovam o contato com a leitura, os livros e diversas materialidades discursivas. Por último, considero a pertinência de uma pesquisa que busque aproximar diferentes áreas do conhecimento, apontando as contribuições que a teoria pecheuxtiana pode trazer para tecer uma reflexão sobre o discurso eletrônico, direcionando outro olhar para as práticas de leitura e os movimentos de navegação no ciberespaço.

Para desenvolver as questões propostas, apresento inicialmente, no segundo capítulo, algumas questões teóricas que compõem o mundo das redes digitais, a partir de um estofo teórico transdisciplinar que envolve, especialmente, os campos da comunicação, do discurso, da sociologia e da filosofia.

No terceiro capítulo, trago à luz alguns pressupostos da Análise do Discurso, que permitirão lançar um olhar crítico sobre os movimentos do sujeito-navegador da rede, os arquivos discursivos em constante circulação e (re)construção na fluidez do ciberespaço. Partindo, especialmente, dessa ótica do discurso serão tecidas, no quarto capítulo, algumas considerações acerca da leitura e suas novas configurações assumidas no meio digital, o qual apresenta novas possibilidades de significação, um novo funcionamento discursivo, observado a partir da análise do corpus selecionado e organizado em torno de três entradas discursivas, nas quais é conferido à leitura um forte caráter comunitário, de compartilhamento de sentidos constituídos para/no ato de ler.

2 NAS REDES DA INTERNET: NOTAS SOBRE A MATERIALIDADE DIGITAL

FIGURA 2

“Ler, então, não é um processo automático de capturar um texto como um papel fotossensível captura a luz, mas um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico, comum e, contudo, pessoal”

Alberto Manguel

As considerações acerca do (discurso no) digital, que aqui serão apresentadas, partem de uma teoria que reconhece a ilusão (PÊCHEUX, 1997b) a qual reveste o sujeito que acredita ter a plena posse e o controle daquilo que enuncia, à medida que aponta o caráter plural de todo discurso, constituído por palavras que já foram ditas em outros contextos. Essa perspectiva me permite, então, considerar os diferentes discursos e as vozes outras que se entremeiam à minha na feitura deste trabalho, o que, por sua vez, suscita, a partir de agora, o uso da primeira pessoa do plural.

Investigaremos, a partir desse posicionamento teórico-metodológico, a produção dos sentidos (d)e leituras, constituídos pela/na materialidade digital, tateando esse objeto multifacetado e em constante (re)construção; valemo-nos, para tanto, de um estofo teórico transdisciplinar que envolve, especialmente, os campos da comunicação, do discurso, da sociologia e da filosofia. Essas filiações teóricas levaram-nos a perscrutar vários aspectos que compõem os arquivos e as redes digitais movimentados por sujeitos que podem ocupar diversas posições para enunciar e interpretar, a partir de certas condições sócio-históricas de produção.

Para percorrer tais trajetos de reflexão e análise, atentamo-nos às relações desiguais de poder, à porosidade que envolve o discurso, o sujeito e a memória, que nos instigam a investigar os diferentes modos de articulação de discursos dispersos nos interstícios da Rede. Podemos inferir que, nas teias da Internet, a tão apregoada miríade de possibilidades-supostamente infinitas – de significação e circulação de dizeres não está circunscrita apenas ao funcionamento da máquina (ainda que este não possa ser ignorado) e suas determinações tecnológicas, que sustentam uma estrutura hipertextual, rizomática, “sem começo nem fim” (SANTAELLA, 2008, p.307).

Na contramão de uma concepção “tecnicista e microscópica que acaba nos limitando a tabular números, analisar questionários e quantificar dados” (FELINTO, 2011, p.3), os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso nos permitem vislumbrar, para além desse substrato de silício e da linguagem binária padronizada, o funcionamento do discurso que se sustenta e se movimenta, no meio digital, de modo tenso e instável. Tal imprevisibilidade, possibilidade de rupturas na ordem do discurso é vista, aqui, como um efeito da ideologia, que regula o que pode ser dito em determinadas condições de produção do sentido, o qual está sempre por se fazer.

Reconhecer a ideologia como esse processo de naturalização de alguns sentidos (PÊCHEUX, 1997b) leva-nos a apontar que, ainda que a possibilidade de deriva dos mesmos

seja inerente ao funcionamento do discurso (eletrônico), isso não implica considerá-la como sendo infinita, despojada de limitações, num (ciber)espaço ingenuamente concebido como apolítico e a-histórico. São esses (des)limites, apresentados ao sujeito no momento de sua navegação pelas redes da Internet, que nos interessam investigar, no entremeio de relações-nada pacíficas- tecidas entre a língua e a história, o social e o discursivo, o técnico e o ideológico. Essa forma de refletir sobre a rede eletrônica, a qual consideramos ser mais profícua, requer uma abordagem holística, não-fragmentada, pois assim como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, os processos de significação não podem ser vistos isoladamente, separando-se o dentro e o fora da rede, como se ela fosse um espaço hermético, “um universo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1999b).

Essas breves considerações tecidas até aqui carregam pistas dos caminhos que iremos percorrer a partir de agora, incitadas pelo desafio de pensar o ciberespaço como o “enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido” (DIAS, 2004, p. 57), reconhecendo a pluralidade e heterogeneidade que os constituem, à medida que buscamos compreender o panorama sócio-histórico e ideológico que sustentou/sustenta a emergência de práticas que tomam corpo e movimento no espaço ciber. Interessa-nos refletir, também, sobre o arquivo e o sujeito no âmbito de sua relação com a memória e a ideologia, bem como as transformações que aí estão implicadas, delineando uma (nova?) ordem do discurso na Internet. Tal conjuntura nos traz a necessidade de re-pensar conceitos que vêm se modificando nas últimas décadas, dentre os quais destacamos as noções de tempo, espaço, rede, comunicação, leitura, escrita, leitor, livro, comunidade, arquivo, dentre outras que serão abordadas ao longo deste trabalho.

Para dar início a uma reflexão sobre o digital, enredaremos-nos nas tramas da memória, puxando alguns fios de sentido que vêm sendo constituídos nos últimos anos sobre o mesmo. Nessa empreitada, reconhecemos que a completude, a neutralidade e a objetividade são apenas ilusões dadas ao sujeito para ele poder enunciar, posto que o que faremos aqui é um recorte, filiando-nos a um determinado discurso sobre, que não consideramos ser único, verdadeiro ou definitivo, mas passível de jogo, de articulações e reelaborações.

Constituímos, assim, movimentos de interpretação dados pela ideologia, memória e pelas condições sócio-históricas que os sustentaram e nos levaram a percorrer determinados caminhos de análise, em detrimento de tantos outros possíveis. Esperamos que tais veredas possam contribuir para um maior entendimento do funcionamento discursivo em trânsito no meio digital, de um saber sobre a leitura, no (ciber)espaço hipertextual formado pelas redes de

links, sujeitos e nós dispersos na materialidade da Internet, que será enfocada de modo mais consistente, a partir de agora, em seu viés técnico e sócio-histórico, no entremeio do discursivo.

2.1 Fios de memória sobre o ciberespaço: um olhar sobre seu surgimento e evolução

Falar sobre o ciberespaço e as tecnologias baseadas no hipertexto nos impeliu a seguir alguns fios da memória, que nos levaram a recuperar brevemente os primeiros movimentos em direção a uma nova forma de conceber a comunicação e a informação, bem como seu arquivamento, disseminação e recuperação, que trazem à tona uma série de outras questões que são tão caras a esse trabalho. Tal ímpeto permitiu-nos rememorar os esforços realizados por pioneiros como Vannevar Bush que, conforme Santaella (2007, p.304), inquietava-se, em meados dos anos 1940, com o fato de que

Importantes informações ao conhecimento humano estavam se tornando inacessíveis e ocultas em virtude da rigidez dos suportes que as sustentavam. Traçou assim um contraste entre os suportes fixos e o suporte mente, propondo um modelo de armazenamento e recuperação da informação, no qual a informação é sempre acessada através de vínculos entre os temas no exato momento em que se faz necessária, sem hierarquia entre os tópicos, mas com a exatidão de estar em um suporte fisicamente viável.

Ainda segundo a autora, essa concepção, desenvolvida em 1945, é o embrião do Memex (*Memory expander*), que foi pensado como um dispositivo (nunca finalizado) voltado para o ato de arquivar, como uma extensão para a memória pessoal. Isso nos remete a uma forma de analisar as relações entre o homem e a tecnologia, que foi proposta, duas décadas mais tarde, por McLuhan (1995), teórico canadense para quem os meios de comunicação seriam extensões do homem.

Ao tomar os exemplos de que ele lançou mão na época em que construía sua reflexão sobre o tema, tais como o dos óculos como extensão dos olhos, dentre outros, parece-nos possível pensar que as mais recentes inovações de áreas como a robótica, a nanotecnologia e a inteligência artificial reforçam a presença desse imaginário atribuído às novas tecnologias de comunicação e informação, que supostamente radicalizariam a configuração de tal “extensão”. Apesar da fascinação que o tecnológico provoca, é preciso analisar tais relações, como já foi dito, a partir da perspectiva do discurso, que busca compreender como elas

produzem significados, sustentando outros modos de enunciar, outras posições que o sujeito pode assumir, na materialidade do digital.

Voltando ao Memex, apontamos que, ainda que a tecnologia na época permitisse apenas relacionar tal dispositivo com o registro de microfilmes, havia sido lançada aí a ideia de hipertexto, termo pensado por Theodor Nelson, apenas em 1974. Para se ter a dimensão do quão visionário era o sistema pensado por Bush, a primeira tentativa de implementá-lo só pôde ser realizada, por Engelbart, dezoito anos após a sua concepção. Entretanto, apenas em 1973, com a criação do primeiro computador pessoal do mundo, dotado de uma interface gráfica do usuário e ligado à primeira rede de área local, é que foram conseguidos avanços em direção ao que foi chamado posteriormente de hipermissão.

Os primeiros caminhos que levaram a esses desdobramentos tecnológicos começaram a ser percorridos, segundo Lafontaine (2004), em plena Segunda Guerra Mundial, a partir da colaboração entre Bush e Wiener, este último conhecido como o fundador da cibernética. Em torno desses dois importantes nomes, que simbolizaram as ligações entre o campo militar e o científico, foram aglutinados vários dos esforços que culminaram no desenvolvimento da comunicação mediada por computador e redes digitais.

Assim sendo, a sociedade informacional é tomada como o “fruto da sinergia da *Big Science*, dos militares e do *underground*” (LEMOS, 2008, p.178), numa conjuntura sócio-histórica única e favorável ao desenvolvimento de grandes inovações tecnológicas, ocorridas num intervalo de poucas décadas, cujos desdobramentos ultrapassaram a esfera técnica, alterando sensivelmente os modos de relação entre os sujeitos e os sentidos.

No cerne desses esforços de pesquisa, cuja continuidade deu-se ao longo de todo o período da Guerra Fria, encontrava-se o desejo de construir uma “máquina inteligente” (LAFONTAINE, 2004), a fim de se obter vantagens bélicas e aumentar o poderio político-econômico dos Estados Unidos. Em prol desse objetivo foi criada, em 1958, a ARPA (*Advanced Research Projects Agency*- Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) que, mais tarde, tornou-se o embrião da Internet, ao buscar “estabelecer um modelo comunicativo global e aberto” (DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012, p.55). Tal modelo foi perseguido e desenvolvido, inicialmente, como forma de proteção do sistema de comunicação militar, haja vista que um modelo centralizado se mostra mais vulnerável a ataques. Propôs-se, então, um modelo de tipo distribuído, no qual:

a informação navega de forma distribuída, horizontal, dialógica e redundante. Ou seja, a informação está de fato na rede e não se retém em um ou diversos centros. Cada nó tem igual importância e poder interdependente neste modelo de rede. A informação está em cada um dos nós do sistema e, por conta dessa redundância, está resguardada. Tal modelo subsidiou a formatação da ARPANET, rede comunicativa da ARPA, que foi criada com o intuito de conectar computadores dos diversos centros de pesquisa americanos. A ARPANET, mais tarde, originou a Internet. (DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012, p.55).

Segundo Rheingold (1996), a ARPANET, que havia sido criada em 1969, com o objetivo de permitir a operação à distância dos computadores do Departamento de Defesa, foi desmantelada em 1984, dando início à Internet. Inicialmente, a Rede Mundial de Computadores voltou-se para as instituições de ensino e pesquisa, para, alguns anos mais tarde, a partir do controle da gestão da rede pelas grandes empresas como a IBM, adentrar os lares dos cidadãos comuns. Alguns marcos importantes desse trajeto evolutivo foram, nos anos 1970, a criação do Protocolo TCP/IP e do modem e, nos anos 1990, o desenvolvimento do Protocolo de hipertexto HTML e dos navegadores, permitindo a suplantação do obsoleto sistema de cartões perfurados e a instauração das interfaces gráficas, que poderiam ser manipuladas não mais apenas por especialistas da informática.

Em linhas gerais, foram necessários mais de vinte anos de pesquisas para que os computadores e as redes digitais atingissem um nível de desenvolvimento próximo ao que temos hoje e comessem a ter seu uso disseminado, a partir de 1993, com o processo de privatização da Internet. Ainda que o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação esteja, desde então, aumentando vertiginosamente, não podemos ignorar as desigualdades, as relações de força que demarcaram, desde o início, as fronteiras no uso de tais recursos- inicialmente, restritos aos militares e acadêmicos e, agora, a quem, num sistema de produção capitalista, tem poder de compra e, portanto, de acesso.

Após dedicarmos-nos a atualizar um já-lá sobre os primeiros movimentos de construção das redes digitais, investigaremos sua materialidade, a fim de tentarmos compreender um pouco dessa estrutura que sustenta a constituição de sentidos e sujeitos no ciberespaço.

2. 2 Redes de sentido: o hipertexto em (dis)curso

O intuito de investigar algumas particularidades a respeito da materialidade digital, da maneira como ela se constitui, dos recursos que oferece e do modo como permite incursões de

sujeitos por entre as redes da Internet ganha relevância na medida em que a consideramos “um espaço de discursividade com características próprias, com especificidades que não estão presentes em práticas discursivas que acontecem fora da rede” (GRIGOLETTO, 2011, p.52), ainda que seja por elas afetado.

Como aponta Castells (2003a, p.7), a “formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet”. Com o surgimento dessa última, entre os anos 1960 e 1990, foram observadas, assim, mudanças na noção de “Rede”, que designa, aqui, as redes de computadores conectadas, ou melhor, o “conjunto de computadores, terminais e demais equipamentos periféricos interligados por linhas de comunicação que lhes permitem intercambiar informações entre si” (RAMAL, 2002, p.136).

Antes, como coloca Vaz (2008, p.222), “a rede era um fenômeno localizado; hoje, torna-se a base de uma nova compreensão da sociedade contemporânea”. Na Internet, fazemos parte de diferentes redes: de familiares, amigos, negócios, dentre outras que podem caracterizá-la não como apenas uma nova mídia, “um espaço de informação” (SILVA, A., 2006, p.22), ou canal de comunicação, mas como um novo lugar “propício para uma sociedade colaborativa. [...] Estar na rede não é só ligar o computador e acessar a internet. Tem a ver com o encontro com as pessoas” (DIMANTAS, 2010, p.46), por entre os nós interconectados. E são tais encontros, bem como as relações simbólicas que os perpassam, que nos interessam, aqui, estudar.

A teia da Internet é formada por milhares de sub-redes, dentre elas, destacamos a *World Wide Web* (WWW) que, tendo sido formada em 1992 e estando associada à porção multimídia dessa grande rede de redes, é concebida como a mais famosa delas, aquela que se apresenta como um “mundo partilhado que estamos construindo juntos”, ainda segundo Dimantas (2010, p.46). Conforme aponta Leão (2005, p.140), “o que faz da *Web* uma teia, uma rede na qual uma complexa malha de informações se interligam, é a própria tecnologia hipertextual que permite os elos entre os pontos diversos. Cada página, cada *site*, traz em si o potencial de se intercomunicar com todos os outros pontos da rede”, proporcionando o acesso a diferentes materialidades.

A *Web* seria, então, uma estrutura que congrega, em tempo real, novas e antigas mídias, oferecendo a transmissão de mensagens em velocidade instantânea, num fluxo

incessante que inviabiliza a produção da memória¹. A Internet funciona, assim, a partir de uma estrutura rizomática, através do hipertexto e seus *hyperlinks*, que permitem uma conexão generalizada, na qual, ainda segundo o autor, há uma reação contra os formalismos linguísticos que configuram uma concepção unificadora da linguagem. Esse espaço digital acolhe uma multiplicidade de sentidos e sujeitos que se movimentam de maneira errante em “um hipertexto mundial interativo, no qual cada um pode adicionar, retirar e modificar partes dessa estrutura telemática, como um texto vivo, um organismo auto-organizante.” (LEMOS, 2007, p.123). É importante observar que o hipertexto não pode ser compreendido apenas como:

simples encadeamento de textos, verbetes, comentários, sumários, notas, índices etc.; antes, representa um imenso fluxo de múltiplos universos sócio-histórico-culturais que se interconectam e se interpenetram, criando um movimento que só é percebido na hiperleitura do dito/escrito/inscrito. É o não-lugar, o entre-mundos, pois ele não é em si mesmo, mas na leitura/escritura, na possibilidade infinita de fluir através de leituras diferentes, de vozes diferentes, de autores diferentes. (SILVA, 2006, p. 62)

O hipertexto tem como princípio fundamental a descentração, a deslinearização que, segundo Marcuschi (1999, p.5), sempre existiu quando associada ao processo de construção de sentidos. A novidade, para o autor, reside no fato desta concepção ter sido transformada em princípio de construção textual. Diversos estudiosos da cibernética e do discurso atestam esse caráter não-linear que perpassa a Internet, em pesquisas desenvolvidas no Brasil (SANTAELLA, 2003, 2004; LEÃO, 2002; SILVA, 2003; DI FELICE, 2011; MATUCK; ANTONIO, 2008; LEMOS, 2007; GUZZI, 2010; GRIGOLETTO, 2011; KOMESU, 2005 etc) e no exterior (CHARTIER, 2002b; LÉVY, 1999; ECO, 2003; ORIHUELA, 2002; FURTADO, 2002; CHABIN, 1999, dentre muitos outros). É importante ressaltar, na esteira de Marcuschi (1999), que tal deslinearização não é radical, pois há uma linearização mínima, já que o que se observa são as possibilidades de prosseguir a navegação pela Internet de forma não- linear, inserindo novos elementos.

¹ A *Web* não é um meio, mas uma infraestrutura técnica que sustenta uma família de novas e velhas mídias, da rádio ao chat, ao Facebook, ao Twitter, passando pelo telefone. A retórica fundamental de quase todas essas aplicações é o tempo real, a velocidade instantânea da mensagem que investe também no conteúdo, destinado a uma substituição muito rápida. Todas essas mídias estão, portanto, longe de uma dinâmica de produção da memória coletiva, que necessita do aspecto duradouro da apropriação. (LAVIGNE; PIGNIER, 2010, p.20, tradução nossa).

Na literatura científica, são ainda mencionados outros princípios constitutivos do hipertexto, dentre os quais destacamos: a volatilidade que se relaciona à falta de estabilidade do/no hipertexto; a topografia, pois ele é destituído de hierarquias e limites para se desenvolver; a fragmentaridade; a acessibilidade ilimitada, posto que é possível ter acesso a todo tipo de fonte, característica esta que se liga à outra, a multisemiose, pela qual se permite a interconexão entre linguagem verbal e não-verbal, ao mesmo tempo; a interatividade, possibilitada pelos dois últimos princípios, dizendo respeito à relação do leitor-navegador com os múltiplos autores e, por fim, a iteratividade, ligada ao conceito de intertextualidade. (MARCUSCHI, 1999).

Esses princípios associados ao hipertexto regem também a formação do ciberespaço que, para Lévy (2008, p.166), “é o espaço de comunicação aberto pela interconexão global de computadores”, que acarretou uma nova forma de configuração de larga escala da comunicação de “muitos para muitos”, integrando todas as mídias anteriores e atuando como um metameio, uma “alegoria das relações complexas, recíprocas e interdependentes, entre lugares reais e espaços virtuais, deslocamentos físicos e viagens eletrônicas, presenças corporais e suas representações no universo em rede”. (CASALEGNO, 2006, p.23).

Surgido numa obra de William Gibson (a ficção científica *Neuromancer*), o termo “ciberespaço” é usado para designar, segundo Rheingold (1996, p.18), “o espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia de CMC.” Trata-se, assim, de um espaço complexo, de caráter maleável e dinâmico, que tem sua origem atribuída amiúde à configuração, à estrutura do próprio suporte digital e às possibilidades que ele oferece ao sujeito-navegador.

Tal perspectiva desvia o foco do componente técnico, direcionando-o para o sujeito que, em suas práticas de leitura e interpretação no (ciber)espaço discursivo, é o construtor de movimentos de atualização das significações de um texto, como aponta Lévy (1996), que concebe a atualização como sendo o avesso do processo de virtualização. Para o autor, este último reinventaria uma cultura nômade, “fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se configuram com um mínimo de inércia” (LÉVY, 1996, p.20-21), inclusive aquelas estabelecidas entre as palavras que, de acordo com a sua inserção em certo

hiperdocumento², podem assumir diferentes significações na teia hipertextual. Isso se dá, pois um hiperdocumento, segundo Campos e Gomes (2005):

possui uma nova materialidade discursiva onde se configura uma forma de escrita que não utiliza mais o lápis, e o papel e o pensamento linear, mas que se coloca entre as possibilidades tecnológicas de interface homem-máquina e as possibilidades da própria construção discursiva e de ordem de um dado domínio de conhecimento.

Temos, então, em um novo contexto de produção, a emergência de outras formas de inscrição de sentidos e sujeitos, as quais são afetadas pela estrutura fragmentária, reticular, do hipertexto, que impele o sujeito a movimentar-se, sem rumo definido (ainda que haja alguns caminhos sugeridos, algumas placas- em forma de *links*- pelo caminho, que podem, ou não, ser seguidas), para a página subsequente, o próximo nó a ser des/re/construído, no trânsito fugidio de sujeitos e sentidos que (não) querem se fixar. Nesse contexto, os nós e *links* são compreendidos metaforicamente como:

os tijolos básicos da construção do hipertexto. Os nós são suas unidades básicas de informação. Nós de informação também chamados de ‘molduras’, constituem em geral naquilo que cabe em uma tela. Ao ser acessado, o espaço da página, que deve se fazer entender por si só, compreende o espaço entre o início da leitura e a próxima possibilidade de vincular documentos, ou seja, o próximo *link*. (SANTAELLA, 2007, p.307)

Cada *link* é prenhe de discursos possíveis de vir-a-ser, de traços de memória que podem ser atualizados ou esquecidos, escolhas inconscientes de um sujeito levado a se identificar com algumas regiões de sentido, alguns nós, em detrimento de tantos outros dispersos pelas redes da Internet, esse “meio auto-evolutivo em permanente alteração”, conforme aponta Rheingold (1996, p.130), que concebe a navegação como um ato quase alquímico. Ainda que tais movimentos de navegação pelo ciberespaço pareçam ser frutos do acaso, pela nossa fundação teórica de base pecheuxtiana, acreditamos que eles não são perpetrados de modo mecânico, que possa ser quantificado, previsto estatisticamente, tampouco podem ser vistos de modo ingênuo, sem levar em conta a constituição política e ideológica que é inerente a ambos: ao sujeito e ao sentido.

² Segundo Balpe (1990, p.6, tradução nossa), o hiperdocumento é “todo conteúdo informativo constituído por fragmentos cujo sentido se constrói por meio de ferramentas informáticas, através de cada percurso que a leitura determina”.

Desse modo, ainda que os movimentos discursivos empreendidos pelo sujeito-navegador não sejam estritamente governados pela estrutura da máquina hipertextual, devemos levar em conta que eles se dão a partir da mesma, da forma como a interlocução e a interação (GRIGOLETTO, 2011) são nela possíveis. Isso nos leva a investigar a reticularidade que compõe a estrutura hipertextual, enredando os sujeitos numa teia sem começo, meio ou fim, que pode ser representada simbólica e graficamente pelo seguinte diagrama:

(BRAGA, [200-?] apud SANTAELLA, 2007)

Nele, vemos representada a trama virtual dos caminhos possíveis de atualização, ainda que não seja possível visualizá-los em sua completude, mas apenas seus fragmentos, no momento da navegação. Essa impossibilidade nos leva a considerar a Internet como um grande Arquivo volátil, composto por uma cadeia de arquivos digitais que se comunicam e rearranjam a cada clique no mouse, formando uma rede heterogênea de sentidos, dados pelo já-lá. Nas palavras de Romão e Benedetti (2008),

Se tomarmos arquivo discursivo como um campo de documentos sobre certa questão, tal qual a perspectiva discursiva o entende, temos na rede eletrônica uma articulação imensa de arquivos em movimento, arquivos que podem ser inseridos, retirados, envelhecidos, deslocados, adulterados e modificados ao modo como o sujeito discursivo estabelece com eles uma relação de leitura e escritura.

O conceito de Arquivo foi proposto por Romão (2011a, 2011b, 2012a), para fundar um espaço de compreensão da Internet como uma “instância inacessável e inacessível derivada da soma de todos os arquivos eletrônicos dis-postos na rede digital” (ROMÃO, 2011b, p.144). Essa rede de impossíveis é sustentada pela ideologia e, também, por esse caráter reticular que, segundo Di Felice (2011, p.25), foi instaurado pela revolução digital, sendo o responsável por uma alteração da “própria arquitetura do processo informativo”, que culminou na “substituição da forma frontal de repasse das informações (teatro, livro, imprensa, cinema, TV)”, como será discutido ainda nesse capítulo.

Observamos, então, como os recursos hipertextuais foram se desenvolvendo de forma cada vez mais rápida e complexa, nas últimas décadas, (trans)formando os modos de constituição e circulação de arquivos e os discursos que eles carregam, na velocidade de cada clique que descortina novas redes de sentido, novos movimentos de navegação por entre os nós da trama hipertextual, suscitando mudanças no dentro-fora do (ciber)espaço. É importante observar que essas possibilidades trazidas pelos hipertextos consolidaram-se a partir do desenvolvimento de tecnologias desenvolvidas pelos especialistas em informática, contudo, não foram eles os criadores da concepção de hipertexto, posto que este, segundo Marcuschi (1999, p.1),

sempre existiu como ideia na tradição ocidental; a novidade está na tecnologia que permite uma nova forma de textualidade. O hipertexto consegue integrar notas, citações, bibliografias, referências, imagens, fotos e outros elementos encontrados na obra impressa de modo eficaz sem a sensação de que sejam notas, citações, ou seja, subverte os movimentos e redefine as funções dos constituintes textuais clássicos.

Teríamos, então, uma relação de oposição entre o texto linear e o hipertexto que se configura, como aponta Lévy (1996, p.44) “como um texto estruturado em rede”, no qual as ferramentas de produção e de leitura coincidem. Com a emergência do digital, os suportes se multiplicam e os conteúdos se diversificam, num panorama em que, segundo Chabin (1999, p.67, tradução nossa), “o campo do conhecimento nunca foi tão vasto e a informação tão fluida”. O texto, esse “*object tensionnel*”³ de que fala Archibald (2009, p.76), viveria, nesse

³ Retomamos aqui uma definição trazida pelo teórico francês Samuel Archibald, que caracteriza o texto como sendo “um objeto construído conceitualmente sobre tensões” (ARCHIBALD, 2009, p.76, tradução nossa), definição esta que vem ao encontro dos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso e que nos leva a pensar nas mudanças advindas do desenvolvimento das tecnologias hipertextuais e das concepções acerca dos novos suportes para a leitura e a escrita.

contexto, uma “pluralidade de existências” (CHARTIER, 1999a, p.152), sendo a eletrônica apenas mais uma delas.

O conceito de texto vem passando, assim, por mudanças, ao ganhar, com as tecnologias digitais, um caráter hipermidiático, que modificou a forma como compreendíamos não só os textos, mas também as imagens e os sons. Nesse entremeio, em que a desarticulação comparece, desaparecem “a unidade, a autonomia, a estrutura e às vezes até a coerência e o sentido próprios de textos escritos e audiovisuais” (ORIHUELA, 2002, p.2, tradução nossa). Trata-se, então, de uma revolução nas categorias conhecidas até então na cultura escrita, que trouxe ao texto novos poderes de distribuição como a ubiquidade, a aceleração e a instantaneidade, que conferem ao leitor uma ilusão de superpotência (KERCKHOVE, 2008). O texto passou, assim, das folhas de papel para um sistema alfanumérico decodificado nas telas eletrônicas, em que cada palavra ou número seria, para os sistemas computadorizados, apenas uma infinita combinação de 0 e 1, que evidencia a “desmaterialização do suporte de escrita, a inconsistência física, a intangibilidade, a virtualidade e, portanto, a maleabilidade da escrita eletrônica”, como propõe Chabin (1999, p.53, tradução nossa).

Indo ao encontro do que propõe a arquivista francesa, seu compatriota, o historiador Roger Chartier, aponta o caráter maleável, móvel e aberto do texto eletrônico. Nele, o leitor poderia intervir não apenas nas suas margens, mas no próprio conteúdo. Tece-se, assim, uma relação diferente daquela desenvolvida pela cultura do manuscrito ou do impresso, na qual “o leitor pode apenas insinuar a sua escrita dentro dos espaços deixados em branco pela cópia a mão ou pela composição tipográfica” (CHARTIER, 2007a, p. 208). Entretanto, estes espaços eram considerados lugares periféricos em relação à autoridade (CHARTIER, 1999b), numa relação muito diferente das que se tecem hoje, envolvendo sujeitos ocupando as intercambiáveis posições de autor e leitor, que vêm exigindo reflexões acerca da autoria no contexto das mídias digitais, da *Web* social.

Destacam-se, então, atualmente, as possíveis e mais numerosas intervenções dos leitores num texto materializado em suporte digital, posto que “avec le texte numérique, il est pratiquement toujours possible de faire des annotations, du copier-coller, voire de transformer un texte et de communiquer la version modifiée.”⁴ (BÉLISLE, 2011a, p.117); essas novas possibilidades desarraigam a sacralidade que revestia os textos, permitindo que o leitor intervenha no centro, e não apenas nas margens, como aponta Chartier (1999a).

⁴ “Com o texto digital, é praticamente sempre possível fazer anotações, copiar-colar e até mesmo transformar um texto e comunicar a versão modificada.”

Abre-se, então, uma série de possibilidades para a cultura do escrito que, com as ferramentas hipertextuais, chegaria até mesmo a se expandir, desmistificando-se, assim, a crença na morte da palavra, que vem agora acompanhada de imagens fixas ou em movimento, de sons, músicas e vídeos diversos, que tornam a Internet um terreno fértil para “expressões múltiplas” (DRUETTA, 2009, p.47), a partir de novas configurações linguísticas. Dessa conjuntura adveio a criação de novos conceitos, tais como o de hipermídia que, para Lévy (1999, p.254), foi suscitado pelo desenvolvimento do hipertexto, integrando “texto com imagens, vídeo e som, geralmente vinculados entre si de forma interativa”. Consideramos, então, que a hipermídia ressaltaria o caráter plural que constitui todo discurso, escancarando a sua opacidade e imprevisibilidade, haja vista se tratar de um:

texto verbo-audiovisual escrito no eixo do paradigma, ou seja, um texto que já traz dentro de si várias outras possibilidades de leitura e diante do qual se pode escolher dentre várias alternativas de atualização. Na verdade, não se trata mais de um texto, mas de uma imensa superposição de textos. (MACHADO, 1997, p.146-147).

Inferimos que essa cadeia de textos- que podem ser reproduzidos, gerando “um número infinito de cópias perfeitas” (SPYER, 2007, p.34)- entrelaçados pela estrutura hipertextual, permitiria movimentos de fechamento ou abertura de sentidos, dependendo de como o sujeito- enquanto indivíduo- é interpelado pela ideologia e constituído pelo inconsciente, sendo levado a assumir determinadas posições para enunciar e produzir sentidos (PÊCHEUX, 1997b) que se sustentam na emergência de um outro paradigma sócio-histórico o qual não anula as práticas que o precederam, mas agrega outras, que ainda carecem de maior entendimento; e é em busca de um saber sobre essas mudanças, que vêm afetando a produção de sentidos na contemporaneidade, que traremos as reflexões desenvolvidas a seguir.

2.3 Entre o dentro e o fora da rede: considerações sobre a historicidade no/do digital

A partir dos pressupostos trazidos pela Análise do Discurso de linha pecheuxtiana, sustentamos uma posição metodológica que não separa o dentro e o fora da língua, posto que não existiriam fronteiras rígidas entre eles, havendo em seu lugar, como aponta Mittmann (2010, p.85):

o que se poderia chamar de um fora-dentro: algo da exterioridade é interno ao próprio discurso. Isso porque a própria constituição do discurso se dá pela multiplicidade de fragmentos, de partículas disformes de discursos e, também, de saberes dispersos cujo manancial muitas vezes se perdeu. Alguns desses fragmentos, a partir de determinado movimento (de conflito, de confronto, de aliança, de sobreposição etc.), aproximam-se não de forma aleatória, mas sob controle pela ideologia que interpela o indivíduo em sujeito.

Compreendemos, portanto, que levar em consideração as condições de produção do discurso, bem como a sua materialidade fundante, é imprescindível para que se possa analisar o seu funcionamento, tal como propomos nesse trabalho. Posto isto, dedicaremos, nas próximas duas subseções deste capítulo, algumas linhas a uma reflexão sobre o contexto que permitiu a emergência do virtual que, segundo Grigoletto (2011, p.52), “está afetado pelo discursivo que, por sua vez, está afetado pelo empírico”, ou, pelo suporte.

Para tanto, teceremos nosso dizer na interface com outras áreas do saber, de modo a investigar as mudanças suscitadas no tecido sócio-histórico e nos modelos de comunicação, de relação entre os sujeitos e, também, entre os sujeitos e as ferramentas de comunicação e informação, sempre simbolicamente mediadas.

2.3.1 No entremeio do sócio-histórico e do tecnológico: novas configurações, outras possibilidades

As múltiplas possibilidades de constituição de sentidos que a Internet promove têm suas raízes fincadas na “pós-modernidade”, também conhecida como modernidade líquida, hipermodernidade, modernidade tardia, dentre outros termos que evocam a con-fusão instalada por um fenômeno que, por ser da ordem do presente e do inacabado, está longe de inspirar algum consenso, o que é corroborado por Featherstone (1990). Sendo assim, tais denominações são perpassadas por contradições e críticas, como as tecidas por Lyotard (1997, p.33), que deslegitima “qualquer periodização da história cultural em termos de ‘pré’ e de ‘pós’, de antes e de depois”.

A intensificação desses ímpetus classificatórios deu-se, especialmente, a partir dos anos 1980, quando, segundo Santaella (2003, p.239), no ardor dos debates sobre a pós-modernidade, “o prefixo ‘pós’ foi sendo anteposto aos substantivos mais diversos”, à medida que se relacionava com a existência de uma cultura midiática, que reverbera dos dois lados da tela, sendo caracterizada por uma dinamização e multiplicidade de trocas, formas, tempos e

espaços, num mundo globalizado em que os países estão ligados em redes de fluxos financeiros e culturais (MARTINS, 2008).

Bauman (2001) faz um contraponto entre o caráter fluido que caracterizaria esse paradigma e a centralização e hierarquização que sustentaria a existência de uma modernidade positivista, em que estaria presente uma ilusória concepção de homogeneidade e neutralidade. O mundo chamado “pós-moderno” seria, portanto, aquele que, segundo Vogt (2011), “abre mão de um centro irradiador: assim como na internet, o tráfego acontece por várias rotas”. Nesse contexto pós-moderno, teria destaque uma “vocaço informtica e informacional”, em que se desnaturalizam as verdades incontestveis e a estabilidade.

O que temos a crise de uma noo central nos dispositivos de legitimao e no imaginrio modernos: a noo de ordem. E com ela assistimos rediscusso da noo de ‘desordem’, o que por sua vez torna impossvel submeter todos os discursos (ou jogos de linguagens) autoridade de um meta-discurso que se pretende a sntese do significante, do significado e da prpria significaco, isto , universal e consistente. (LYOTARD, 2004, p.xi).

Essa multiplicidade de discursos acompanhada da redefinio do estatuto do sujeito, compreendido, pelo pensamento ps-moderno, como sendo nmade, tal como aponta Canclini (2009, p.202): “essa desconstruo dos sujeitos ensimesmados e conscientes, ligados a um territrio, radicaliza-se num mundo em rede.” No seio de uma (ciber)sociedade capitalista, ser sujeito significaria:

tomar posio ideolgica nos discursos, visto que a Internet, ao enfatizar insistentemente a ‘comunicao’, a ‘informao’ e a ‘inovao’, acaba dissimulando os pensamentos antagonistas fundados nas contradies das determinaes scio-histricas de sua produo no sistema capitalista. Portanto, preciso ressaltar que, apesar de sua crise estrutural, a lgica do capital tem se perpetuado e, conseqentemente, o mundo virtual, ao qual se tem chamado de ‘Galxia da Internet’ e/ou ‘Sociedade em Rede’, no pode escapar, nem se destacar completamente desse processo histrico real (impiedoso) que o habita. (SILVA SOBRINHO, 2011, p.43).

Reconhecemos, assim, as contradies, “furos” e desigualdades que tecem as tramas do paradigma ps-moderno, contribuindo para delinear um sistema ainda mais fragmentado, uma trama feita de (im)possveis, ou ainda, como prope Miconi (2008, p.154), “um esquema horizontal, no qual incluso e excluso constituem os novos parmetros vitais”. preciso observar que no faz parte dos nossos objetivos discutir a validade ou as particularidades dessa noo de ps-modernidade, entretanto, consideramos importante compreender alguns

dos fenômenos e efeitos a ela relacionados, haja vista que eles compõem as condições de produção do discurso (eletrônico) na contemporaneidade.

Dentre tais fenômenos que caracterizam esse período, destacamos as mudanças na noção geográfica de espaço que, no meio digital, não teria mais validade, posto que ele não pode ser mensurado, estando (supostamente) tudo a alguns cliques de distância. Conforme aponta Martins (2008), nós habitaríamos um espaço virtual construído pela nossa telepresença. Trata-se, aqui, segundo Torres (2008, p.27), de interações entre indivíduos, espaços e interfaces digitais, que trariam uma sociabilidade tecnológica sem território, uma conectividade rizomática sem-lugar, ou ainda,

formas de habitar não circunscritas às noções territoriais de soberania e da nacionalidade, implementando práticas tecnológicas de sociabilidade em que as práticas sociais tradicionais são transformadas pelas interfaces digitais e pelas formas de interação entre homem e máquina.

Isso nos remete a (re)configurações que conferem à Internet o rótulo de “multicrônica”, posto que permite, segundo Druetta (2009, p.47), a “comunicação em tempo real ou não”, num espaço ubíquo e marcado pelo uso de uma linguagem não sequencial, que permite um abrir e fechar de janelas simultâneas com diferentes textos associados de modo diverso pelos sujeitos-navegadores.

Com as novas tecnologias de informação e comunicação, alteram-se as relações entre o que está próximo e longínquo, posto que as distâncias parecem agora cada vez menores. Vigoram, para muitos, segundo Miranda (2008, p.88), “o ‘imediatismo’, o ‘tempo real’ ou o ‘direto’.”, que é marcado pela efemeridade, a qual torna tudo obsoleto num ritmo cada vez mais veloz, levando sujeitos e sentidos a um movimento incessante e sempre provisório, no qual se forma uma paradoxal memória viva, do tempo presente (VIRILIO, 2006), numa conjuntura em que:

Tudo passa. O que era há pouco, não é mais, porque agora há outra coisa no seu lugar. Essa outra coisa passa também. No tempo do fenômeno, não há coisas. As coisas não existem senão em sua evanescência, no fato de passarem. Tudo existe somente nesse aparecer e desaparecer, e sem que o que parece aparecer e desaparecer possa dizer que teve uma experiência própria, imóvel, incapaz de se perder no fluxo do tempo que passa. A esse tempo responde um Eu fenomênico que não deveria ser senão sob a forma do tempo que passa e que, portanto, não é; um Eu que não pára de ser um outro em relação a si, sem jamais ser ele mesmo. (AKOUN, 2006, p.229).

Nesse paradigma construído por relações heterogêneas e contraditórias, estamos, ao mesmo tempo, entre o aqui e o agora, em todo lugar e em parte alguma, em todas as épocas, sem deixar o momento presente, afetados por um espaço desterritorializado e uma rapidez espaço-temporal, que nos leva ao sedentarismo, numa espécie de esquizofrenia de que nos falam Lavigne e Pignier (2010, p.17):

On est à la fois partout et nulle part, à toutes les époques et dans le moment présent [...] Tous les territoires sont désormais à portée de main mais il n'y a plus de déterritorialisation pour parler avec Gilles Deleuze. L'extraordinaire mobilité et la vitesse spatiotemporelle [...] nous ramènent sans cesse à notre sédentarité. Nous sommes tiraillés par une étrange schizophrénie entre notre hic et nunc devant l'écran⁵.

Estaríamos submersos em um espaço híbrido (SILVA, A., 2006), que captura o sujeito no meio-fio entre o dentro e o fora da Rede, que se expande especialmente pela força das redes sociais, agraciadas pelas tecnologias de comunicação móveis. Nas palavras de Lemos e Lévy (2010b), “o que vemos hoje é a sinergia crescente entre o espaço físico e o ciberespaço, cujo expoente maior é o uso de ferramentas locativas como *smartphones*, *palms* e GPS para projetos que vinculam comunidades virtuais e localização real”.

As ferramentas supracitadas representam o crescente desenvolvimento da mobilidade, o qual já foi apontado, juntamente com a velocidade de conexão e a frequência de uso, como uma tendência na última pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2013). O órgão observou um aumento de 6% (entre 2011 e 2012) concernente ao acesso à Internet através do celular, o qual ocorre em paralelo ao do uso de redes sociais no país. Ainda conforme a pesquisa em questão, a proporção de usuários de Internet que utilizaram redes sociais nos últimos três meses traz à luz a importância que tais (ciber)espaços possuem nas práticas leitoras dos sujeitos-navegadores, merecendo, assim, serem melhor estudados, posto que foram observados, entre aqueles que já utilizam regularmente a Internet, elevados índices de acesso às redes sociais, sem haver muitas disparidades entre as diferentes classes sociais, com cifras variando entre 69% de uso pelos chamados usuários pertencentes às classes D/E e 78% pelos que compõem a classe A, estando no topo da desigual pirâmide social brasileira.

⁵ Estamos ao mesmo tempo em todos os lugares e em parte alguma, em todas as épocas e no momento presente [...] Todos os territórios estão, de agora em diante, ao alcance da mão, mas não há mais desterritorialização para dialogar com Gilles Deleuze. A extraordinária mobilidade e a velocidade espaço-temporal [...] levam-nos sem parar ao nosso sedentarismo. Nós somos puxados por uma estranha esquizofrenia entre o nosso aqui e agora em frente à tela.

O crescimento das tecnologias digitais é notável, sendo essa a primeira vez na série histórica em que a proporção de usuários de Internet (81 milhões de brasileiros) é maior do que a de indivíduos que nunca a usaram. Entretanto, ressaltamos que, apesar do crescente uso da Internet, bem como das redes sociais e tecnologias móveis, verificado nos últimos anos, em todas as regiões do país, não podemos ignorar que a desigualdade de acessos atinge 68 milhões de pessoas das classes C e D/E, que, segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2013), nunca usaram a Internet.

Outros dados nos ajudam a conhecer a dinâmica da disparidade de acessos que, no que corresponde ao uso da Rede pelo celular, revela a abissal distância que separa os 59% de usuários da classe A que utilizam a internet pelo celular dos apenas 9% nas classes D/E que contam com recursos para a aquisição de aparelhos adequados a essa finalidade, de acesso a uma conexão de Internet, bem como do conhecimento necessário para dela fazer uso. Essas cifras, que foram por nós retomadas aqui, indiciam o contexto sócio-histórico que sustenta práticas de leitura e escrita no digital, trazendo à luz questões acerca da acessibilidade e, ao mesmo tempo, exclusão dos sujeitos-navegadores, o que nos provoca a pensar de que lugar enunciam tais leitores, que relações ideológicas emergem daí, no entremeio com o político, que se imprime na (não)constituição dos acessos de maneira indelével.

Ao levamos em consideração essas imbricações políticas e ideológicas que sustentam os movimentos dos sujeitos, bem como suas (não) possibilidades de mobilidade e ocupação de diferentes espaços e posições para enunciar, voltamo-nos para a reflexão acerca desse (não-) lugar outro, marcado, segundo Trivinho (2008, p.212), pela emergência do conceito de glocal, que resultou “da fase mais recente da tendência tecnológica de aceleração, fragmentação, saturação e hibridação observada na dimensão simbólica da cultura.” Trata-se, ainda segundo o autor, de uma noção cuja natureza não seria nem local, nem global, compreendendo a existência dos seguintes elementos: tecnologia comunicacional, tempo real, fluxo sógnico (“a esteira de sentido circulante nas redes”), sujeito e a “relação de acoplamento entre subjetividade/corpo e tecnologia/rede” (TRIVINHO, 2008, p.213), a qual, como já vimos, é mediada por uma exterioridade no interior mesmo do discurso. Tais considerações nos levam a indagar como as relações nesse singular espaço-tempo da rede relacionam-se com a constituição dos sujeitos e sentidos, que tanto nos interessa.

O espaço, seria, então, marcado por um fluxo incessante, em que diversas linguagens estão entremeadas, atravessadas pela provisoriedade desse “não-lugar⁶” (AUGÉ, 2005) que, com “a velocidade com que a enxurrada de signos aparece, também desaparece das telas dos monitores, metamorfoseando-se à velocidade dos cliques, permitindo, desse modo, o delineamento de todas as variáveis, pois estas se transformam continuamente.” (SANTAELLA, 2007, p.198-199). É o discurso em seus movimentos difusos de constituição, cambaleantes, na corda bamba do hipertexto, que pode se romper, ao menor sinal de mudança de rota, de um problema na conexão, ou qualquer outra intempérie que coloque em evidência seu caráter faltoso e fugaz.

Tal porosidade, apesar de não poder ser vista como uma particularidade do discurso eletrônico – posto que é tida como aquilo que é mais característico do discurso, tal como pensado por Michel Pêcheux e seus colaboradores – ganha uma nova dimensão, novas possibilidades nas redes digitais. Isso se daria se considerarmos que, no ciberespaço, o caráter fragmentário, plural e inconstante, que caracteriza todo e qualquer discurso, não é algo a ser expurgado por “boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados” (PÊCHEUX, 2010, p.55), tal como ocorre no ambiente escolar, por exemplo, onde ainda vigora o discurso pedagógico de cunho autoritário (ORLANDI, 2003a).

Após essas considerações a respeito da conjuntura sócio-histórica que envolve a constituição da chamada sociedade da informação pós-moderna, passemos para aquelas que tratarão das transformações envolvendo o meio hipertextual e o paradigma comunicacional, bem como a forma de conceber noções como a de linguagem e informação.

2.3.2 Comunicação e informação em (dis)curso: contradições e deslocamentos

Segundo Di Felice (2008), historicamente, a humanidade passou por três grandes revoluções da comunicação, que introduziram novas práticas de socialização e interação. A primeira delas surgiu no século V a.C., quando, no Oriente Médio, ocorreu a passagem da

⁶ Falar de sujeitos e sentidos em trânsito nos remete ao conceito de “não-lugar”, que foi proposto pelo antropólogo francês Marc Augé. Para o autor, a atualidade e a urgência do momento presente reinam nesses não-lugares, que “se medem em unidades de tempo [...] vivem no presente. Presente do percurso, que se materializa, hoje, nos vãos de longo curso, numa tela onde se inscreve a todo instante a progressão do aparelho”. (AUGÉ, 2005, p.95), nunca se realizando completamente, posto que são “palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação”. (AUGÉ, 2005, p.74)

oralidade para a escrita. A segunda deu-se na Europa, no século XV, quando da invenção da imprensa e dos tipos móveis, que levou à difusão da cultura do livro e da leitura, antes restritos a um pequeno grupo de privilegiados. A terceira refere-se ao desenvolvimento, nos séculos XIX e XX, da cultura de massa (cujo poder hegemônico concentrou-se na imprensa, no cinema, no rádio e na televisão) e da difusão de mensagens veiculadas por meios de comunicação eletrônicos, cujos desdobramentos ainda estamos vivenciando e estudando. Por fim, é possível dizer que estaríamos testemunhando uma quarta revolução- suscitada pelas tecnologias digitais- que, assim como as outras, está trazendo rupturas no *status quo*, transformando as formas de se relacionar e produzir sentidos, confundindo os antigos papéis estabelecidos para o sistema comunicacional até então, alterando os fluxos de comunicação e o repasse de informações.

É importante dizer que com o florescimento e a consolidação da Internet, as mídias de massa não desapareceram, mas ao contrário, vêm penetrando suas redes de forma contínua, expandido e reconfigurando o panorama comunicacional da contemporaneidade, na medida em que é afetada pelas possibilidades trazidas pelas tecnologias hipermediáticas. Essas novas formas de comunicar, de produzir sentidos, suscitam transformações no modelo irradiativo (um-muitos) de distribuição, permitindo a disseminação da comunicação epidêmica (muitos-muitos) (FRAGOSO, 2008), ou seja, do modelo “todos-todos” (LÉVY, 1999, p.63), marcado pelo excesso (MARTINS, 2008), que instala outras formas de apropriação dos poderes e saberes- o que será discutido posteriormente-, ou seja, outras formas de relação entre o social e a técnica que “se interpenetram e constroem um espaço de comunicação novo e profundamente original”. (JOUËT, 1989, p.64, tradução nossa).

Ainda que não desconsideremos a falta que está implicada nesse espaço, nesse ilusório “todo(s)”, no qual nem tudo cabe, não podemos nos furtar a observar um alargamento do horizonte de possibilidades de produção e circulação de sentidos, delineando outras formas de o sujeito (se) significar, entrar na ordem do discurso, desestabilizando-a, em seus movimentos de ir e vir, por entre os nós da rede e dizeres (de) outros. Nessa conjuntura, consideramos que não é possível pensar a comunicação- incluindo a CMC (comunicação mediada por computador) que, segundo Fragoso (2008), foi inaugurada no início dos anos 1990- como um esquema fechado, infalível e homogêneo. Indo de encontro a essa perspectiva, alinhamo-nos a uma concepção de comunicação proposta por Almeida, Soares e Oliveira (2008, p.86), que a consideram ser “um processo reticular, o que contraria os paradigmas clássicos, que a entendem como um

processo linear. A compreensão da comunicação como um fenômeno plural, improvável (no sentido do luhmanniano), também é um ponto de partida.”.

Nesse contexto, que vem sendo delineado, nos últimos anos, por essas novas formas de comunicação através de computadores e outros dispositivos conectados em rede, é possível afirmar, segundo Silva (2003, p.68), “que novas condições de produção do discurso são inauguradas: teclar e escrever, navegar e ler, nesse sentido, não são processos idênticos”, devendo ser, portanto, discutidos sob uma perspectiva mais ampla, que leve em conta suas complexidades e particularidades, bem como as significações por eles suscitadas. Tal posicionamento nos é caro, pois sustentamos que a Internet é bem mais que uma ferramenta técnica de comunicação e transmissão de informações, o que requer um olhar atento para as questões de ordem sócio-histórica e ideológica que o constituem e tanto nos interessam, posto que “não se pode reduzir a questão do digital desligando-a das demais que fazem parte da reflexão sobre qualquer forma de linguagem: memória, ideologia, história, subjetividade, individuação, materialidade etc.” (ORLANDI, 2012b, p.69).

Posto isto, frisamos que as relações, no âmbito desse entrecruzamento entre o social e o discursivo, que se dão na rede eletrônica e compõem o nosso objeto de estudo, não podem, portanto, ser encerradas, reduzidas no domínio da teoria matemática da comunicação, arraigando-se na concepção instrumental, mecanicista de língua, em que ela é tomada como transparente e determinada por relações de codificação de mensagens a serem transmitidas e decodificadas por um indivíduo racional.

Afastamo-nos dessa perspectiva cartesiana para aproximar-nos de um sujeito que se vale de uma miríade de materialidades, linguagens, constituídas a partir de recursos oferecidos pela estrutura reticular e hipermediática da Internet, cuja premissa vai de encontro às noções de estabilidade e previsibilidade, tão almejadas quanto impossíveis- seja do ponto de vista da tecnologia ou do discurso-, ainda que as tentativas de controle do dizer esforcem-se na direção oposta, desestabilizando-se, assim, nesses embates e jogos de poderes, a aparente infinita potência atribuída à Babel eletrônica e ao sujeito que nela adentra.

Essas rupturas fazem com que, nas tramas da Internet, sejam conferidos novos sentidos para as noções de remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e canal, as quais fazem parte de uma concepção que não abre espaço para se pensar o sujeito, a memória, ou as condições sócio-histórico-ideológicas de produção dos

dizeres. Inferimos que essa lacuna teórico-analítica pode ser contornada pelo fazer do analista do discurso que, cada vez mais, vem se abrindo, tal como postula Pêcheux (1999b), à heterogeneidade, a outros discursos, outros corpora e à linguagem ordinária, atentando-se para a incompletude e provisoriedade que marcam toda e qualquer tomada da palavra.

Nessa perspectiva, investigar o funcionamento do discurso implica se distanciar da noção supracitada de comunicação e, também, de uma concepção de informação que, veio, na sua esteira, a inaugurar as bases da Ciência da Informação. Esse campo do saber, com o qual já tecemos algumas interfaces em pesquisas anteriores (FERRAREZI, 2007, 2010), começou, segundo Capurro (2003, p.17), como “teoría del *information retrieval* [recuperação da informação], basada en una epistemología fisicista”, relacionada com a Cibernética (fundada por Norbert Wiener, no início dos anos 1960) e, também, com a Teoria Matemática da Informação ou, simplesmente, Teoria da Informação (que influenciou o trabalho de Roman Jakobson). Sob o estofo desta última, que começou a ser elaborada, no final dos anos 1940, por Claude Shannon e Warren Weaver, assentou-se o que foi denominado “paradigma físico”, que, ao tratar da informação, coloca em segundo plano o sujeito, o sentido e a interpretação, ao se postular que:

hay algo, un objecto físico, que un emisor transmite a un receptor. Curiosamente la teoría de Shannon no designa a este objeto como información (information) sino como mensaje (message) o más precisamente como signos (signals) que deberían ser en principio reconocidos unívocamente por el receptor bajo ciertas condiciones ideales como son la utilización de los mismos signos por parte del emisor y del receptor y la ausencia de fuentes que perturban la transmisión (noise source)⁷. (CAPURRO, 2003, p.17)

Neste modelo a informação é concebida, segundo Di Felice, Torres e Yanaze (2012, p.44), como a “passagem da mensagem de um extremo ao outro e, portanto, como um processo linear onde o destinatário da mensagem mostra-se passivo no seu recebimento e, sobretudo, se mantém distinto do emissor”. Vemos, então, que esse campo do saber compartilhou com outros, como a Informática, uma postura pela qual se conferiu uma posição de prestígio ao suporte material em que se assenta uma informação, supostamente clara e objetiva, que deveria ser transmitida a um usuário, indivíduo consciente.

⁷ Há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Curiosamente a teoria de Shannon não designa esse objeto como informação (information) mas como mensagem (message) ou mais precisamente como signos (signals) que deveriam ser em princípio reconhecidos univocamente pelo receptor sob certas condições ideais como são a utilização dos mesmos signos por parte do emissor e do receptor e a ausência de fontes que perturbam a transmissão (noise source).

Segundo Robredo (2003, p.18), que foi um renomado pesquisador brasileiro da Ciência da Informação, ao ser codificada, a informação poderia “ser armazenada, preservada, reproduzida, transmitida, processada, organizada, reorganizada e recuperada”, para então ser decodificada adequadamente, esperando-se que o sentido apreendido não esteja à deriva, ou seja, que ele seja exatamente igual ao produzido, o que sugeriria a existência de uma mecânica e perfeita correspondência entre as palavras e as coisas, a qual, do nosso ponto de vista, não é possível. Tal perspectiva se alinha aos objetivos perseguidos por Shannon e Weaver, cuja teoria “visava à máxima eficiência dos canais de transmissão da informação” (DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012, p.44), sendo a falha, o “ruído”, um elemento considerado indesejável e perturbador.

Essa forma de compreender a informação pode ser flagrada, ainda, nas formulações de Buckland (1991), que a concebe de forma transparente, objetiva, tangível, como “coisa”, relegando, também, o indivíduo, que só ganhará espaço, segundo Capurro (2003, p.19), com a emergência do paradigma cognitivo. Através dessa outra abordagem epistemológica do campo da informação, busca-se “ver de que forma los procesos informativos transforman o no al usuário entendido en primer lugar como sujeto cognoscente con ‘modelos mentales’ del ‘mundo exterior’, que son transformados durante el proceso informacional”⁸, ignorando-se as implicações sócio-históricas e culturais nos processos de constituição de saberes. Tentou-se preencher essa lacuna com a emergência do paradigma social, ao qual se filiam disciplinas como a “análise de domínio” (proposta, em meados dos anos 1990, por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen), que irá privilegiar o contexto, a comunidade social, na contramão do cognitivismo. Por meio desse terceiro e último paradigma, analisado por Capurro (2003, p.21), procurou-se “abandonar la búsqueda de un lenguaje ideal para representar el conocimiento o de un algoritmo ideal para modelar la recuperación de la información”⁹, objetivos que eram almejados pelos paradigmas físico e cognitivo.

Por fim, retomamos o teórico francês Le Coadic (1996, p.5), cuja perspectiva, ainda que seja também dissonante da nossa, e talvez por isso mesmo, pode nos ajudar a demarcar um lugar teórico que sustenta nossos movimentos de reflexão, à medida que nos afastamos de

⁸ Ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário entendido primeiramente como um sujeito cognoscitivo com modelos mentais do mundo exterior, que são transformados durante o processo informacional.

⁹ Procurou-se abandonar a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação.

uma concepção de informação que, abrangendo ecos do paradigma físico e cognitivo, é alicerçada na premissa de:

um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

A relação estabelecida entre o significante e o significado não pode ser circunscrita no paradigma (tanto almejado quanto quimérico) da univocidade e literalidade da língua, posto que a heterogeneidade, que é sua marca indelével, parece ganhar, na materialidade digital, contornos de evidência, obviedade, em meio à frenética circulação de arquivos aparentemente infinitos e de sujeitos supostamente livres de amarras para enunciar, entrar e sair do ciberespaço.

Esse espaço tecnológico, mas também “político-simbólico de construção do conhecimento” (DIAS, 2009, p. 27) é, portanto, visto amiúde de forma utópica, como lugar sem fronteiras de ordem sócio-econômica ou semântica, no qual tem destaque a con-fusão de “linguagens mistas, híbridas, escorregadias, feitas de misturas de textos, linhas, sinais, gráficos, tabelas, imagens, ruídos, sons, músicas e vídeos” (SANTAELLA, 2007, p.178-179), todos eles lançados “sobre uma mesma superfície perceptual, amalgamados uns sobre os outros”, tal como aponta Xavier (2005, p.171) e Orihuela (2002, p.2), teórico espanhol que reforça o caráter multimidiático da Internet, propulsado pela tecnologia digital:

La tecnología digital permite la integración de todos los formatos de información (texto, audio, video, gráficos, animaciones) en un mismo soporte. Este carácter multimedia de la Red ha permitido la convergencia de los diversos medios de comunicación en Internet. Diarios, revistas, emisoras de radio, canales de televisión y hasta películas de cine se han integrado en un mismo soporte, junto a multitud de nuevos servicios de información, diseñados originalmente como recursos multimedia¹⁰.

Podemos considerar que esse processo técnico-cultural- advindo da digitalização e da linguagem hipermediática-, chamado de hibridização por Santaella (2007, p.293), permite a emergência de “processos de comunicação inteiramente novos, interativos, ideológicos”, que

¹⁰ A tecnologia digital permite a integração de todos os formatos de informação (texto, áudio, vídeo, gráficos, animações) em um mesmo suporte. Este caráter multimídia da Rede permitiu a convergência dos diversos meios de comunicação na Internet. Jornais, revistas, emissoras de rádio, canais de televisão e até filmes se integraram em um mesmo suporte, junto à afluência de novos serviços de informação, projetados originalmente como recursos multimídia.

são (res)significados no inconstante patchwork digital, composto por uma costura sem fim de retalhos de linguagens e discursos, no ciberespaço.

Esse fenômeno de convergência de mídias, para Jenkins (2009, p.29-30), deve ser visto não apenas como um processo tecnológico, posto que ele “representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”, o que afeta as relações tecidas entre o sujeito e a materialidade digital, no seio de uma cultura participativa, de cunho comunitário, em que à inteligência coletiva (LÉVY, 1998) é reservado um lugar de destaque.

Consideramos que as relações simbólicas mediadas pela máquina, por entre o espaço social, o tecnológico e o discursivo não são pautadas pela igualdade, posto que há sempre uma tentativa de controle do dizer, ainda que este possa escapar, penetrando insondáveis veredas de sentidos. Falaremos, a seguir, acerca desses jogos políticos de (des)poder, dos embates que fazem do discurso, o palco da ideologia e do inconsciente.

2.4 Nas redes da Internet: (des)limites para sujeitos e sentidos

O pensamento de Pêcheux (2010, p.60) sinaliza as tentativas de “policimento dos enunciados” e de “apagamento seletivo da memória histórica”, sustentadas, na ordem da língua, por relações de força que não podemos ignorar, posto que são inerentes à própria constituição dos discursos, de todo movimento de enunciação que, sendo “uma prática política em um sentido muito preciso” (GUIMARÃES, 2005, p.8), deve ser pensado histórico-ideologicamente, levando em consideração o interdiscurso que sustenta a produção de sentidos.

Consideramos que a materialidade virtual é um espaço de dizer marcado por disputas gestadas no interior da luta de classes, em que comparece o político e o ideológico. O sujeito navega, aí, por águas turvas, sem levar consigo uma bússola para guiar o seu caminho ou a certeza de que chegará onde imaginariamente deseja, de que poderá atracar sua embarcação em qualquer cais, pois, como vimos sustentando até aqui, o oceano digital não está aberto a todos os sujeitos e discursos- ainda que sustente a promessa da universalidade de acesso, a ilusão da totalidade que constitui os discursos dos “eufóricos” (SANTAELLA, 2003) e suas percepções de um (ciber)espaço despojado das formas tradicionais de poder ou organização sociais. Posto isto, podemos destacar o caráter contraditório que caracteriza os movimentos de

navegação do sujeito pela rede e, também, os próprios arquivos digitais, ambos marcados pelo equívoco, pela falta e incompletude que constituem todo discurso.

Entretanto, apesar dessas tentativas de controle do sentido estarem subrepticiamente espalhadas por toda a Internet, inferimos que, em (ciber)espaços como as páginas pessoais em redes sociais e *blogs*, é dada ao sujeito a possibilidade (ainda que limitada por fatores de ordem sócio-histórica e ideológica) de expor(-se), organizar, classificar e comentar aquilo que lê, escreve e interpreta, das mais diversas maneiras. Temos, assim,

sites e sistemas de informação populares que só funcionam graças à colaboração dos usuários na publicação, troca e avaliação de conteúdos. Esses *sites* e sistemas, portanto, são autorregulados, editados, moderados, comentados, ranqueados e administrados pelos próprios usuários (ou com colaboração deles). E já foram batizados de meios sociais ou meios cidadãos, pois é a sociedade que ativa tais meios e cria uma cultura generalização de colaboração. (MALINI, 2008, p. 83-84).

Não podemos deixar de reconhecer, assim, que a própria estrutura da rede e seus espaços de dizer – configurados com ferramentas que incitam o sujeito a, todo o momento, comentar, compartilhar, enfim, produzir sentidos sobre aquilo que lê, ou ao menos, (des)filiar-se a uma ou mais formações discursivas em confronto na *Web*, deixando pegadas de sua passagem pelas suas trilhas- favorecem uma maior flexibilidade semântica. Isso vai ao encontro das ideias de Fragoso (2008, p.184), quando a autora destaca “o número de indivíduos capazes de desempenhar o papel de emissor em processos comunicacionais de grande escala, provocando um rearranjo no cenário midiático”, o que, no âmbito da Análise do Discurso, poderia significar um incremento de possibilidades dos sujeitos tomarem a palavra e produzirem seu discurso, ao assumirem a posição de construtor do seu próprio dizer, que se enreda numa teia de muitos outros ditos e sujeitos, em que “tudo concerne à relação entre linguagem e sociedade”, como aponta Kerckhove (2008, p.126).

Observamos, então, uma pluralidade de sentidos favorecida pelo ir e vir de sujeitos em trânsito, no gerúndio constante de sua dinamicidade, velocidade na produção e circulação de objetos multimidiáticos que, não passariam necessariamente pelo crivo de um sujeito que ocuparia a posição de editor, tal como em uma revista ou jornal, na qual se definiria quem poderia dizer o quê; reside, aqui, a ilusão de liberdade e democracia plenas, sentidos que, de tanto serem repetidos, parecem naturalizados.

Pelo jogo das formações imaginárias (ORLANDI, 2003b), o sujeito, nesses (ciber)espaços discursivos, pode levar em conta, em seus movimentos de produção de

sentidos, o leitor a quem se dirige e com quem espera construir uma interlocução (GRIGOLETTO, 2011). Se tal relação não se estabelece, tem-se apenas mais uma das incontáveis páginas da *Web* que não são recuperadas pelos buscadores, não são acessadas, fazendo parte daquilo que é “inacessável” e “inacessível” (ROMÃO, 2011b), ou seja, são arquivos dispersos pelo Arquivo, ecoando no vazio. Enquanto isso, outros arquivos são largamente acessados, constituindo discursos dominantes que podem, a partir das facilidades trazidas pelo digital, se materializar em diversos outros espaços da rede, integrando outros contextos e suscitando, assim, rupturas ou continuidades de sentido, a partir da forma como os sujeitos irão deles se apropriar.

Isso tudo nos leva a afirmar que a tão vislumbrada capacidade de tudo dizer-saber-poder no *online* mostra-se, mais uma vez, uma falácia, desvestindo-se em suas falhas e incertezas, que desmistificam o imaginário de potência atribuído à Internet que, apesar de ter sua estrutura descentralizada aberta ao múltiplo, à (des)estabilização do sentido único, dominante, é constituída pelo real da língua, o impossível, como qualquer discurso que circule em suas redes. Nas palavras de Orlandi (2012b, p.81): “o procedimento tecnológico, com sua temporalidade, e os efeitos sobre o sujeito (até mesmo em seus dedos, seu corpo) constituem o processo e são parte da estrutura/ funcionamento da falha (do dígito falho) afetada pela relação material ideologia/inconsciente”, que não se dá do mesmo modo no digital, no oral ou na escrita não-digital.

Sob a perspectiva do discurso, podemos compreender que os movimentos de navegação dos sujeitos pelos mares do ciberespaço são, também, frutos de uma posição inscrita pela memória e constituída em relação às condições de produção sócio-histórico-ideológicas, visto que “o sujeito se movimenta na rede do já-dado, já-dito e já traçado por um outro sujeito, embrenhando-se em nós que já foram atados por outrem”. (ROMÃO, 2006, p. 307). Ressaltamos que as posições a serem ocupadas pelo sujeito não são únicas, mas também, não podem ser quaisquer umas, o que também indicia as lacunas e os furos existentes por entre os nós da rede, que não é, como vimos, símbolo da totalidade.

É relevante apontarmos que, da mesma forma que nem tudo está ou pode ser acessado na Internet, nem todos podem circular em suas redes. Conforme nos diz Foucault (2005, p. 9): “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.”.

Podemos fazer um paralelo entre a falta de acesso à Internet e as desigualdades que perpassam aqueles que podem adentrar o espaço ciber. Dentre as várias questões que estão aí

implicadas e que poderiam ser citadas, destacaremos as especificidades técnicas dos produtos e serviços oferecidos, tal qual foi proposto por Fragoso (2008). No caso das ferramentas pequenas, em que não se dispõe de meios para que elas atuem em larga escala (o que implicaria investimento de recursos humanos e financeiros, que não são igualitariamente distribuídos), aponta-se a incapacidade de competir com aquelas desenvolvidas por grandes empresas especializadas em conteúdos multimídia. Essas dificuldades levam a um movimento de especialização, pelo qual tais ferramentas voltam-se para temas específicos. Entretanto, se elas se destacam entre os sujeitos-internautas, começam a despertar a atenção das grandes empresas que, muitas vezes, acabam adquirindo-as, na dança dos fluxos de mercado.

Essas relações de poder, que se destacam também no ciberespaço, podem ser flagradas ainda na ordem dos acessos que, muitas vezes, como já adiantamos, acabam levando a maioria dos sujeitos-navegadores para certo número de *sites*, geralmente gerenciados por grandes conglomerados de mídia, atuantes em diversos segmentos, cujo conteúdo oferecido é marcado pelo imaginário de confiabilidade e legitimidade, tal como na mídia impressa. Em linhas gerais, segundo Fragoso (2008), esses *sites* “populares” são os primeiros a serem exibidos nas páginas de resultados de pesquisas realizadas em buscadores. Numa espiral de repetição, quanto mais o *site* é acessado, mais ele se mantém no topo das listagens, ao alcance fácil do sujeito que, impaciente, anseia por entrar na rede e iniciar seu percurso exploratório.

Bruno (2008, p.168) aponta como diversos ambientes e serviços *online* contêm “em seus próprios sistemas de funcionamento, meios de monitorar e classificar ações e comunicações dos indivíduos”, o que coloca em disputa a noção de privacidade, intimidade que, para Sibilia (2008, p.250), “se transformou em outra coisa, e agora está à vista de todos”. Isso começou, nos últimos anos, a ter lugar de destaque no contexto midiático e jurídico, relevantes instâncias de poder, culminando na aprovação da “Lei dos Crimes Cibernéticos (12.737/2012)”, que recebeu a alcunha de “Lei Carolina Dieckmann”, a partir de um caso de grande repercussão nacional envolvendo a atriz que teve seu computador invadido e arquivos pessoais divulgados em diversos espaços midiáticos na/fora da rede. Para punir ações desta ordem, a lei “tipifica como crimes infrações relacionadas ao meio eletrônico, como invadir computadores, violar dados de usuários ou ‘derrubar’ *sites*’.” (BRASIL, 2012).

Como podemos observar, as novas formas de produção e circulação de discursos- nos mais diversos suportes- trazem uma vasta gama de questões a serem (re)pensadas, discutidas, posto que colocam em cheque a ordem social e discursiva que imperou até meados do século XX. Distante dos holofotes e da esfera da lei e do espaço circunscrito àquilo que é da ordem

do proibido, destacam-se algumas práticas de vigilância e controle que sub-repticiamente se alastram pelas redes da Internet, são elas: “os mecanismos de coleta, monitoramento e arquivo de informações; os sistemas de classificação e conhecimento dos dados; os procedimentos de individualização e produção de identidades; e as formas de controle sobre as ações e escolhas dos indivíduos”, flagradas por Bruno (2008, p.170). A autora nos lembra de que tais mecanismos não foram gestados pela cultura digital, posto que constituem sistemas de vigilância há pelo menos quatro séculos. Apesar de suas raízes seiscentistas, tais mecanismos, quando desenvolvidos no ciberespaço, não se dão nos moldes panópticos, tão bem explorados na obra foucaultiana, baseados em uma lógica centralizadora de controle; pelo contrário, as relações de poder são diluídas, escamoteadas na Internet, que tanto pode promover a inclusão do sujeito, quanto excluí-lo desse espaço discursivo que vem, cada vez mais, se expandindo na velocidade das conexões.

Com o foco voltado para as práticas colaborativas e a subsequente emergência de conceitos correlatos que vêm ganhando cada vez mais destaque nas pesquisas científicas, tais como o de capital social, são silenciadas as relações políticas e econômicas que permeiam as redes da Internet, pelas quais as empresas lançam mão “de recursos que protegem os direitos autorais e seduzem os empresários tradicionais, pois seu material conta com um caminho com maiores possibilidades de controle e menos de download ilegal.” (PASE, 2010, p.14).

Isso tudo nos mostra que as vias de acesso às redes de informação no ciberespaço não são tão livres como se tende a pensar, no contexto atual em que, inúmeras vezes, o avesso do encantamento provocado pelas novas tecnologias é a carência de maior rigor conceitual, de uma abordagem que vá além de uma enumeração dos pontos positivos e negativos das mudanças trazidas por outra forma de constituição, circulação e acesso aos arquivos.

Marcamos as relações de desigualdade que rondam de forma obtusa o (in)acesso a esse mundo de arquivos, configurando um ainda expressivo quadro de exclusão digital determinado pelas diferenças sociais, falta de acesso às tecnologias de comunicação e de conhecimentos de informática, de inglês e até mesmo do português, considerando que o analfabetismo ainda faz parte da realidade do país. Porém, é preciso dizer que o acesso a essas condições materiais e saberes específicos não garante a inclusão do sujeito no ciberespaço, visto que, é necessário haver, também, a possibilidade de ele interpretar os discursos que lá circulam, o que implica ter acesso a uma memória discursiva em movimento. Sendo assim:

A Análise do Discurso (AD) vai nos mostrar que mesmo que a rede abrigue uma pluralidade de idéias, de pontos de vista, isso não é suficiente para que haja uma democratização dos discursos. Não basta as idéias estarem lá depositadas, é preciso que elas circulem, que elas tomem corpo, que elas reverberem, isto é, que elas entrem na ordem do discurso e não fiquem apenas ‘à deriva na superfície das águas’ (MELO, 2005, p.137)

Consideramos que a exclusão permeia a Internet de diferentes modos, pela falta, como já foi apontado, mas também pela presença, visto que a rede vem abrindo espaço para o dizer de sujeitos que não têm voz e vez em outros veículos midiáticos, ocupando um papel de destaque na promoção de dizeres e fazeres de luta e denúncia, como veremos na análise do nosso corpus. Assim, estamos assistindo, cada vez mais, “ao surgimento de redes *on-line* de participação e de expressão da opinião pública que incentivam a circulação de informações e possibilitam novos processos de elaboração coletiva das questões sociais e políticas em constante interação e debate com as instituições” (TORRES, 2008, p.256).

Apostamos, portanto, que, apesar da exclusão digital ainda fazer parte do cotidiano de grande parte da população brasileira, a Internet tem aberto possibilidades de emergência da polissemia e de dizeres de sujeitos que carregam as marcas do histórico silenciamento ao qual foram submetidos, tendo sido excluídos da “ordem do discurso” de que fala Foucault (2005). Quando tais sujeitos se encontram nas redes da Internet, em determinados (ciber)espaços dialógicos, colaborativos e comunitários, de onde produzem sentidos (d)e leituras, alteram-se as significações que historicamente circularam sobre o conceito de comunidade. Passemos, agora, para algumas considerações a respeito dessa noção de comunidade, que tem relevância nesse trabalho, na medida em que discutiremos como leitores e leituras se encontram e produzem sentidos nesses espaços.

2.5 Nos interstícios da Rede: os (des)enlaces entre sujeitos

No quarto capítulo, que será dedicado à (hiper)leitura, voltaremos para as comunidades formadas por leitores, que estão ganhando destaque, em diferentes espaços da Internet, despertando nossa atenção e produzindo diferentes efeitos de sentido no/sobre o ato de ler. A fim de que tal discussão seja realizada, traremos, aqui, algumas considerações a respeito das relações estabelecidas por/entre sujeitos no ciberespaço, as quais evocariam, segundo Cabral Filho e Coutinho (2009), um sentido de novidade associado à forma como são, agora, conduzidas e como são ou podem ser exploradas. Tais mudanças nos instigam a

pensar o que/como se mantém ou rompe com a ideia de comunidade que há tempos vem se constituindo no imaginário social.

Segundo Costa (2008), alguns autores apontam, de forma nostálgica, a falência da noção de comunidade, enquanto outros, aos quais nos alinhamos, concentram-se em estudar as suas transformações e até mesmo a pontuar o fortalecimento desse conceito, que teria, então, sua pertinência comprovada, em meio a nossa sociedade capitalista individualizante, que estaria assistindo à consolidação da cibercultura. Neste novo paradigma, as relações de solidariedade, vizinhança e parentesco, que eram usadas para se definir comunidade, hoje são apenas alguns dos vários padrões possíveis. Estaríamos, assim, conforme Costa (2008, p.34), “diante de novas formas de associação, imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis”. Assim sendo, ainda conforme o autor, nós passaríamos a nos deslocar não apenas por entre as redes conhecidas, mas por uma série de novos contextos e redes, pois, como aponta Dery (2006, p.179), nós faríamos parte de múltiplas comunidades, ao mesmo tempo. Tais filiações seriam como elos de contornos indefinidos, no ciberespaço, “onde de forma matricial se desenvolve o encontro com o outro, onde o corpo social se fortalece” (MAFFESOLI, 2012, p.18).

Destarte, não teríamos, de modo algum, um aniquilamento da comunidade local, formada por pessoas que vivem juntas numa mesma região, mas, com a CMC (Comunicação Mediada por Computadores), vemos ser acrescidas novas possibilidades de se estabelecerem comunidades de interesse, “para além dos limites sensoriais determinados pelo próprio corpo e seus movimentos” (KERCKHOVE, 2006, p.248).

Nesse contexto, a conexão seria o princípio que sustenta uma comunidade, a qual, na instantaneidade do on-line, pode durar apenas, segundo Kerckhove (2006, p.253), “o tempo da conversa, de uma interação, ainda que essa seja prolongada”. Esse caráter passageiro e fragmentário, que pode caracterizar uma comunidade desenvolvida na Internet, traz à luz as dificuldades envolvidas na abordagem do tema que ainda passa longe de qualquer palavra conciliatória, qualquer definição simples para um conceito de desdobramentos tão múltiplos e complexos, posto que envolve diversas práticas sociais e as relações simbólicas aí produzidas por uma ilusão grupal, que busca “preencher um déficit de laços que vem do isolamento e do caráter impessoal da lei na democracia.” (ORLANDI, 2012a, p.193).

Essas imbricações entre as diferentes configurações de comunidades tornam desnecessária uma oposição entre comunidades virtuais e presenciais, pois “nós podemos

constatar empiricamente que as pessoas que se comunicam entre elas pela Internet se encontram, frequentemente, também fisicamente” (LÉVY, 2006, p.265). No que se refere mais especificamente ao nosso objeto de estudo, observamos que não existiriam, também, fronteiras inteiriças entre as práticas de leitura que se dão no espaço presencial e no virtual. Isso se mostra, por exemplo, nos projetos de tipo Bookcrossing, *blogs* de bibliotecas comunitárias, dentre outros espaços da rede que compartilham ações voltadas para a leitura que são também desempenhadas no meio social, sinalizando outras formas de se produzir dizeres (d)e leituras. Sendo assim, chegamos à premissa de que “quanto mais as redes interativas e multimídia se desenvolvem, mais a comunidade real e física, ligada num tempo e espaço, tempo e espaço dados, se estende como comunidade virtual” (ROSNAY, 2006, p.36-37), causando efeitos em *nós* – e recorreremos, aqui, à multiplicidade de sentidos que o termo evoca-, em cada movimento pelas redes da Internet.

Na abordagem deste instigante e inacabado tema de pesquisa, destacamos, dentre os vários autores que a ele se dedicaram, a leitura de Maffesoli (2006, p. 153), renomado sociólogo francês que elabora tal discussão a partir do desenvolvimento do seu conceito de “tribo”, pelo qual discute as relações suscitadas pelo tribalismo moderno, pela religação que “se faz em torno de imagens que se partilham com os outros [...] O objeto não é importante, o que conta é o fato de que ele nos reúne”, o que vai ao encontro da noção de comunidade trazida pelo seu compatriota Lévy (2006, p.264), para quem “uma comunidade define-se por compartilhar.” Na Internet, vemos como o sujeito é, a todo tempo, levado em direção ao outro, instado a curtir, postar, (re)tweeter, compartilhar sentidos (de) outros, filiando-se a determinadas regiões de sentidos que o inserem numa determinada comunidade, em certa “tribo” a qual se identifica e cria laços de pertencimento, ainda que provisórios, posto que:

De fato, esse pertencimento não é algo estável, mas cintilante. A tribo é um evento, uma cristalização momentânea, saída da partilha das paixões. E se, no caso da comunidade, nós temos uma sociedade, com suas estruturas rígidas, no caso do tribalismo, os somos colocados diante de uma socialidade flutuante e vivaz de uniões humanas. (CASALEGNO, 2006, p.28).

Propomos, então, estar em curso uma recomposição do laço social, que se manifesta no renascimento de um indivíduo social, na configuração de um neotribalismo, ou, em outros termos, no delineamento, no momento presente, de microgrupos, microcomunidades, ou microtribos (informáticas), que significam formas de estar junto as quais não podem ser ignoradas. Segundo Maffesoli (2006, p.155), com as redes digitais, “em tempo real, pode-se

participar de um fórum de discussão, pode-se discutir tal ou tal argumento, comungar em torno de valores que nos são próprios ou que se dividem com outros”.

Para se pensar nessas relações de colaboração e compartilhamento, é amiúde sugerido que se fale em rede social e não em comunidade. Buscar-se-ia, assim, contornar a supracitada ambiguidade que seria produzida pela noção de comunidade, pois não se trataria mais de definir tal conceito em relação à existência de laços próximos e persistentes, mas ampliar o horizonte em relação às redes pessoais. Nessa perspectiva, “cada indivíduo está apto a construir sua própria rede de relações, sem que essa rede possa ser definida precisamente como ‘comunidade’.” (COSTA, 2008, p.45-46).

Entretanto, como observa Dimantas (2010, p.114), não há em si uma novidade na cultura das redes sociais, posto que, para o autor, elas sempre fizeram parte do padrão de organização do ser humano, ao longo da história; a diferença apareceria no fato de que, com as tecnologias de comunicação e interação, “as redes passam a facilitar a convivência em tempo real à distância. Provocam e potencializam a conversação. Reconduzem a comunicação para uma lógica de sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições de forma descentralizada e participativa”, agregando tanto as comunidades de bairro e de interesse, quanto as redes culturais e universitárias, “além das redes de ações ciberativistas e das caravanas de protestos virtuais que muitas vezes terminam, também, por ganhar as praças e as avenidas das metrópoles”. (TORRES, 2008, p.257). O crescente desenvolvimento das comunidades ditas virtuais é compreendido por Lemos e Lévy (2010b, p.101) como uma “nova maneira de fazer sociedade”, que vem se consolidando há mais de vinte anos, mesmo antes do surgimento da Web. Os autores nos contam que, nos Estados Unidos, em meados da década de 1980, começaram a se desenvolver as primeiras comunidades mediadas por computadores:

As primeiras formas de agregações eletrônicas são formadas a partir do momento em que instituições universitárias, pesquisadores e alunos começam a trocar mensagens pela então nascente Internet através de *e-mails* e listas de discussão. O grande impulso à Internet, no entanto, se deu fora dos EUA, quando pesquisadores do CERN, laboratório destinado aos estudos de Física, em Genebra, criaram o WWW- *World Wide Web*, um novo recurso hipertextual de viabilização multimidiática da rede. O ano é 1989 e a junção de imagens, sons e textos acessados de maneira mais simples do que os antigos programas começa a atrair indivíduos das mais diversas áreas e interesses. A partir de então, a palavra comunidade tem sido utilizada de forma corriqueira no ciberespaço. (LEMO; LÉVY, 2010b, p.102-103)

A partir do início da década de 1990, segundo Lévy (2010, p.16), o uso da Internet e dos computadores pessoais expandiu-se, o que contribuiu para a crescente exploração do ciberespaço, dessa “nova esfera pública mundial, hipertextual e multimídia”, cuja estrutura rizomática vai ao encontro do desejo de interconexão, de relação envolvendo territórios, computadores, meios de comunicação, documentos, dados, pessoas, grupos e instituições, conforme aponta ainda o autor. Contribuindo com a reflexão acerca dessa necessidade de relações, Orlandi (2012a, p.189-190) enfoca o sujeito, relacionando a necessidade que os homens têm de estabelecer laços sociais àquela de instituir “comunidades segundas” (além da “comunidade de fato”, que pode ser a família, a empresa, a igreja etc), que são compreendidas como sendo:

as que temos vontade de eleger, em que nossos desejos podem ser satisfeitos). É para elas que e se dirige nosso imaginário. Essas comunidades segundas são grupos em que cada um pode desempenhar seu desejo de reconhecimento como o reconhecimento de seu desejo e de seu ser. As pessoas têm assim a impressão de fazer parte de um grupo [...] o indivíduo encontra seu florescimento no grupo que, acolhendo-o, legitima, por sua vez, sua existência (ENRIQUEZ, *ibid*). E mais do que símbolos comuns é o mesmo tipo de imaginário que solda o grupo.

A fim de complementar a discussão, a autora traz à luz o conceito de “*esprit de corps*”- cunhado no final do Antigo Regime-, que manteria unidos os membros da sociedade. Segundo Bourdieu (1985), o termo francês faz alusão ao fenômeno em que uma identidade individual está ligada a uma coletiva, por meio do reconhecimento de uma relação de identificação, que é fundamentada num sentimento de solidariedade. Tais ideias voltam a circular na contemporaneidade, estando atreladas ao conceito de capital social que, apesar de sua popularização crescente, vem sendo discutido há muito tempo, em diferentes campos da ciência.

No que diz respeito ao âmbito da sociologia, a ideia de capital social esteve presente desde as origens dessa disciplina. Contemporaneamente, a primeira análise sistemática sobre o capital social foi desenvolvida, segundo Portes (2000), por Pierre Bourdieu, teórico francês que tem destaque nas abordagens sobre o tema, ao qual também se dedicaram, nos Estados Unidos, Glenn C. Loury, James Samuel Coleman, Wayne E. Baker, dentre outros estudiosos espalhados pelo globo. De modo geral, o capital social estaria relacionado ao:

conjunto de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento a um grupo, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980, p.2, tradução nossa).

O conceito de capital social seria dotado, assim, de um caráter intangível, pois, como aponta Antoun (2008), ele se manifesta nas próprias relações entre os sujeitos, que podem ocorrer dentro ou fora do ciberespaço, não se atrelando necessariamente, por exemplo, ao capital financeiro capitalista, ainda que este possa ser gerado como um efeito do capital social. Após essa ressalva, recuperamos os dizeres do autor que, ao estudar especificamente o digital, observou a possibilidade de emergência de relações não reguladas pela lógica monetária:

Se considerarmos que as participações comunitárias das populações em atividades coletivas voluntárias constituem um capital social, a internet parecia estar gerando as novas mídias de promoção desse capital, para fazer frente ao capital financeiro (NEGRI; HARDT, 2001 apud ANTOUN, 2008, p. 20).

Entretanto, é fundamental dizer que, nem por isso, tais relações podem ser vistas de forma utópica ou apolítica. Consideramos importante ter em conta as desigualdades, as contradições e as exclusões que marcam tais relações, inviabilizando qualquer análise simplista ou maniqueísta do tema, que priorizasse, por exemplo, uma mera descrição dos resultados positivos ou negativos, das benesses ou problemas trazidos por tais relações. Do mesmo modo, não manifestamos interesse por pesquisas que visam à análise das motivações que levam à formação de comunidades, posto que o que nos caberia, ao ocuparmos a posição de analistas do discurso, seria observar os efeitos suscitados por essas relações entre sujeitos e os sentidos que a partir delas são produzidos. Tais relações se ampliam ao envolverem outros grupos, apoiando-se na lógica da cooperação, que fundamentaria a própria noção de capital social, tal como é compreendido por Marteleto e Silva (2004, p.44): “o capital social, por suas (sic) vez, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais.”

Reconhecemos, então, que tais relações são reguladas pelo poder, jogos de forças e interesses, pois, como bem aponta Bourdieu (1980), trata-se, aqui, de ligações estabelecidas ao serem consideradas úteis. De certo modo, isso desmitificaria o caráter altruísta que, com

ingenuidade, é amiúde atribuído a todas as relações regidas em torno da concepção de capital social, o qual não raro é visto como uma solução, “como se fosse um conceito capaz de apontar saídas para todos os males da exclusão social e que permitiria resolver os problemas do baixo nível de desenvolvimento” (MARTELETO; SILVA, 2004, p.45).

Ao desnaturalizarmos algumas dessas concepções simplistas de capital social, é preciso observar também que ele tampouco seria marcado pela homogeneidade, posto que assume múltiplas formas e possibilidades de desenvolvimento, a partir dos diversos graus de proximidade e ligação entre os sujeitos (que se unem por laços considerados fortes ou fracos), que inspiraram a definição de diferentes tipologias de capital social (RECUERO, 2010), cuja abordagem detalhada não julgamos caber nos objetivos propostos para esse trabalho.

Podemos dizer, contudo, que os laços simbolicamente estabelecidos seriam, assim, de outra ordem (na qual o político e o ideológico comparecem impreterivelmente), configurando “uma fusão de capital de conhecimento, capital social e vivência comunal”, tal como aponta Rheingold (1996, p.141), ao discutir o conceito no âmbito das comunicações mediadas pelo computador e as redes digitais- os quais ele considera poder ser usados de modo a se redescobrir a cooperação como um modo de vida. O autor observa ainda o paradoxo que se instala quando precisamos recorrer às redes informáticas para recuperarmos o espírito de cooperação que ela mesma havia supostamente maculado. A relação entre comunidade e espaço digital seria marcada, portanto, pela contradição, pois:

Em numerosos locais do globo assiste-se a uma perda progressiva do sentido de comunidade à medida que as novas tecnologias vão estando disponíveis; em muitos casos a tecnologia precipitou essa perda. Este facto, contudo, não constitui um argumento efectivo contra a hipótese de podermos cooperar de novas formas através dos computadores. (RHEINGOLD, 1996, p.142).

A partir disso, podemos pensar, no entremeio do social e do digital, a disseminação de comunidades não como uma certeza inerente ao suporte, mas como uma possibilidade latente, que se concretizaria de um modo particular, através da forma como se dão as relações entre língua, história e o sujeito, o qual precisaria empenhar-se para, de fato, participar de uma coletividade; isso se dá pelo fato de que “pertencer a um grupo não é um fato dado, mas algo que requer investimento de recursos pessoais (tais como tempo, sentimentos e etc).” (RECUERO, 2012, p. 600). Um pouco antes das redes digitais ramificarem-se à velocidade da luz, Bourdieu (1980, p.2, tradução nossa) já havia postulado que o desenvolvimento de

ligações, relações de cunho comunitário, não seria algo intrínseco, natural, posto que, nas palavras do autor:

a existência de uma rede de ligações não é um dado natural, nem mesmo um dado social, constituído uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição [...] mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir as ligações duráveis e úteis, aptas a proporcionarem os benefícios materiais ou simbólicos [...] para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações necessárias e eletivas, implicando obrigações duráveis, subjetivamente percebidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).

Ressaltamos o fato de que Bourdieu (1980) circunscreveu a noção de capital social no interior das relações de proximidade que se dão no espaço físico, o que nos levou a pensar nas mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos, a partir da emergência do digital, e que vêm suscitando questionamentos, a necessidade de se re-pensar conceitos que ganham novos contornos na chamada “sociedade da informação”.

Para tanto, é preciso levar em consideração as condições de produção de uma significação a respeito das implicações trazidas pelo fato de se pertencer a uma determinada comunidade e não outra, das posições-sujeito que podem ser ocupadas quando das práticas de leitura, escrita e interpretação que são colocadas em circulação na rede eletrônica. Nessa nova conjuntura rizomática, em que as comunidades ultrapassam os limites físicos e temporais- por meio da mediação da técnica, ponto de passagem de diversas formas de interação social” (JOUËT, 1989, p.58, tradução nossa) e discursiva, acrescentamos-, outras formas de pertencimento e assujeitamento são flagradas (ORLANDI, 2012a). Fica a questão: teríamos aí um novo funcionamento discursivo? Que práticas sócio-discursivas romperiam com os sentidos que vêm sendo atribuídos, historicamente, ao conceito de comunidade?

Não temos a pretensão de responder tais questões, trazendo à luz a “verdade” dos fatos; ao contrário, desejamos levar nosso leitor a se questionar a respeito do que parece, pelo efeito da ideologia, cada vez mais evidente: o ser, estar e significar em rede. Por se tratar de relações marcadas pela multiplicidade e heterogeneidade, cuja natureza caleidoscópica e mutável- bem como as próprias delimitações que constituem o escopo deste trabalho- não permite generalizações, uma abordagem totalizante ou totalitária, optamos- também sob o signo do ideológico- por focar, nos próximos capítulos, a questão das comunidades, redes de leitores que se formam na materialidade do digital, no entremeio com o meio social.

Voltamo-nos, então, para as várias possibilidades de produção das próprias redes e comunidades pessoais, onde visibilidade e popularidade são valores almejados (RECUERO, 2012). Nesse novo contexto sócio-comunicacional e discursivo, ganham destaque as noções de “colaboração”, “compartilhamento” e “participação”, que vêm contribuindo, através da repetição, para a já citada naturalização dos sentidos de potência de um ciberespaço tomado como interligado e aberto à circulação de todos os sentidos e sujeitos. Observamos que, nas redes da Internet, a formação de um incontável número de comunidades, estabelecidas pelos sujeitos em *blogs*, redes sociais, dentre outros espaços, só foi possível a partir do desenvolvimento da chamada *Web 2.0*. Esse termo, cujo uso é polêmico, diz respeito, segundo Primo (2008, p.101), à:

segunda geração de serviços *online* e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A *Web 2.0* refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços *Web*, linguagem Ajax, *Web syndication*, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e processos de comunicação mediados pelo computador.

Essas formas de configuração da *Web* têm, ainda segundo o autor, repercussões sociais que potencializam a troca, produção e circulação de informações, construções sociais e discursivas apoiadas pela informática e, cada vez mais, disseminadas na contemporaneidade, podendo ser analisadas pela via do discurso, que materializa os sentidos que compõem tais movimentos por entre a Rede.

Por fim, temos que, após amarrarmos alguns fios sobre a Rede, a fim de podermos compreender melhor a exterioridade e a materialidade que compõem nosso objeto de estudo, traremos, no próximo capítulo, uma discussão sobre o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, de modo a aprofundar alguns conceitos e questões que já foram sinalizados até aqui e que embasarão, também, as análises do corpus previamente selecionado e constituído em nossas incursões pela rede eletrônica considerando, como diz Orlandi (2012b, p.69), “que essas noções, conceitos, procedimentos são pontos de apoio para interrogarmos a estrutura e funcionamento das novas tecnologias” que perpassam a relação do sujeito com a linguagem de modo particular.

3 NAS TRAMAS DO DISCURSO: SUJEITOS E SENTIDOS EM MOVIMENTO

FIGURA 3

“Leer es transformar lo que se lee, lo cual deviene, de este modo, un objeto refractado, interpretado, modificado”¹¹

Noé Jitrik

¹¹ Ler é transformar o que se lê, o que se torna, deste modo, um objeto refratado, interpretado, modificado.

Diante dos avanços tecnológicos, que surgem em intervalos de tempo cada vez menores, da comunicação instantânea e dos arquivos digitais, imbricados em um ciberespaço labiríntico que suscita mudanças nas relações com o conhecimento, o sujeito e a materialidade discursiva (DIAS, 2005), reiteramos o nosso desejo e a importância de empreendermos uma pesquisa que busque investigar tais transformações, lançar um olhar crítico sobre os movimentos do sujeito-navegador da rede, os arquivos discursivos em constante circulação e (re)construção na fluidez do ciberespaço, não levando em conta apenas as questões técnicas, ligadas à materialidade do arquivo, mas a sua dimensão político-ideológica. Para tanto, atentamo-nos às relações de poder em jogo, ao mecanismo ideológico que apaga o caráter “nevoento” do discurso, das palavras, como aponta Saramago (2008, p.54), sinalizando que não há uma relação clara, objetiva, direta, entre as palavras e as coisas, ou seja, a literalidade do sentido é uma ilusão, pois ele pode sempre vir a ser outro.

Esse modo singular de conceber as tensas e efêmeras relações entre sujeitos e sentidos, nas tramas do dizer, requer um arcabouço teórico-analítico que o sustente, levando-nos a seguir uma trilha indiciária do funcionamento discursivo, as pistas dos sempre provisórios movimentos de “constituição, formulação e circulação de sentidos” (ORLANDI, 2010a, p.8). Apoiamo-nos, para tanto, nos pressupostos da Análise do Discurso de linha pecheuxiana, teoria essa que nos instiga a espiar pela cortina do evidente, duvidar da aparente placidez do sentido dominante, tido como transparente, o que nos leva a assumir uma posição de não-saber, o desejo de se aventurar pelas veredas do incerto, do inconstante e do faltoso, na esteira da genuína paixão que, segundo Courtine (2005), Michel Pêcheux nutria pelas coisas que fazia e, acrescentamos, pelo seu fazer de analista, de articulador de uma teoria efervescente, que vem passando por diversas reformulações a longo desses seus quase cinquenta anos de existência inquietante.

Isso tudo também nos move a seguir, mais uma vez e de um modo sempre outro, os (des)caminhos percorridos pelo autor e por aqueles que o acompanharam no in-tenso processo de (re)constituição da teoria do discurso, que há alguns anos impulsiona nossos movimentos em direção ao saber, tornando o mundo “mais amplo, menos sabido, mais desafiador” (ORLANDI, 2006, p.2). Remontamos, assim, aos primeiros fios teóricos bordados a partir do enovelamento de vozes vindas, principalmente, da Linguística, Filosofia, Psicologia, História e Sociologia, que foram entre-tecidas na França, em meados dos anos 1960. Investigar as origens da fundação dessa “nova disciplina transversal” (MALDIDIER, 2011) nos leva a resgatar os sentidos de encontro, como aqueles promovidos por Michel Pêcheux, filósofo

afeito à epistemologia, que atuava como pesquisador no Laboratório de Psicologia Social do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), em Paris.

A “aventura teórica” da Análise do Discurso, que foi capitaneada pelo filósofo francês e lembrada por Maltidier (2003, 2011), deu-se a partir dos diálogos com Georges Canguilhem e Louis Althusser, iniciando uma profícua rede de (des)articulações teóricas, que abarcou, ao longo de quase duas décadas, importantes pesquisadores, dentre os quais destacamos os nomes de Michel Plon, Paul Henry, Claudine Haroche, Françoise Gadet, Catherine Fuchs, Jacqueline Léon, Antoine Culioli, Jean-Marie Marandin e Michel Foucault. As reflexões tecidas por/com esses e outros pensadores contribuíram direta ou indiretamente para a construção de uma teoria que, apoiada na tensa tríade formada pela Linguística, Marxismo e Psicanálise, abriga, em sua própria formação, a multiplicidade e heterogeneidade que reconhece no discurso. Situamo-nos, assim, nesse lugar de entremeio, fruto das articulações que Pêcheux elaborou até o seu desaparecimento, em 1983, a partir das obras de Ferdinand de Saussure (considerado o pai da Linguística moderna), Karl Marx (tal qual relido por Louis Althusser) e Sigmund Freud (re-pensado por Jacques Lacan).

De modo geral, observamos que, em diversas obras (PÊCHEUX, 1993; ZANDWAIS, 2009; MALDIDIER, 2003, 2011; GREGOLIN, 2004 etc), são abordadas as épocas, fases pelas quais a Análise do Discurso foi freneticamente se desenvolvendo, estabelecendo-se como uma teoria materialista do discurso, cujas bases de sustentação não se confundem com as da Linguística, marcando-se assim a sua especificidade, o seu afastamento de uma concepção fortemente formalista da linguagem, fincando suas bases em outro terreno. Segundo Zandwais (2009), desde o início, M. Pêcheux ocupa um lugar de resistência, do qual sua voz instala sentidos de discordância em relação às posições predominantes, nos anos 1960, nas Ciências Sociais, marcadas por um viés positivista, que postula a (pretensa) objetividade e neutralidade científicas, não levando em consideração as questões relativas à língua e à exterioridade que lhe é constitutiva.

No texto publicado postumamente, em 1984, Pêcheux (1999b) discute o quadro epistemológico da Análise do Discurso, a partir de meados da década de 1960, apontando o já mencionado interesse que linguistas, historiadores e alguns psicólogos, em busca de uma ruptura com a Psicologia Social, manifestaram por essa teoria, reafirmando o caráter dialético da Análise do Discurso, a transdisciplinaridade que a marcou em sua constituição e que é origem de vários confrontos. Dentre as disciplinas que contribuíram para o desenvolvimento da teoria do discurso, destaca-se, inicialmente, a Nova História e, também, os estudos de

Foucault sobre a arqueologia, dos quais Pêcheux se aproximou, especialmente durante os anos finais de sua elaboração teórica.

No que se refere à Nova História, Pêcheux (1999b, p.2) destaca a sua importância por ter colocado sob suspeita a transparência da linguagem, as “certezas associadas ao enunciado documental”. Indo ao encontro dessa perspectiva, Foucault toma o documento como monumento, “um nó singular em uma rede”, ou um “vestígio discursivo em uma rede”, contribuindo para distanciar, ainda mais, a teoria pecheuxtiana “de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais ‘legitimados’ um privilégio que se mostra cada vez mais contestável”. (PÊCHEUX, 1999b, p.3). Nesse sentido, demarca-se uma abertura à heterogeneidade, a outros discursos, outros corpora, e à linguagem ordinária, afastando-se das premissas da pesquisa de base sociolinguística. Nesse mesmo texto, também é apontada a complicada relação da Análise do Discurso com as disciplinas psicológicas, especialmente com a Psicologia Social, que ignora a história, a língua e o inconsciente. Posto isto, observamos que, desde seus primeiros escritos publicados, o artesão da teoria do discurso buscou empreender uma “reflexão marxista, nos domínios do humanismo, onde questões sobre subjetividade, ideologia, confrontos e lutas de classe ocupam lugares essenciais” (ZANDWAIS, 2009, p.15-16), o que nos permite dizer que Pêcheux situou a sua teoria nesse espaço incerto em que língua e história se encontram em conflito, em meio às transformações nos âmbitos político e social.

Adotando inicialmente o pseudônimo de Thomas Herbert, Michel Pêcheux inaugura, em 1966, sua incursão pelo universo da pesquisa científica, tecendo algumas reflexões preliminares, de cunho marxista, a respeito das Ciências Sociais e de uma “teoria geral das ideologias”. Entretanto, ressaltamos que o grande passo a frente para a elaboração da teorização do discurso foi dado apenas em 1969, com a publicação do livro “Análise Automática do Discurso”, que apresenta, ainda de forma incipiente, alguns conceitos importantes que foram re-trabalhados por Pêcheux nos anos seguintes.

Observamos que tais reelaborações se fizeram necessárias, pois, apesar desse salto, o autor ainda sustentava uma visão que, após os avanços da teoria, pareceu ingênua, “acreditando, quiçá, que pudesse lançar mão de dispositivos mais ou menos ‘automáticos’ para ‘conciliar’ questões discursivas e estruturais.” (ZANDWAIS, 2009, p.22-23), à medida que conferia destaque ao mesmo, à homogeneidade, à paráfrase, em detrimento do outro, para o qual ele se voltou anos depois.

Deste modo, a Análise do Discurso foi marcada, primeiramente, por uma “fantasia da totalidade” (MALDIDIER, 2011, p.42), que tomou a forma de uma “máquina discursiva”, concepção essa que foi sendo revista por Michel Pêcheux ao longo dos anos, a partir de uma corajosa autocrítica, pela qual foram repensadas o que ele chamou de “ignorâncias deliberadas”, sustentando “argumentativamente, sobre o terreno da informática, a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou ‘intelectiva’.” (PÊCHEUX, 2011e, p.280-281). Por essa ótica, é apontado o equívoco dos procedimentos da Análise Automática do Discurso, que ficavam mais próximos das evidências empírico-lógicas da leitura, as quais Pêcheux (2011e) considera terem sido postas em xeque com a Análise do Discurso; daí a necessidade de uma reavaliação crítica da própria teoria, que, como o discurso, está sempre em movimento.

A década de 1970 foi marcada, segundo Maldidier (2011), pelo desenvolvimento dos conceitos de formação discursiva, sujeito, formação ideológica e, também, de interdiscurso, pensado em relação às noções de pré-construído e intradiscurso (o fio do discurso), que em breve serão, aqui, explicitados. As articulações que Pêcheux (re)elabora nessa época são densamente desenvolvidas na obra de 1975 intitulada “*Les vérités de la Palice*” (“Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, no Brasil), considerada o ponto alto da sua construção teórica. Nesse livro, o autor assume a perspectiva marxista-leninista, considerando as formações discursivas como heterogêneas e os sujeitos como clivados, configurando, segundo Zandwais (2009, p.33), “uma ponte entre o funcionamento da polissemia como processo significante e a prática política da transformação”, em tensão permanente com a reprodução, em um movimento dialético.

Nos anos seguintes, tem início o que é conhecido como um tempo de desconstruções, reconfigurações da teoria pecheuxtiana, cuja raiz se encontra nas mudanças no âmbito político-histórico, que culminaram na crítica ao modo como foram construídas as relações entre a política e a Análise do Discurso, pelo qual esta adotou uma postura em que pretendia suplantar uma prática de leitura e escuta políticas, através do que Pêcheux (1981, p.3, tradução nossa) chamou de “prótese teórico-técnica” sofisticada, questionando, assim, uma posição partidária de base científica. A partir desse movimento, desmantela-se, segundo Maldidier (2011), a concepção de uma máquina discursiva avessa às faltas, aos furos, bem como o sucesso do processo de assujeitamento e da ideologia dominante. Descarta-se, assim,

segundo Pêcheux (1981, p.4, tradução nossa), uma “concepção homogeneizante da discursividade”, de modo a reforçar o caráter heterogêneo e, ao mesmo tempo, lacunar da linguagem, que se tentou apagar, desconsiderando a contradição que, segundo o autor, atravessa as formações discursivas, a constituição do sentido, visto que “só há causa daquilo que falha”, não havendo ritual sem brechas (PÊCHEUX, 1997b, p. 300). Esse caráter “esburacado”, esfacelado, do discurso lhe é constitutivo e imprescindível, posto que, conforme aponta Ferreira (2003, p.44), “se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem”; e acrescentamos, se tudo já tivesse sido dito, não haveria motivações para girarmos novamente, e de maneira sempre diferente, a roda do dizer.

Nessa conjuntura, observamos a maturidade que Pêcheux atinge ao apontar que o discurso está sempre em movimento, através dos jogos entre o mesmo e o diferente, que evocam, segundo Zandwais (2009, p.42), uma “relação transversa entre a estrutura, a base linguística, o acontecimento, e os processos históricos através dos quais os acontecimentos se discursivizam”. Posto isto, destacamos que, no curso do desenvolvimento da Análise do Discurso, Pêcheux se afastou da concepção althusseriana que dá ênfase à reprodução dos discursos, considerando a possibilidade de haver um espaço para a sua transformação, a “irrupção do descontínuo, do inesperado na ordem da história como um fato que emerge pela desestabilização do que parecia estar estabilizado sob o ponto de vista lógico” (ZANDWAIS, 2009, p.40).

Confere-se, assim, um lugar privilegiado ao outro, ao acontecimento (PÊCHEUX, 2002), alargando-se as fronteiras da Análise do Discurso. Essa expansão dos limites da teoria pecheuxtiana pôde ser observada, também, pelo crescente interesse pelos discursos cotidianos, não-oficiais (MALDIDIER, 2011), e não somente pelos discursos políticos, os “enunciados dos porta-vozes legitimados (textos impressos, declarações oficiais, etc)” (PÊCHEUX, 1981, p.5, tradução nossa).

Assim sendo, a Análise do Discurso distanciou-se dos chamados “universos discursivos logicamente estabilizados”- que se referem, por exemplo, ao discurso das ciências naturais e tecnológicas-, a fim de estabelecer-se no campo dos espaços discursivos não estabilizados, derivando, segundo Pêcheux (1999b, p.9), “dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e logo também o dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizados”. Tal posicionamento implicou um giro teórico em que, ao invés de se manter reduzida a uma prática de leitura de textos políticos - especialmente os de esquerda, a fim de

“perscrutar suas especificidades, suas alianças e seus limites” (PÊCHEUX, 1981, p.3, tradução nossa)-, a Análise do Discurso tenha se configurado como um dispositivo que nos permite pensar a textualização do político, compreendendo, assim, como se dão as imbricações entre o simbólico e as relações de poder (ORLANDI, 2005a), isto porque, como explica a autora, o político é a divisão dos sentidos, os quais:

não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’ os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si. (ORLANDI, 2010b, p.12)

Nessa perspectiva, o objetivo da Análise do Discurso não é ser “especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos” (PÊCHEUX, 1999b, p.8), mas expor o sujeito-leitor à opacidade e incompletude do texto, de modo que ele o interprete – levando em conta a exterioridade que o atravessa–, e não o decodifique. Assim sendo, o gesto interpretativo do sujeito, que ocupa a posição de analista do discurso, é sócio-historicamente determinado, o que, segundo Cazarin (2011, p.154), nos permite dizer que a interpretação “sempre pode ser outra, as condições histórico- sociais podem ser outras, os sujeitos podem se (re)significar e por conseguinte, os sentidos deslizam”.

Após essa breve retomada de alguns fios que compõem a trama histórica da constituição da Análise do Discurso de linha francesa, frisamos que, ao longo dos dezessete anos decorridos entre a sua primeira publicação e o seu desaparecimento, Michel Pêcheux mostrou ser um inquieto e curioso filósofo-linguista, que desenvolveu com afinco e ousadia uma teoria que não se submeteu ao reinante “paradigma de formatação do mundo, das idéias e das coisas”, de que fala Ferreira (2003, p.39). Pêcheux tampouco temeu trazer à luz o que era rejeitado por uma reinante concepção positivista da língua(gem), abrindo espaço para uma perspectiva materialista do discurso que, ainda conforme a autora, traz o sujeito para o centro desse novo cenário, colocando “em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (PÊCHEUX, 2002, p. 45). Isso se dá através do efeito subversivo que representa a tríade Marx- Freud e Saussure, pelo qual, segundo Orlandi (2011a, p.18), Pêcheux se nega a prender a questão da linguagem “entre o campo da biologia e o espaço da lógica em uma fenomenologia psico-biológica de estratégias pragmáticas do sujeito falante”. Posto isto,

o que se pode depreender do percurso de Michel Pêcheux na elaboração da Análise de Discurso é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios. (ORLANDI, 2002, p.7)

A partir do exposto, podemos dizer que a Análise do Discurso, tal como seu objeto, não se assenta em solo plano, tendo a instabilidade como uma marca que a levou (e ainda a/nos leva) a reformular e revisitar conceitos dos quais nos valem, nesse trabalho, para pensar as relações tecidas por entre os nós do discurso, que se (des)dobra e se (con)torce a todo momento, como para nos lembrar de que a língua não se curva às tentativas de sua contenção, de delimitações de fronteiras rígidas que circunscrevam os sentidos, delimitando os espaços possíveis de significação; esquivando-se dessas concepções mais restritivas, a língua é compreendida aqui como “um sistema instável, heterogêneo, não fechado” (ROBIN, 1986, p.125, tradução nossa).

Pêcheux afasta-se, portanto, de perspectivas que preconizam a de/codificação de palavras, a análise de conteúdo e as leituras que ele considera artificiais; nesse ponto, ele se refere à informática, que tenta, através de seus algoritmos, fixar “o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados”, numa espécie de “terapêutica da linguagem” (PÊCHEUX, 1997a). Nessa direção, a Análise do Discurso vai de encontro à Inteligência Artificial- que buscava, segundo Marandin e Pêcheux (2011, p.112), “simular os mecanismos da inteligência humana no quadro do ‘sujeito espistêmico’.”- e às “abordagens quantitativas e estatísticas do material textual”. É prudente observarmos que as reflexões de Pêcheux sobre o digital foram gestadas até o início dos anos 1980, portanto, antes da consolidação da *World Wide Web*, dos navegadores (*browsers*) e das interfaces gráficas de usuário (GUI), que tornaram desnecessário:

saber o que está por baixo da interface da tela, muito menos como funcionam os programas computacionais e a máquina em que esses programas são processados. Se o usuário não tiver muitas pretensões exploratórias, basta memorizar um plano técnico de indicações sumárias, para que ele possa entrar na rede. É por isso que crianças de cinco anos já são capazes de se conectar a partir da memorização de uma pequena sequência de ícones. (SANTAELLA, 2007, p.2)

Adentramos, assim, um terreno que não mais apenas os programadores, os técnicos informáticos podem dominar, o que implica considerar estar em curso uma “nova” forma de

apropriação do ciberespaço, diferentes práticas sociais e discursivas, de leitura, escrita e interpretação, perpetradas por sujeitos que outrora estavam impedidos de ali circularem.

Na esteira dessas mudanças- que possibilitaram o surgimento e/ou ressignificação de termos que sinalizam essa outra forma, interativa, de estar em rede, tais como “surfar”, “navegar” e “clicar”-, destacamos a subversão do sistema representável da linguagem das máquinas e das gramáticas. Isso tudo nos provoca a pensar a respeito do que (não) mudou desde então, no que se refere à produção de sentidos no (ciber)espaço discursivo, cujos efeitos emergem agora sustentados por outras condições de produção, quais sejam, as da chamada pós-modernidade, pela qual a “própria velocidade da rede e das tecnologias de comunicação [...] impõem uma forma de textualização específica” (DIAS, 2008, p.16), o que dá margem para refletir sobre, por exemplo, a emergência do “internetês”.

Em linhas gerais, o internetês é uma escrita produzida pelo afeto, “a língua em seu modo de escrita abreviado, acrônimo, com o uso de smileys, onomatopeias, substituição de letras, ausência de acentuação, substituição de caracteres alfabéticos por numéricos entre outras características” (DIAS, 2008, p.15), que apontam para um movimento de resistência do sujeito a uma língua fechada, padrão. No bojo dessas discussões, opõe-se a análise do discurso à análise textual informatizada, que visaria, segundo Pêcheux (2011e, p.275), à construção de:

procedimentos automáticos de leitura-tradução, indo da superfície dos textos à uma representação formalizada não ambígua suscetível de se prestar a diversos cálculos (lógicos, semânticos etc..) que não suportam as línguas naturais: em resumo, se trataria de ‘limpar’ os textos para deles extrair o sentido unívoco.

Sob essa ótica, intentar-se-ia eliminar as ambiguidades, equívocos e deslizamentos que, como já foi dito, constituem a linguagem. Na contramão de tais ímpetos “higienistas”, a perspectiva pecheuxtiana sustenta-se, também, sob uma concepção de língua que se distancia daquela defendida pela Linguística, pois, segundo aponta Ferreira (2003, p.42), “a língua do analista é outra. É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência.”

Observamos, aqui, o caráter contraditório que é atribuído à língua e flagrado por Michel Pêcheux, em um texto publicado postumamente; retomemos as palavras do autor: “a

posição epistemológica da análise do discurso conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (PÊCHEUX, 2011a, p. 228).

E é nesse espaço que, ao assumirmos a posição de analistas do discurso, somos levadas a perscrutar as “mil faces” de uma palavra (ANDRADE, 1984), que são silenciadas pelo mecanismo de naturalização dos sentidos quando, em determinado contexto sócio-histórico, um deles nos parece o único possível em sua aparente “face neutra”. Sob essa evidência do sentido único apaga-se o caráter material dos sentidos, a historicidade que os sustenta e que se refere ao modo como a história se inscreve no discurso. Isso nos indica que o sentido é dado ideologicamente em relação à exterioridade, às posições que o sujeito ocupa para interpretar e construir seu discurso, entendido, aqui, como um conceito que, na perspectiva pecheuxtiana, implica pensar a língua em movimento.

O objeto teórico da Análise do Discurso é, então, produzido na/pela língua, sendo uma “prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos” (FERREIRA, 2001). Por estar sempre em funcionamento, em (re)construção e circulação, o discurso está sujeito a deslocamentos e, ao mesmo tempo, a repetições, no tenso jogo entre a estrutura e o acontecimento (PÊCHEUX, 2002), entre a aparente estabilidade e a virtual ruptura, como a calmaria que escamoteia a iminência da tormenta; metáfora esta que se mostra apropriada, quando consideramos o quão revolucionário e árduo foi abrir espaço, no meio acadêmico-científico, para uma reflexão que deslegitima o privilégio conferido historicamente ao estabilizado, ao homogêneo, enfim, a tudo aquilo passível de controle e organização.

Esse movimento de problematizar aquilo que ocupava uma posição marginal no até então reinante estruturalismo, foi ganhando, como vimos, cada vez mais destaque no período da maturidade teórica de Pêcheux, que se dedicou a observar essa possibilidade de deriva do discurso, o movimento que “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 1999a, p.52), trazendo o novo no interior do mesmo, ou seja, palavras já-ditas a serem reatualizadas em uma nova conjuntura sócio-histórico e ideológica, constituindo um novo funcionamento discursivo. Nessa perspectiva, todo discurso seria considerado:

o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2002, p.56)

Posto isto, podemos considerar que o discurso é “um verdadeiro nó, lugar teórico onde se intrincam questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p.15), que são atravessados pela contradição, incompletude e ambiguidade, sinalizando uma presença-ausência de sentidos, o invisível e o indizível que, como afirmou Lispector (1998, p.176), se dá pelo fracasso da linguagem, pois “só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu”. Desconstrói-se, aí, a utopia de uma língua una e perfeita, uma concepção de homogeneidade que é rechaçada nos escritos de Pêcheux, dentre os quais destacamos um texto em que ele se dedicou a investigar justamente as relações in-visíveis de poder, analisadas a partir dos discursos revolucionários que circularam, na França, entre o final do século XVIII e meados do século XX.

Nesse artigo, publicado originalmente em 1982, Pêcheux (1990, p.11) observa que a unidade, igualdade frente à língua é apenas aparente, uma ilusão favorecida pela difusão da língua nacional, “uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito”, cujo discurso representaria uma nova língua de madeira que, segundo Gadet e Pêcheux (2004 apud GRANJEIRO, 2008, p.74), é constituída por “enunciados extremamente codificados, tipos de códigos fechados, inacessíveis a outros setores não envolvidos nesse campo de saber bem como à maioria da população”. Nesse âmbito, a luta de classes, raiz histórica das contradições, se dá sob a aparência da paz social, fazendo com que haja “um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois”, como aponta Pêcheux (1990, p.12).

Nessa análise dos discursos revolucionários do século XX, o autor sinalizou um processo pelo qual se desenvolveu, como já apontado, uma divisão interna de um único universo, atravessado por fronteiras invisíveis, que são instáveis, assim como a constituição ideológica dos sentidos, havendo pontos de resistência sob a dominação. Assim, temos que “as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990, p.16), o que afasta a Análise do Discurso de uma perspectiva maniqueísta. Como formas de resistência, são citadas a alteração do sentido das palavras e frases, o ato de tomar os enunciados ao pé da letra, de falar quando se exige silêncio, dentre outros, de modo a não reproduzir o discurso da

dominação. Segundo o autor, através destas quebras de rituais, transgressões de limites, temos:

o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso da rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990, p.16).

Esse movimento de ruptura coloca em jogo novas relações de força, novas imbricações entre o invisível e o visível e, por conseguinte, outras formas de constituição de sentidos. Essa discussão realizada por Pêcheux (1990) encontra ressonância num artigo de Eni Orlandi, no qual a pesquisadora, voltando-se para a escuta do contemporâneo, dialoga com algumas considerações do mestre francês, ao apontar as diversas relações– com o poder, com o político – que, ainda hoje, levam o sujeito a ocupar o seu lugar (pelo processo de assujeitamento ideológico, acrescentamos) em uma sociedade dividida, cuja cisão é apagada, com o fim da guerra, pela ilusão do sucesso do capitalismo (tal qual se deu com o socialismo) e da existência de uma unificação em escala global, de uma comunidade internacional que se configura “na utilização do poder da mídia e da comunicação, filiando-se a redes planetárias graças à utilização da internet e impõem a visão nova de um mundo interdependente” (ORLANDI, 2011b, p.6).

Podemos pensar, então, que, apesar das fronteiras parecerem cada vez menores, das distâncias serem encurtadas e da noção de tempo ser reconfigurada- reduzida ao instante fugidío, a um presente eterno-, não é possível ignorar as contradições e faltas que atravessam essa suposta totalidade, homogeneidade. Sem ludibriar-se por tais ilusões, Orlandi (2011b, p.7), considera que a mundialização acaba por reforçar as desigualdades, o que a leva a desconfiar de expressões como “escala planetária”, tão extensamente reproduzidas na mídia e no meio científico, que se “esquecem”, muitas vezes, de que “tudo isso depende de condições concretas e estas como sabemos estão longe de serem ‘partilhadas’.”

Inferimos que nesse contexto, em que as barreiras de tempo e espaço seriam ultrapassadas, atravessadas na velocidade de um clique, amplia-se a ilusão de potência do sujeito, que reside no esquecimento de que não se pode ser/ter/dizer/saber tudo, já que tais (im)possibilidades são reguladas (e apagadas) por relações ideológicas de (des)poder. Reconhecemos, assim, a atualidade das reflexões pecheuxtianas, que ganham relevância ao

trazer uma maneira mais profícua de conceber o discurso, os processos de significação na chamada “sociedade da informação”.

A essas considerações de Michel Pêcheux somam-se as de Foucault (2005, p.37), que também aponta os limites para o sujeito enunciar, ao afirmar que “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala”. Inferimos que o discurso eletrônico se encontra nesse segundo caso, ao serem naturalizados os sentidos que o tomam como aparentemente aberto a tudo e a todos, sem restrições. Nesse (ciber)espaço discursivo, os embates entre o que se pode dizer e o que é interdito, entre quem pode tomar a palavra e aquele a quem ela lhe é negada fazem do discurso, uma “ferramenta imperfeita” (rememorando Paul Henry), que não pode ser confundida “nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (MALDIDIER, 2003, p.21)

O conceito de discurso que é sustentado nesse trabalho afasta-se, portanto, da noção de transmissão de informação (que suscitaria os sentidos de neutralidade e utilitarismo), compreendendo-o como efeito de sentidos, que se constituem de acordo com a sua remissão a uma determinada formação discursiva. Ocupando um lugar de destaque na Análise do Discurso pecheutiana, o conceito de formação discursiva se refere, segundo Ferreira (2001), à matriz de sentidos, a um “lugar de articulação entre língua e discurso”, ou ainda, a “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 160).

O grande salto de Pêcheux foi o de pensar que a formação discursiva, tal como o discurso, encontra-se sob o signo da heterogeneidade, da contradição, que tornam frágeis e instáveis os limites entre o dentro e o fora, numa con-fusão nebulosa flagrada por Robin (1986, p.126):

Un des grands déplacements de l'analyse du discours, parallèle aux nouvelles conquêtes de la linguistique, aux crises diverses des sciences humaines et aux nouveaux acquis de l'histoire des mentalités, a consisté à décompactifier les formations discursives, à les penser non dans leur clôture mais dans leur division, leur ouverture, leur dedans/dehors, leurs frontières/bordures, en

réintroduisant l'indéterminé, de l'inconsistance, de la contradiction et de l'hétérogène¹².

Isso tudo nos impele a trazer à luz os dizeres de Ferreira (2001) que apontam para o fato de que “entre formações discursivas distintas, podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança”. Tais relações são engendradas pelos jogos ideológicos de poder, que re-definem o processo de significação, constituído no interior da luta de classes e da desigualdade, as quais regulam a produção de todo discurso. Essa ligação existente entre o discurso e a ideologia é, na ótica de Pêcheux (1997b, p.92) imprescindível, posto que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Do mesmo modo, é essencial levar em consideração a relação estabelecida entre os conceitos de formação discursiva e formação ideológica, pela qual o primeiro é visto como uma forma de representação do segundo.

Por formação ideológica, entende-se o “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX, 2011c, p.72). Esse embate de forças é também flagrado por Pêcheux e Fuchs (1975, p.10), que o inserem no seio do terreno social sob o qual se enraízam e entremeiam as noções de formação social, formação ideológica e formação discursiva- tríade que fundamenta essa teoria materialista do discurso, que sustenta nosso fazer de analista:

On parlera de formation idéologique pour caractériser un élément (tel aspect de la lutte dans les appareils) susceptible d'intervenir comme une force confrontée à d'autres forces dans la conjoncture idéologique caractéristique d'une formation sociale en un moment donné¹³.

Temos, como resultado desse in-tenso processo de reconfigurações e representações conflitantes, a emergência de um dizer que, por um efeito ideológico, é considerado, pelo sujeito, o único passível de enunciação, em um determinado contexto, silenciando-se todos os outros que com ele teceram relações de aproximação ou distanciamento. Essa forma de

¹² Um dos grandes deslocamentos da análise do discurso, paralelamente às novas conquistas da linguística, às crises diversas das ciências humanas e às novas conquistas da história das mentalidades, consistiu em descompactar as formações discursivas, a pensá-las não no seu fechamento, mas em sua divisão, sua abertura, seu dentro/fora, suas fronteiras/bordas, re-introduzindo o indeterminado, a inconsistência, a contradição e o heterogêneo.

¹³ Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (tal aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força confrontada às outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento.

conceber a ideologia como produção de evidências no todo social- que foi proposta por Pêcheux, a partir da leitura althusseriana da obra de Karl Marx- afasta-se da perspectiva marxista que a considera um mascaramento, ocultação de alguns sentidos na história, da contradição, da luta de classes, pois “resulta justamente da inscrição no processo de produção de sentidos que, na historicidade, apaga as diferenças, os conflitos, e produz uma naturalização” (MARIANI, 2011, p. 256). Em resumo, temos que a constituição de um sentido advém de uma base sócio-histórica (formação social) que é atravessada pela luta de classes, sustentando, por sua vez, um sistema de representações (formação ideológica), tal como aponta Pêcheux (2011c, p.72):

o tipo de concreto com o qual lidamos e sobre o qual pensamos é precisamente o que o materialismo histórico designa pelo termo de relações sociais, que resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante dos quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social).

Frisamos que tais representações se dão a conhecer, se materializam na ordem da língua, comportando diferentes formações discursivas que se entremeiam e fornecem a todo sujeito “sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”. (PÊCHEUX, 1997b, p.62), que os leva a ocupar uma determinada posição para enunciar. Ao reformular o conceito de formação discursiva proposto inicialmente por Michel Foucault, Pêcheux concebeu-o de maneira singular, relacionando-o, também, a uma regionalização do interdiscurso.

Por sua vez, o interdiscurso é compreendido por Pêcheux (2011a, p.229) como sendo a “condição da produção e da interpretação dos discursos”, ou seja, o autor confere a esse conceito um lugar privilegiado em suas teorizações sobre o discurso, posto que o precede, constituindo-se como um princípio do funcionamento da discursividade (PÊCHEUX, 2011d), um “corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada” (PÊCHEUX, 2011b, p.145). Em outras palavras, trata-se aqui do conjunto de todos os dizeres já falados e filiados a uma formação discursiva, do “espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação e contradição” (MALDIDIER, 2003, p.51). Tais relações são flagradas por Pêcheux, em sua obra derradeira, na qual aponta a indelével ligação entre um

discurso enunciado e todos os outros que o precederam, sem enxergar aí apenas uma relação de circularidade, a repetição de um sentido dominante *ad-eternum*:

não se trata de pretender aqui que todo o discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação- reestruturação dessas redes e desses trajetos. (PÊCHEUX, 2002, p.56).

No que se refere à supracitada noção de memória, observamos que, no âmbito da Análise do Discurso, ela é tomada comumente, por pesquisadores como Orlandi (2003b), como sinônimo de interdiscurso, correspondendo às formulações que, tendo já sido ditas e esquecidas em outros contextos sócio-históricos (ORLANDI, 2006), transpassam o sujeito, sustentando a tomada da palavra, constituindo o chamado intradiscurso, compreendido como “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’.” (PÊCHEUX, 1997b, p.167).

Na esteira de Pêcheux, com quem dividiu seus esforços na fundação e desenvolvimento da teoria do discurso, Françoise Gadet aponta essa necessidade de considerar a exterioridade e o outro como constitutivos do discurso, não havendo fronteiras assinaláveis, que dividiriam, por meio de uma linha imaginária, o espaço discursivo, atribuindo o que dele faria ou não parte; nas palavras da autora: “penser l'extérieur d'un discours non plus comme l'au-delà d'une frontière, mais comme un en-deçà sans frontière assignable, comme la présence-absence efficace de l'autre dans le même¹⁴” (GADET, 1980, p.86).

A retomada de um já-dito remete-nos ao conceito de pré-construído, concebido por Pêcheux (1997b, p.156) como mais um efeito do interdiscurso, um “elemento que irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”, lembrando-nos de que o sentido não está alocado em lugar algum, visto que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1997b, p.160), fazendo com que algumas regiões de significação possam circular ou não em determinados contextos de enunciação. Nesse âmbito, a memória se configura como um espaço móvel, instável e conflitante, sujeito a “desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999a, p.56), que se delineiam de acordo com o vai-e-vem das tensas relações de poder. Distanciamo-nos, assim,

¹⁴ Pensar o exterior de um discurso não mais como o lado de lá de uma fronteira, mas como o lado de cá sem fronteira assinalável, como a presença-ausência eficaz do outro no mesmo.

de uma noção de memória cognitiva ou cronológica, posto que tratamos aqui de uma memória afetada pelo esquecimento, que se configura como lacunar e, principalmente, histórica, pois, ela “se ressignifica nas diferentes apropriações e deslocamentos desenhados nos lugares onde enunciados e saberes se estabilizam.” (RASIA, 2011, p.87).

Isso tudo suscita um efeito de inconsistência que perpassa todo texto o qual, segundo Cazarin (2011, p.149), “consiste em uma heterogeneidade provisoriamente estruturada”, cujos fragmentos determinam as condições de existência das contradições, através das quais se produz a história. (PÊCHEUX, 1981). Evocamos, também, os fragmentos das várias vozes que sempre atravessam o discurso de um sujeito e nos convidam a dialogar com Authier-Revuz (1982, p. 113), que desenvolve a noção de heterogeneidade- a partir do conceito bakhtiniano de polifonia-, tendo em vista que:

(...) Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinado, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado.

E é a partir disso que a autora sustenta que a heterogeneidade é inerente ao dizer, trazendo sempre tantos “fios dialógicos” que perpassam e costuram a trama enunciativa, deixando as marcas explícitas da presença de uma voz alheia, (tais como aspas, citações, discurso indireto) ou, escamoteando-as, num movimento pelo qual se tem apenas o constante retorno do interdiscurso (o “Outro”). Posto isto, temos que, para a Análise do Discurso, o conceito de memória, esse “saber discursivo que torna possível todo o dizer” (ORLANDI, 2003b, p.31), mostra-nos que um discurso se apoia sempre em outros que o antecederam e que são (re)atualizados, no momento da enunciação, ainda que o sujeito não se aperceba dessa retomada.

Ancoradas na teoria pecheuxtiana, sustentamos uma concepção de sujeito que não se refere ao modelo cartesiano, ao indivíduo empírico e quantificável que é o dono e a origem de seus dizeres, colocando em xeque a noção de sujeito para a psicologia, a ilusão narcisista de que ele é um “estrategista consciente, racional e lógico-operatório” (PÊCHEUX, 1999b, p.6). Referimo-nos, aqui, ao sujeito do discurso que, assim como ele, não pode ser visto como transparente, nem como sendo plenamente responsável por aquilo que diz, pois é marcado pelos furos em seus dizeres. Nessa perspectiva da Análise do Discurso, conforme aponta Ferreira (2003), o sujeito não é mais visto como um problema, como o elemento que perturbaria a análise da língua enquanto um objeto científico padronizado, o que evoca o corte

feito por Ferdinand de Saussure¹⁵ entre a língua (social) e a fala (individual). Por meio dessa separação, a língua, que remeteria à noção de sistema, foi privilegiada, sendo escolhida como objeto de estudo nesse momento de elaboração da teoria estruturalista. A respeito dessa escolha, Haroche, Pêcheux e Henry (2008) apontam que na problemática saussureana- tal qual foi apresentada no *Cours*, ressaltamos- não cabem as questões sobre o sentido e a expressão das significações, “na medida em que elas dizem respeito ao que é rejeitado na fala, fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua.”

Cinquenta anos após essa importante- e, também, controversa- publicação, Pêcheux (2011a, p.230) articulou uma teoria que, sem abrir mão da base linguística saussureana, problematiza as relações tecidas entre discurso, ideologia e sujeito, pelas quais ela “não pode se satisfazer com a concepção do sujeito cognitivo epistêmico, ‘mestre em seu domínio’ e estratégico em seus atos (face às coerções bio-sociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca da sua inscrição no campo do simbólico”.

Isso nos leva a destacar a contribuição da psicanálise de leitura lacaniana para a noção de sujeito dada pela Análise do Discurso, deslocando a concepção de homem presente nas abordagens empíricas para uma posição discursiva definida por um lugar imaginário de dizer. Sendo assim, consideramos que o sujeito é um efeito de linguagem, uma “‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2003b, p. 49). Ressaltamos que o sujeito do discurso pode ocupar várias posições e é a partir delas que ele produz sentidos, afetado pelo inconsciente, ideologia e, também, pela trama social e o processo histórico nos quais se insere.

Nesse âmbito, segundo Zandwais (2009), Pêcheux discorreu sobre a questão da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, delineando o que ele chama de uma “teoria não-subjetiva da subjetividade”, tendo em vista um sujeito que não é a origem de si, não se dá conta de que é duplamente determinado: pela ordem da interioridade, o inconsciente, e pela exterioridade, a ideologia, que significam a relação entre desejo e poder que, sob o manto da contradição, tanto instiga os analistas do discurso.

Essa forma particular de conceber o sujeito nos faz rememorar os versos do poeta português que reconheceu o lugar de entremeio em que se dá a sua constituição: “eu não sou eu nem sou o outro. Sou qualquer coisa de intermédio” (SÁ-CARNEIRO, 1995, p.82). Essa indefinição nos leva a apontar que a constituição do sujeito se dá quando ele se aproxima, ao

¹⁵ Tal como consta no *Cours de Linguistique Générale*, obra fundadora da Linguística moderna que foi organizada pelos alunos do mestre genebrino e publicada em 1916.

mesmo tempo, do sujeito da ideologia (pela noção marxista-althusseriana de assujeitamento) e da psicanálise (pela noção de inconsciente, advinda de Lacan e sua releitura de Freud), ambos revestidos pela linguagem (FERREIRA, 2003). Sendo assim, o sujeito encontra-se dividido entre o consciente e o inconsciente, que se revela nos seus “tropeços” com a língua, à qual, contraditoriamente, se submete para ser sujeito daquilo que diz. Segundo Pêcheux (2011d, p.156),

isto supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência mestre do sentido e seja reconhecido como assujeitado ao discurso: da noção da subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de assujeitamento. O efeito sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo.

Em outras palavras, podemos dizer que, através do processo ideológico de assujeitamento, o indivíduo é interpelado em sujeito, sendo levado a ocupar uma determinada posição discursiva, com a qual se identifica, e enunciar a partir dela. Isso só é possível porque o sujeito se “esquece” de que não é o dono dos seus dizeres e de que os mesmos podem ser enunciados de outras maneiras; tais esquecimentos foram cunhados por Pêcheux (1997b), que os nomeou, respectivamente, como esquecimento de número um (da ordem do inconsciente) e dois (da ordem da enunciação), ambos considerados estruturantes do discurso. Entretanto, como já adiantamos, tal estrutura não é imune a abalos, que foram percebidos por Pêcheux, ao longo do processo de (re)construção da Análise do Discurso, em que foram re-conhecidos os limites desse processo de assujeitamento, ao qual “o sujeito também pode resistir, mesmo sem saber exatamente o porquê da resistência, ou pode tropeçar em suas palavras, ou esquecer o que queria dizer, ou duvidar de seu próprio dizer, ou se equivocar, ou fazer chiste, ou cometer lapsos” (MARIANI, 2011, p. 256).

Expõem-se, assim, as falhas e furos que compõem os sujeitos e, também, os arquivos discursivos, desvelando a sua opacidade, não de modo a reconhecer aí o suposto e iminente perigo da con-fusão de sentidos arredios à monofonia, à estabilização e contenção, mas para seguir as pistas do funcionamento do discurso, considerando a pluralidade e a incompletude como constitutivas. Posto isto, frisamos que a completude é apenas (mais) um efeito imaginário sustentado pela ideologia: “o efeito de o texto ter um início conforta a ilusão de o sujeito ser a origem do dizer, assim como o efeito de o texto ter um fim conforta a ilusão do controle dos sentidos pelo sujeito” (MITTMANN, 2010, p.87). Essas ilusões, que revestem cada ato de enunciação do sujeito, também podem ser flagradas em seus movimentos pela teia digital, ainda que esta tenha suscitado outras formas de significação e constituição do sujeito.

Na materialidade da rede, o sujeito é, cada vez mais, instado a assumir diferentes posições e identidades, a comentar, “curtir”, compartilhar e produzir sentidos, assumindo, para tanto, uma possível posição de “autor”- pela qual se estabelece uma relação de responsabilidade pelo que é dito (PACÍFICO, 2002)- e não apenas de “ouvinte” ou “telespectador” (termos estes que evocam um sentido de passividade), como imperou numa lógica comunicacional de massa.

Nesse novo paradigma sustentado pelas novas tecnologias de comunicação e informação, pelas redes telemáticas, o sujeito vai re-compondo dizeres- seus e de outros- em diferentes materialidades, criando-se, assim, novos efeitos, por entre deslocamentos (d)e sentidos que são vistos como naturais, nas tramas de um discurso eletrônico desfragmentado e desordenado, sem começo, fim ou contornos visivelmente definidos, posto que estes foram apagados, escamoteados numa estrutura rizomática complexa e desconhecida para o sujeito-navegador. Consideramos que esse sujeito, no espaço digital, constitui seus movimentos a partir da ânsia pelo próximo *link*, a próxima fala, (con)fundindo-se com outros sujeitos, nunca fixando seus olhos, tampouco uma identidade, pois “no ciberespaço, o sujeito é indeterminado, artigo indefinido, e se constitui na própria velocidade do acontecimento” (DIAS, 2008, p.38), no momento mesmo da construção do discurso.

Podemos apontar ainda, nesse (ciber)espaço instável e desconhecido, a existência de uma terceira ilusão: de que a materialidade discursiva é regulada “pela própria máquina ‘cega’ ligada em rede, pois o seu funcionamento lógico-matemático transparente simula completude” (SILVA SOBRINHO, 2011, p.32) e objetividade do que é posto nesse universo pretensamente estabilizado, controlado, apagando-se, assim, a contradição que marca todo discurso.

É interessante observarmos que o mesmo mecanismo que sustenta esse caráter paradoxal do discurso (eletrônico), essas tentativas de controle do dizer, é o responsável pelas rupturas em sua aparente rigidez de bits e silícios. A ideologia é a força motriz que desestabiliza aquilo que tanto se deseja controlar - inutilmente, já que a linguagem não se assenta em terreno plano, do mesmo modo que os sujeitos podem resistir, desidentificar-se com uma determinada formação discursiva, para alinhar-se a outras regiões do dizer e, a partir daí, produzir o seu próprio discurso atravessado pela história, pela ideologia e pelo consciente. E é a partir dessas relações de cunho político e ideológico que nós, nesse trabalho, “escolhemos” seguir um trajeto (e deixando de lado outros tantos) que nos levou a abordar, até aqui, alguns conceitos que consideramos fundamentais para nosso trabalho, marcando um posicionamento teórico

que sustentará nossos gestos de leitura e interpretação dos movimentos de sentidos e sujeitos pela rede eletrônica. Assim sendo, desvencilhando-nos da ilusão da totalidade, apresentaremos um olhar introdutório sobre a questão do arquivo, que requer uma necessária delimitação do escopo teórico, visto que se trata de um objeto de estudo compartilhado por diferentes disciplinas.

Posto isto, destacamos que, para discursivizarmos o arquivo, perscrutarmos suas formas de constituição, poderíamos recorrer a uma série de campos de saber que se interessam por esse objeto, compreendendo-o de diversas maneiras, tais como a História, a Informática, a Ciência da informação e a Análise do Discurso de linha francesa. Dentre esses, interessamo-nos especialmente pelos três últimos, sustentando o desejo de tecer alguns nós que apontam encontros, mas também, desencontros entre eles, numa trama heterogênea de sentidos de/sobre o arquivo. No que concerne às ciências da informação e da documentação, entre outras concepções possíveis, é frequente aquela que considera ser o arquivo:

conjunto de registros relacionados, tratados como um todo. Principal **depósito** de informações [...] uma **coleção homogênea de dados** passível de ser memorizada e **processada por um computador**; conjunto de documentos que independentemente da natureza ou suporte, são reunidos por um processo de **acumulação** ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e **conservados** em decorrência do seu valor [...] (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p.21, grifos nossos)

Tal forma de conceituar o arquivo aponta o caráter técnico e inerte que lhe é amiúde atribuído, perpassando o conceito de “memória de arquivo”, que é concebida como memória institucionalizada, estabilizada, aquela de que não se esquece e que se estrutura pela presença, produzindo um efeito de fechamento, de completude (ORLANDI, 2010a, ZOPPI-FONTANA, 2005), à medida que instala sentidos de contradição em relação à memória discursiva, às zonas do já-lá que, como vimos, são atravessadas pelo esquecimento, no âmbito de uma tensa relação observada por Dias (2005, p.45):

a leitura discursiva deve considerar o arquivo em seu fluxo histórico, em sua memória discursiva. E nisso consiste o cruzamento da memória constitutiva com a memória de arquivo, do qual nos fala Orlandi (1999). Segundo a autora, o arquivo é considerado como uma memória institucionalizada, e o interdiscurso como a memória constitutiva. A noção de ‘gesto de leitura’ e de ‘gesto de interpretação’ é o que vai confrontar o arquivo e os efeitos do interdiscurso.

Sendo assim, sob a ótica discursiva, consideramos o arquivo flagrando, em sua materialidade linguística, a inscrição histórica dos sentidos, que nos faz levar em conta a exterioridade e a heterogeneidade que constitui, segundo Romão (2012b), a “instância de dizer atravessada pelos dizeres de outrem, pela corredeira da linguagem que já tanto passeou por terras distantes e carregada de efeitos trazidos de outros contextos sociais.”

Às considerações tecidas sobre a memória discursiva (constitutiva) e à memória de arquivo, Orlandi (2010a) irá trazer uma contribuição relacionada ao nosso objeto de estudo: o discurso eletrônico. A partir do que é proposto pela autora, podemos inferir que o ciberespaço é constituído no cruzamento entre o já-lá, a memória institucionalizada e a memória metálica, que é:

produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. (ORLANDI, 2010a, p.9).

A memória metálica - constituída a partir de uma nova relação com a memória que é estabelecida pela textualização produzida na Internet (ORLANDI, 2012b)- seria, portanto, marcada pela serialização e saturação, contrapondo-se, assim, à memória constitutiva, que é atravessada pela falta e pela possibilidade de deslocamentos (ao contrário da memória institucionalizada, em que pesa a estabilização). No (ciber)espaço, constituído por essas e outras relações contraditórias, é que buscamos refletir sobre os arquivos em circulação e as particularidades do suporte digital, bem como sobre a leitura de arquivos dispostos em rede. Na esteira de Romão e Benedetti (2008), podemos pensar a Internet como um grande Arquivo volátil, composto por uma cadeia de arquivos digitais que se comunicam e rearranjam a cada clique no mouse, formando uma teia heterogênea de sentidos, dados pela memória. Nas palavras das autoras:

temos na rede eletrônica uma articulação imensa de arquivos em movimento, arquivos que podem ser inseridos, retirados, envelhecidos, deslocados, adulterados e modificados ao modo como o sujeito discursivo estabelece com eles uma relação de leitura e escritura.

Esse caráter múltiplo e frenético dos arquivos discursivos da Internet mascara a incompletude que os perpassa, silenciando a construção ideológica dos sentidos que faz com que, em determinado arquivo, algumas zonas da memória sejam atualizadas, enquanto outras são apagadas, ainda que, na interatividade da rede, os dizeres postos em circulação por outros sujeitos possam desestabilizar o sentido dominante, instalando um litígio de vozes e discursos na fluidez do Arquivo.

O atual cenário “essencialmente cibernético-informático e informacional” (LYOTARD, 2004, p. xiii), de cujo desenvolvimento Michel Pêcheux só presenciou, como vimos, o início, levou a uma popularização da noção de arquivo dada pela informática, que o considera, a partir de uma concepção técnica, como um conjunto de informações organizadas no formato digital, através de cadeias de 0 e 1, que permitem, segundo Santaella (2005, p.1), “transmitir todas as formas de comunicação – seja na forma de textos, áudio ou vídeo – em um sistema de comunicação integrado, tal como aparece na internet”. Buscando ir mais além, nós não pensaremos o arquivo sob o ponto de vista da ciência da computação, da codificação digital, mas sob a égide de uma análise da produção de sentidos em sua materialidade, sujeita “à confrontação entre diferentes formas de interpretação” (NUNES, 2005, p. 2).

Isso nos leva a conceber o arquivo como discursos, sentidos em movimento, sendo mais do que informações, (meta)dados ou registros a serem descritos e organizados, devendo, portanto, ser considerados para além de sua esfera textual, instigando-nos a investigar não meramente *o que* ali é dito e disponibilizado, mas *como* isso significa, quais os sentidos que circulam nesse arquivo e reclamam um gesto de interpretação em que pesem as relações ideológicas de poder. Assim sendo, propomos, então, refletir sobre a noção de arquivo tal como postula, no âmbito da análise do discurso de matriz francesa, o seu maior expoente, o filósofo francês Michel Pêcheux, que considera ser o arquivo um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997a, p. 56). Tal afirmação implica considerar os gestos- intrinsecamente políticos- de seleção do que é considerado relevante, “pertinente”, e adequado para compor o arquivo, devendo, por conseguinte e se possível, ser disponibilizado, acessado pelo sujeito que, pelo esquecimento (PÊCHEUX, 1997b) a que é submetido, acredita na completude do arquivo, pensando que ele não poderia ter sido constituído/disponibilizado de outra maneira; isso nos incita a “trabalhar com o que do arquivo é puro movimento, curso de sentidos estabilizados e re-conhecidos como naturais, embora possam sempre vir a ser outros” (ROMÃO, 2012b).

O lugar que o arquivo ocupa é, assim, estabelecido pela inconstante exterioridade e suas relações com os outros arquivos, incluindo os que forem rejeitados (inconscientemente) durante o processo de seleção empreendido pelo sujeito- construtor de arquivos. Esse sujeito, ao assumir uma determinada posição, é levado ideologicamente a escolher certos modos de organizar, dispor, selecionar alguns materiais, documentos que passariam a compor um arquivo instável e fluido. Deste modo, temos que o arquivo está sempre em constituição, ao sabor das diferentes condições que determinam sua produção e circulação. Posto isto, ressaltamos a importância de levar em consideração esse laço que, segundo Haroche, Pêcheux e Henry (2008), une as significações de um texto às suas condições sócio-históricas, através de uma relação que não é secundária, mas constitutiva das próprias significações.

Pelo exposto até agora, podemos inferir que o arquivo, para Pêcheux não diz respeito a “um grupo de documentos físicos a serem guardados, mas a um campo discursivo de documentos ligados a zonas da memória do dizer a que o sujeito do discurso teve acesso antes em algum lugar” (ROMÃO, 2011a, p.105). Assim sendo, o arquivo não é, conforme considera ainda a autora, um “conjunto de dados objetivos”, posto que é constituído pela ideologia e a historicidade, sendo tomado como “gestos simbólicos que se inscrevem na história” (NUNES, 2005), perpassados pelas diversas vozes que constituem o arquivo, como, por exemplo, as do próprio sujeito que o (des)organiza e é chamado a “desnaturalizar o semanticamente organizado, a problematizar as formas de dizer do/sobre o arquivamento da denominada ‘informação’, a refletir sobre a espessura sócio-histórica dos discursos [...] a atravessar a opacidade dos dizeres indagando sobre os sentidos do que foi guardado e do que não pode ser contido” (ROMÃO, 2011a, p.117).

Posto isto, a partir dessa ótica, opomo-nos a uma concepção utilitarista e redutora de arquivo, a qual silencia a sua constituição ideológica e prevê, no meio eletrônico, uma operação estritamente mecânica de decifração de combinações binárias, pela máquina, e dos discursos que elas representam, pelo sujeito. Indo de encontro a essa perspectiva, propomos a leitura do arquivo que “deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e reproduzem discursos”. (SILVEIRA, 2000, p.122), visto que a teia de já-ditos que os sustentam pode ser esgarçada pelo peso do acontecimento, que, como já foi discutido, cria o novo, o diferente, outros sentidos além do dominante, bem como outros modos de se conceber o arquivo, cujo destino, retomando Saramago (2008), é sempre “difuso”, não podendo ser circunscrito a uma única relação de significação, pautada na homogeneidade e estabilidade, mas a uma in-tensa reconfiguração das relações tecidas

entre o sujeito, a memória e a tecnologia, pela qual foi posta em (dis)curso uma “mudança importante na noção de língua e escritura como consequência do uso do computador e das redes de relacionamento construídas na Internet”. (DIAS, 2008, p.7).

Tais mudanças, para Grigoletto (2011, p.52), fazem da Internet um “espaço de discursividade com características próprias, com especificidades que não estão presentes em práticas discursivas que acontecem fora da rede”, nas quais são construídos laços que não são mais os mesmos que o sujeito estabeleceu no espaço físico, pois “os modos de subjetivação são outros.” (DIAS, 2008, p.26).

Segundo Orlandi (2003b, p.47), “a relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, é preciso que a língua como sistema sintático passível de jogo- de equívoco, sujeita a falhas- se inscreva na história”. Tal inscrição não é, portanto, estável, previsível ou naturalizada, o que dá margem para pensarmos, em relação ao nosso objeto, se as mudanças trazidas, ou não, pelas novas tecnologias alteram essa relação simbólica. Essa “inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” refere-se ao que Pêcheux (2010, p.58), chama de discursividade, conceito que nos interessa na medida em que nos perguntamos: como se dá, no (ciber)espaço móvel e labiríntico, a constituição de (outras?) discursividades; como tal conjuntura sócio-tecnológica e discursiva altera/constitui os movimentos de leitura, escrita e interpretação no espaço digital; ou ainda, como tal (ciber)espaço, marcado pela contradição, pelo excesso e pela falta, sustenta um (novo?) funcionamento discursivo. É isso tudo que nos assalta e nos moverá, ao longo desse trabalho.

Na esteira de Gallo (2011, p.255), inferimos que a Internet está aberta ao acontecimento- enunciativo (pois produz uma textualidade própria) - e discursivo (quando se tem uma nova discursividade); “ou seja, nesse espaço, o encontro de sentidos heterogêneos tem produzido novas textualidades, novos efeitos de sentido e novas discursividades”, num movimento em que se pode romper com a repetição, como nos conta Gadet (1980, p. 88): “penser le discours comme événement suppose de concevoir comment du discursif peut arrêter un processus, rompre une répétition¹⁶”.

Nossa aposta é de que as redes da Internet, a despeito de sua estrutura “metálica” de silício, de seus sistemas automatizados e constituídos pela linguagem binária, estão abertas (mas não limitadas) ao acontecimento, à desestabilização que desestrutura os espaços tomados como logicamente estabilizados, inaugurando, assim, uma “nova ordem de discursos”, que se

¹⁶ Pensar o discurso como acontecimento supõe conceber como o discurso pode parar um processo, romper uma repetição.

estabelece pelo conflito com a “velha” ordem. Intervém aí uma tripla ruptura flagrada por Chartier (2007a, p. 205):

Quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico propõe, por conseguinte, uma tripla ruptura: propõe uma nova técnica de inscrição e de divulgação do escrito; incita a uma nova relação com os textos; impõe a estes uma nova forma de organização. A originalidade e a importância da revolução digital não devem, por conseguinte, ser subestimadas na medida em que obrigam o leitor contemporâneo a abandonar, conscientemente ou não, as diferentes heranças que o constituíram.

Essa (suposta) nova ordem do discurso é vista como uma “ordem de movência, a partir do trânsito do sujeito entre o singular e o universal, não submetido a relações espaciais e/ ou temporais” (RASIA, 2011, p.88) Apesar de apostarmos nisso, não cremos ingenuamente, como já adiantamos, que tal premissa possa ser considerada uma constante, regra sem exceções, pois as opções para o sujeito, em seu percurso de navegador não são infinitas, já que:

a postagem dos *links* obedece a uma urdidura pensada a partir de um lugar, com propósitos e limites pré- estabelecidos. Afora isso, por mais que cada leitor possa fazer uma costura diferente do trajeto de leitura, haverá, inevitavelmente pontos de encontro com os trajetos tecidos por outros leitores. O sujeito pode até perder-se no propósito inicial, em um caminho labiríntico de errância, no entanto, os *links* vão ser sempre os limites norteadores de sua busca, lugares de encontro com o caminho-outro, porém, pré-postos, e nunca de modo neutro. (RASIA, 2011, p.89)

As palavras da autora nos impelem a rememorar Pêcheux (1997b), teórico que reconheceu os limites que são impostos aos sujeitos ao enunciarem e, como podemos acrescentar, navegarem, entremear-se a uma rede feita de muitos (de) nós. Ressaltamos, assim, o papel que a ideologia e o outro/Outro têm na constituição do discurso, o que nos remete ao conceito de heterogeneidade que, como vimos, leva-nos a considerar as várias vozes que se entremeiam nas tramas da Internet. Inferimos que, nesse espaço polifônico, é dada ao sujeito-navegador a possibilidade de praticar a sua própria leitura, “construindo o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2010, p.56) imbricados em tantos outros, duvidando dos sentidos dominantes, fazendo ecoar sua voz em espaços de denúncia e resistência, que furam as tentativas de controle, “provocando novas formas de produção e circulação de discursos.” (MITTMANN, 2009, p.1).

Levando em consideração as possibilidades trazidas pela *World Wide Web* (a parte multimídia da Internet), sugerimos que os espaços discursivo-digitais como os *Weblogs*, os fóruns de discussão, o *Twitter*, dentre outros, estão modificando (mas não aniquilando) a “divisão do trabalho de leitura” inscrita em uma relação de dominação política, que confere “a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ [...] a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’...” (PÊCHEUX, 2010, p.58).

Com os avanços tecnológicos desenvolvidos após o desaparecimento de Michel Pêcheux, alteraram-se, portanto, as formas de distribuição dos poderes e saberes, tornando-se mais complexa e heterogênea a rede de relações entre sujeitos e sentidos, no âmbito da chamada computação social, que permitiu a emergência de fenômenos como, por exemplo, a folksonomia¹⁷, bem como aqueles concernentes à leitura social, que foi incrementada com o uso cada vez mais frequente das redes sociais, incitando o sujeito a enredar sua voz às de outros sujeitos-navegadores, que passam a ocupar lugares antes interditados.

É necessário lembrar ainda que, mesmo que sejam permitidos gestos de leitura e interpretação até então interditados para determinados sujeitos, não se pode ingenuamente pensar que essa é uma possibilidade para todos, já que, como vimos no capítulo anterior, “os poderes e saberes não são distribuídos de maneira homogênea na sociedade atual e, assim, os sujeitos do discurso fazem falar posições marcadas pela desigualdade e afetadas por diferentes acessos ao poder, saber e dizer” (ROMÃO, 2005), o que requer um olhar atento para o discurso eletrônico, levando em considerações suas múltiplas nuances, vistas a partir do contexto mesmo de sua produção.

Concordamos, portanto, com Santaella (2007, p.91), quando a autora afirma que as “teorias que ignoram as linguagens das tecnologias comunicacionais ou as consideram do ponto de vista meramente instrumental deixam de enxergar as novas questões colocadas pela

¹⁷Segundo Moreira (2012, p.107-108), “a folksonomia pode ser considerada a prática de classificação/categorização/indexação colaborativa de conteúdos na malha digital, realizada pelo próprio sujeito-navegador, a partir de sua navegação. No processo da folksonomia, o sujeito-navegador rotula, nomeia, designa suas palavras, a dados e arquivos de forma ‘livre’, não existindo nenhuma metodologia e/ou etapas a serem realizadas para a organização das informações de seu interesse [...] Através da folksonomia, é possível notar os movimentos do sujeito-navegador na rede eletrônica.” Com essas novas possibilidades de gerenciamento do conteúdo na Internet, descentralizam-se processos como os de representação e recuperação de informações, até então considerados como “prerrogativa exclusiva de programadores e profissionais da informação” (AQUINO, 2008, p.150), permitindo, assim, que o sujeito ocupe outras posições, além da de leitor.

cultura digital, avaliando-a por meio dos antigos paradigmas que foram gerados para teorizar sobre a cultura impressa.”.

Em busca de uma perspectiva mais profícua que nos ajude a pensar as questões inerentes ao nosso estudo, acreditamos que a Análise do Discurso de linha francesa vem ao encontro de nossos anseios. A partir desse referencial, concebemos a leitura como um “travail de trituration” (GADET 1980), trituração esta que implica abrir-se para o inconcebível e heterogêneo, o imprevisível que fura a ordem imaginária dos sentidos, a estabilidade provisória das redes de paráfrases; nas palavras da autora: “concevoir clairement le concevable pour montrer l’inconcevable, c’est-à-dire régler un système et un intra-discours [...] détruire l’homogénéité imaginaire des systèmes et des intradiscours¹⁸” (GADET, 1980, p.87).

Entretanto, é preciso considerar que, nas redes da Internet, os sentidos podem ser apenas repetidos, integrando diversos pontos, nós de uma mesma teia discursiva, um já dito que faz o sujeito tagarelar, “curtir”, “reblogar”, “retweetar”, “compartilhar”- dentre outros termos já incorporados ao imaginário contemporâneo. Nesse contexto, o sujeito seria levado a se (des)identificar com determinadas formações discursivas, expor(-se) nesses movimentos de (des)filiação, movimentar-se, enquanto mergulha nas ondas da cibercultura, através de cliques que podem significam nada mais do que movimentos de paráfrase, colagens de vozes outras, desconhecidas, dispersas na alteridade anônima do espaço ciber, nos entremeios que constituem o Arquivo de completude inalcançável.

Essas impossibilidades se fazem presentes em todos os movimentos do sujeito que se constitui, nesse (ciber)espaço, a partir de diferentes posições que podem- ou não- serem assumidas, ainda que tal jogo de vestir e desvestir-se não seja percebido pelo sujeito, posto que é ocultado pelo que é mais caro à teoria discursiva: a injunção ideológica que perpassa tanto a constituição do sujeito, quanto do discurso.

Por fim, destacamos que, após termos trazido reflexões sobre a rede, o discurso e o arquivo, dentre outros conceitos capilares nesse trabalho, enfocaremos, no próximo capítulo, a questão da leitura em funcionamento na materialidade digital, flagrando, nas sequências discursivas do nosso corpus, os movimentos discursivos de (des)naturalizações, repetições e deslocamentos, que nos permitirão tecer algumas considerações a respeito das práticas e sentidos de leitura na Internet.

¹⁸ Conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, ou seja, regular um sistema e um intradiscurso [...] destruir a homogeneidade imaginária dos sistemas e dos intradisursos.

4 SENTIDOS DE (HIPER)LEITURA: A INSCRIÇÃO DE SUJEITOS E DISCURSOS NO CIBERESPAÇO

FIGURA 4

“Mas o que é ler, senão reunir: reunir-se à reunião do não-dito no dito?”

Martin Heidegger

Nas teias que interligam os nós do ciberespaço, destacam-se os (des)encontros com outras materialidades, sujeitos e discursos dispersos em uma mesma ferramenta que, a partir da sua concretude silícica, coloca em jogo abstrações e representações de outros modos de ler, escrever, produzir e fazer circular sentidos. Indo ao encontro de Galli (2009, p.190), observamos, num mundo que passa por transformações sociais cada vez mais velozes, a construção de novos paradigmas “que parecem apontar para outras formas de se pensar e se discutir o sujeito e suas relações.” Intervém, portanto, nesse contexto de mudanças, a necessidade de se atentar para o papel que a leitura “pode desempenhar na elaboração da subjetividade, na construção de uma identidade singular e na abertura para novas sociabilidades, para outros círculos de pertencimento” (PETIT, 2008, p.12).

Essas novas formas de sociabilidade estão intrinsecamente relacionadas aos modos como se dão as relações entre a historicidade do leitor e do texto, as quais não são, de modo algum, diretas ou mecânicas (ORLANDI, 2005b), não sendo regidas pelo mesmo imaginário, como apontam Dias e Couto (2011); do mesmo modo, tampouco têm, nos (ciber)espaços digitais, as mesmas condições de produção que, por exemplo, a sociabilidade em espaços escolares. Tais condições, na perspectiva da Análise do Discurso, têm papel fundamental nas práticas leitoras, pois:

ao ser colocado diante de um discurso, o sujeito leitor está sendo impelido a interpretá-lo [...] e esse movimento de leitura estará necessariamente vinculado às condições sócio-histórico-ideológicas que o envolvem e que determinam tanto o leitor e sua formação, quanto a leitura a ser feita por este sujeito. (FERREIRA, 2001)

A leitura não seria, portanto, uma operação abstrata de inteligência, mas a “inscrição em um espaço, relação consigo e com o outro” (CHARTIER, 2002a, p.70), que ocorre de modo particular, acarretando a necessidade de se reconstruir as formas de ler próprias a cada comunidade de leitores e a cada suporte no qual o texto se inscreve, pois, conforme aponta ainda o autor, um texto não seria mais o mesmo ao mudarem os dispositivos de sua inscrição. Apesar de não se poder apontar um sentido único para o ato de ler, é possível dizer que, com a tecnologia digital, o homem não pode, pela primeira vez na história, ler um texto sem recorrer a uma máquina¹⁹. Ou seja, sem energia e um dispositivo técnico, a escrita informática não

¹⁹ Segundo Souchier (2003, tradução nossa), “a leitura na tela do computador depende de duas condições necessárias e indispensáveis. É preciso por um lado que haja um dispositivo técnico que permita transformar os

existe, ou, como complementa o autor, poderia ser considerada invisível. Nesse novo contexto de produção de escritas e leituras, de modos de conservação e transmissão da palavra, impõe-se à leitura “uma lógica analítica e enciclopédica” (CHARTIER, 2007b, p.1, tradução nossa) que é, ao mesmo tempo, afetada por elementos e práticas advindos da cultura impressa.

Essas imbricações entre diferentes suportes e modos de significação têm seus ecos num movimento pelo qual muitos elementos do impresso são transportados para a materialidade digital. Como exemplo de tais relações, trazemos aqui o livro digital, ou *e-book*, em que é possível observar, resguardadas as particularidades de cada suporte e o que aí está implicado, as pistas dessa tentativa de (de)formação, transposição do impresso no virtual, que pode indiciar, tanto um desejo de valorização, confiabilidade e legitimidade, sentidos estes já atribuídos historicamente às obras impressas, quanto uma busca ilusória por completude, contenção dos sentidos na página escrita, nos moldes da cultura do impresso.

Observamos, então, que muitos *e-books* são configurados e disponibilizados de modo que o leitor possa ver representada na tela- do computador, ou de um aparelho desenvolvido especificamente para a leitura de obras em formato digital (*e-reader*)- a experiência tátil de folhear a página de um livro impresso, que é agora simulado num espaço destituído de tridimensionalidade. Com apenas um clique, na tela ou no mouse, pode-se virar a página virtualizada e até mesmo escutar o seu ruído (as ondas sonoras que outrora foram digitalizadas, transformadas em sequências de 0 e 1 a serem decodificadas pela máquina).

Entretanto, mesmo com as tentativas de reproduzir a experiência do impresso no digital, não podemos ignorar as mudanças trazidas por este, pela leitura sobre uma tela- a qual difere da leitura de um códex-, que, segundo Bélisle (2011c, p.182, tradução nossa), “modifica profundamente a experiência corporal e afetiva de leitura, tornando todo texto acessível à distância”, convertendo a materialidade de um livro em imaterialidade de textos, de fragmentos manipuláveis, como aponta Chartier (1999b).

A perda ou transformação da tão cara experiência sensória, tátil, proporcionada pela leitura de uma obra impressa, pode carregar em seu avesso um ganho no que tange à experiência criativa e colaborativa, socialização do processo de leitura, “dando ao leitor as ferramentas de escrita, partilha e comunicação para acompanhar a leitura” (BÉLISLE, 2011c, p.182, tradução nossa), ainda que se trate de uma leitura solitária e silenciosa.

dados não legíveis registrados na memória material em um texto legível na tela. Por outro lado, é preciso uma fonte de energia para alimentar o dispositivo”.

Não seria, portanto, possível (por enquanto?), mesmo com a invenção de dispositivos experimentais, tais como o Paranga (E-READER, [2011?]), recriarmos no digital, todas as sensações e sentidos evocados pelo ato de ler uma obra impressa, que se dá, tal como o conhecemos, desde os primeiros séculos da era cristã. Tais impossibilidades nos levam a corroborar a afirmação de Chartier (1999b, p.16) referente à leitura não ser apenas um processo de interpretação, compreensão de sentidos que circulam num texto, mas também o “engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”, chamando a nossa atenção para a importância de perscrutarmos as condições sócio-históricas e ideológicas de produção que afetam a constituição das obras e das diferentes práticas de leitura contemporâneas, tanto aquelas que ocorrem no âmbito da intimidade, quanto as leituras coletivas, “feitas nos espaços comunitários” (CHARTIER, 1999b, p.23), dentro ou fora do ciberespaço, destacamos.

No âmbito do espaço digital, a busca pela manutenção de traços dessas formas históricas de relação com as obras, modificadas pela ordem do digital, manifesta-se na supracitada iniciativa de pesquisadores japoneses, da Universidade de Osaka, que desenvolveram, de forma incipiente, uma ferramenta (chamada de Paranga) que tem como objetivo permitir que o sujeito-leitor de livros digitais experimente a sensação de folhear as páginas do códex eletrônico, conforme é mostrado na imagem a seguir.

(DIGINFO, 2011)

Tal ferramenta possui ainda restrições, posto que não permite que se percorra uma folha de cada vez, o que inviabiliza a leitura de textos e limita o seu uso às animações. Assim sendo, frisamos que não é possível segurar cada página desse “livro de areia” nas mãos, sentir a sua textura lisa ou rugosa, o cheiro do papel que tanto agrada aos bibliófilos, tampouco rasgar as páginas, ou dobrá-las, danificando suas fibras orgânicas.

Na materialidade digital, aberta a diferentes experiências- de leitura, escrita e interpretação-, a fibra é ótica, fora do alcance de nossas mãos, mas presente em sua virtualidade, possibilidade de nos conectarmos à Internet, no momento da leitura, em que nos enredamos nessa relação quase simbiótica, que ressignifica e naturaliza o sentido de uma conexão com a máquina, que vai além daquela que envolve apenas as máquinas interligadas em rede. Se, por exemplo, tal conectividade é interrompida, ou ainda, se não há uma fonte de energia disponível, a leitura não pode ser realizada. Isso nos leva a frisar que a “indestrutibilidade”, perenidade dos suportes digitais é apenas aparente. Tais intempéries no mundo ciber podem ser vistas como aquilo que fura a ilusória potência atribuída ao digital, instalando a contradição que desestabiliza certezas, sentidos que circulam em afirmações como a de Sabattini (2000, p.2), que insere o digital numa formação imaginária marcada por uma pretensa infalibilidade e estabilidade desse suporte, bem como por uma noção de informação dotada de um caráter transparente, que ignora a fragilidade tecnológica e os efeitos suscitados pelos movimentos do sujeito por entre as páginas da Internet:

Numa biblioteca virtual on-line, o livro é feito de bits, portanto, ao ser consultado e copiado para o computador do leitor, ele continua no mesmo lugar onde está armazenado. Milhões de leitores podem acessar o mesmo *site*, home-page, documento, revista ou livro na Internet, e isso não causa nenhuma perda ou efeito sobre a fonte da informação!

Desnuda-se assim o suposto caráter babélico da Internet, perpassado pela instabilidade que demanda maiores e constantes investimentos teórico-analíticos os quais nos permitam compreender essas tentativas de hibridização envolvendo os homens e as tecnologias. Na trilha das motivações que levaram à busca de inovações que, ao mesmo tempo em que tentam resgatar os ecos de uma experiência de leitura do impresso, abrem-se para o novo, para uma relação particular com o texto, com a interface digital, vemos que isso só é possível através de ferramentas tecnológicas que alteram as relações de interação, que se dão entre o homem e a máquina, e de interlocução que, para Grigoletto (2011, p.48), corresponde ao “movimento dos/ entre os sujeitos”, que instaura uma velha-nova forma de se apropriar dos textos e os discursos que eles carregam, tal como ocorre nos *blogs*, cuja origem está nos antigos diários pessoais.

Consideramos que tais mudanças merecem ser estudadas mais a fundo, atentando-se para a forma como os sentidos são produzidos nessas idas e vindas por entre diferentes linguagens, sujeitos e espaços de dizer e, também, calar, significando pelo dito e pelo não-

dito, pela presença e pela falta, pela tagarelice e pelo silêncio que, para Orlandi (2008, p.1), é “prenhe de sentidos”. Atentamo-nos para os jogos político-ideológicos de luta pelo poder saber/enunciar, em que o sujeito busca controlar os movimentos de enunciação, imbuído da ilusão de que é a origem do dizer e de que pode controlá-lo a seu bel-prazer. (PÊCHEUX, 1997b), ainda que a rede e o discurso sejam dotados de um caráter imprevisível e plural, que escapa a determinações e delimitações de qualquer ordem, conforme já apontamos.

A significação irá se dar, segundo Cazarin (2006, p.302), de acordo com a forma como se estabelece a relação entre o autor, o texto e o leitor, que não nos deixa esquecer de que “há o *outro* nas sociedades e na história”; e é a partir da imbricação com esse outro, que se sustenta em uma determinada materialidade discursiva, que se produzem certos sentidos durante o processo de leitura e interpretação, em que algo de fora intervém, constituindo-se como aquilo que é interno ao próprio discurso.

Sendo assim, a interpretação dos sentidos de um texto depende também, segundo Chartier (2007a, p.213), “das formas materiais por meio das quais este foi publicado, difundido e recebido”, levando-se em conta as posições dadas pela memória e assumidas pelo sujeito-leitor no decorrer de sua leitura, bem como o reconhecimento de que a contradição e a falha são constitutivas de tais movimentos de significação. Ler é uma prática social que, para Indursky (2001, p.27-42 apud CAZARIN, 2011, p.149):

mobiliza o interdiscurso (a memória do dizer) e que conduz o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Ler, segundo a autora (op.cit.), é mergulhar em uma teia discursiva invisível, construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re)construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor.

Marcamos que a falha perpassa não apenas essa teia invisível, mas o próprio sujeito-leitor que, na materialidade da Internet, se constitui de modo particular, ao se entregar ao tempo do digital, “do imediato, o da urgência, e, no modo como seu corpo é afetado pela tecnologia da escrita, ele se engana com a oralidade suposta, ele se dis-trai, ele se deixa pegar pelo desvio, pela encruzilhada. Efeitos do digital. Em que inconsciente e ideologia se manifestam falando naquilo que ele fala/falha” (ORLANDI, 2012b, p.82).

Os modos de constituição da ideologia na materialidade do digital configuram, para Rasia (2011, p.88), uma nova ordem de discursos, instaurada pelos deslocamentos de posições-discursivas de leitores e escritores, posições intercambiáveis dispersas numa “ordem de movência, a partir do trânsito do sujeito entre o singular e o universal, não submisso a

relações espaciais e/ ou temporais”. Como analistas de discurso, o que nos interessa é investigar como essa nova ordem produz mudanças naquilo que se lê ou escreve, cujos sentidos estão sempre por se fazer, constituídos no momento mesmo do gesto de significação perpetrado pelo sujeito, que realiza o trabalho de leitura por meio do “ato de rasgar, de amarrotar, de torcer, de recosturar o texto para abrir um meio vivo no qual possa se desdobrar o sentido” (LÉVY, 1996, p.36), por entre outros textos, discursos e sujeitos. Isso se dá de diferentes maneiras, dependendo do modo como o indivíduo, inscrevendo-se no virtual, é interpelado em sujeito pela ideologia.

Nesse processo intervém uma memória de caráter lacunar, que sustenta os movimentos de sujeitos e sentidos numa teia de leituras e escritas digitais, consideradas por Rasia (2011, p.87), “como discursividades, com formas de inscrição próprias, as quais tecem lugares de pertencimento e de exclusão, ou ainda lugares fronteiriços, em cuja borda os sujeitos situam-se”, entre o anonimato e o universal. Entre esses dois pólos, o sujeito enuncia e produz sentidos a partir do olhar outro, “olhar responsivo”, que está presente também no texto impresso, porém, como aponta ainda a autora, no digital, o texto não conta com a estabilidade material, sendo marcado pela ausência, ou, por uma presença-ausente. Observa-se, aí, o desejo de ser visto, re-conhecido, “desejo de permanência na luta pela não volatilização” (RASIA, 2011, p.87), ainda que nos movamos num labirinto heterogêneo e instável.

Neste espaço labiríntico, constituído por ligações hipertextuais que se delineiam a cada movimento do sujeito por entre os nós da rede, desenrola-se uma leitura marcada pela descontinuidade, em que, segundo Chartier (2002b), se busca um fragmento textual, sem que o sujeito perceba necessariamente a identidade e coerência da totalidade textual a qual ele pertence. Ao leitor, seria possível apenas percorrer alguns nós, determinadas redes de sentido, desdobrando somente algumas porções desse pergaminho eletrônico cuja textualidade é aparentemente infinita. Dessa estrutura hipertextual, o sujeito conhece apenas aquilo que vê durante o passeio que faz por entre os seus nós, pois, como aponta Fragoso (2001, p.5):

Los ‘caminos’ que vinculan los diferentes elementos que constituyen la World Wide Web pueden permanecer invisibles para el ver unificador que mapea, pero son percibidos por el sujeto que navega en el ciberespacio y que aprende su espacialidad tanto a partir de lo que ve como en función del ‘recorrido’ que realiza entre una y otra instancia visualizable. Millones de usuarios ‘navegan’ por la World Wide Web todos los días, y al final de cada

sección en el ciberespacio, llevan consigo una impresión de la estructura espacial señalizada por los caminos recorridos²⁰.

Sendo assim, podemos dizer que, nesse ciberespaço múltiplo e em constante reorganização, os movimentos de leitura, escrita e interpretação tecidos pelos sujeitos são únicos, bem como os sentidos produzidos a partir dos mesmos. Entretanto, não podemos deixar de considerar que tais movimentos são singulares, mas que não podem ser quaisquer uns, pois, em um hipertexto, “não há ‘ligação’ sobre todas as palavras: se os percursos são numerosos, não são infinitos”. (JOUVE, 2010, p. 209). No ciberespaço hipertextual, assim como em qualquer outro espaço de circulação do discurso, a significação não é uma via de mão única, não está já posta quando do surgimento de mais um nó na rede, posto que é construída a partir das ligações estabelecidas por sujeitos que ocupam diferentes posições, de formas imprevisíveis e inéditas, distintas daquelas instituídas pelo impresso:

hipertextos encorajam os leitores a moverem-se de um bloco de texto a outro, rapidamente e não sequencialmente (Snyder, 1996:ix). Considerando que o hipertexto oferece uma multiplicidade de caminhos a seguir, podendo ainda o leitor incorporar seus caminhos e suas decisões como novos caminhos, inserindo informações novas, ele passa a ter um papel mais ativo e uma oportunidade diferente da de um leitor de texto impresso. (MARCUSCHI, 1999, p. 3).

Assim sendo, na singularidade da leitura no digital, pode-se romper com a estrutura que foi convencionalmente proposta para o texto, com a ideia (ilusória) de linearidade, que circula amiúde nas instituições de ensino, enfim, com o que se espera, a partir desse lugar normatizado, de um texto, que é passível de ser lido em diferentes direções, a partir de novas e múltiplas formas de composição, que emergem no contexto de uma sociedade em rede, na qual “a Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico” (CASTELLS, 2003b, p. 287).

Esse novo paradigma foi marcado, segundo Chartier (2002b, p.24), por mudanças na “modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita”, que levaram os sujeitos a mudarem hábitos, percepções e a lidarem com os desdobramentos trazidos por transformações no *status quo*, no meio cultural conhecido até então. É ainda o historiador francês quem nos auxilia a

²⁰ Os caminhos que ligam os diferentes elementos que constituem a *World Wide Web* podem permanecer invisíveis para o olhar unificador que mapeia, mas são percebidos pelo sujeito que navega no ciberespaço e que aprende sua espacialidade tanto a partir do que vê como em função do percurso que realiza entre uma e outra instância observável. Milhões de usuários ‘navegam’ pela *World Wide Web* todos os dias e, no final de cada seção no ciberespaço, levam consigo uma impressão da estrutura espacial sinalizada pelos caminhos percorridos.

compreender como tais mudanças ocorreram. Para ele, estamos experienciando uma ruptura na ordem dos discursos que adveio das relações entre objetos, classes de textos e formas de leitura tecidas a partir de três grandes inovações. A primeira data do início da era cristã, quando o códex, o formato do livro impresso como conhecemos ainda hoje- com “um determinado número de páginas individuais, agrupadas e cosidas numa lombada, protegidas por uma capa” (GONÇALVES, 2011, p. 25)- substituiu o rolo, ou *volumen*, do qual faziam uso os leitores gregos e romanos.

Já a segunda ruptura, como continua Chartier (2007a, p. 203), deu-se entre os séculos XIV e XV e refere-se ao aparecimento do *libro unitario*, que “reúne numa mesma encadernação as obras de só um autor, até mesmo, só uma obra. [...] ou seja, um livro onde se amarra a relação entre o objeto material, a obra (na acepção de uma obra específica ou uma série de obras) e o autor”. Essas mudanças tecnológicas transformaram a experiência de leitura, pois, como afirma Darnton (2010, p. 40),

a página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado que logo passou a incluir palavras diferenciadas (isto é, palavras separadas por espaços), parágrafos e capítulos, além de sumários, índices e outros auxílios à leitura. O códice, por sua vez, foi transformado pela invenção da impressão com tipos móveis, na década de 1450 [...] a invenção de Gutenberg se propagou de forma avassaladora, deixando o livro ao alcance de círculos cada vez mais amplos de leitores [...] Panfletos e jornais, produzidos em impressoras a vapor com papel feito com polpa de madeira em vez de trapos, ampliaram o processo de democratização de modo a permitir o surgimento de um público de massa durante a segunda metade do século XIX.

Com essa afirmação, Darnton (2010) vai ao encontro de Chartier (2007a), apontando o que o francês considerou ser o terceiro conjunto de mudanças ocorridas em meados do século XV e suscitadas pela invenção da imprensa e dos tipos móveis, que passaram a ser a técnica mais utilizada de reprodução do escrito, a qual ainda prevalece seis séculos depois. Os desdobramentos dessas novas técnicas levaram, por volta de 1520 a 1540, à consolidação do livro impresso, o que, segundo Horellou-Lafarge e Segré (2010, p.31), abriu espaço para os textos contemporâneos. Paralelamente, ocorreram mudanças nos formatos e formas de (re)produção dos livros, o que acarretou alterações na ordem dos acessos, nas práticas de leitura. De modo geral, as autoras nos contam que os preços baixaram e o livro foi se tornando um objeto mais comum, com seu título sendo transcrito na lombada da capa, de modo a facilitar sua recuperação em meio a tantas outras coleções dispostas verticalmente. Além

disso, é importante ressaltar que os primeiros livros tinham grandes dimensões que dificultavam o manuseio, sendo lidos em locais públicos, como forma de leituras destinadas a pessoas analfabetas, sendo, portanto, uma leitura em voz alta.

Essas práticas de leitura se inserem num contexto em que, por um longo período, o controle das obras esteve nas mãos dos clérigos, havendo, posteriormente, um aumento da demanda, dos progressos técnicos que reduziram os custos de produção das obras impressas; esses fatores aliados a novas condições sócio-históricas, políticas e ideológicas, permitiram, ao longo do tempo, o aumento do número de obras e leitores, ainda que tais progressos não tenham alcançado (até hoje) a maior parcela da população, no que diz respeito ao contexto brasileiro, que nos interessa particularmente.

A respeito dos modos de ler, Frossard (2004, p.13) propõe um questionamento que muito nos instiga, ao indagar se, após a leitura silenciosa ter florescido com a imprensa, não estaria o hipertexto colocando em evidência, novamente, a leitura comunitária- como acredita Doueiri (2009)-, tal qual na Idade Média, nas universidades e missas, “porém sem deixar de ser leitura silenciosa, onde sites são acessados por uma ‘comunidade’ de leitores com criação de espaços de interação entre eles.” A dúvida instalada por essa indagação nos leva a pensar que às mudanças que foram trazidas pelas três evoluções que configuraram a cultura do impresso foram acrescidas aquelas suscitadas pela emergência do digital, que pode ser considerada, como aponta Darnton (2010), a quarta grande mudança.

As tecnologias digitais seriam responsáveis pela introdução de “nouveaux formats de présentation de textes (fenêtres, onglets, ascenseurs), de nouveaux dispositifs organisateurs (menus, fichiers, liens) et de nouveaux outils d’accès à l’information (portails, moteurs de recherche)”²¹ (ROUET, 2007a, p.132). Entretanto, é importante dizer que não se trata de uma substituição de modelos, mas sim de manutenções, acréscimos e deslocamentos das formas de ler e escrever, que são provenientes de uma revolução que pôs fim ao reinado absoluto da imprensa, do *libro unitario* e do códex, abrindo espaço para novas práticas e possibilidades que afetam a materialidade da linguagem, bem como os processos de constituição, formulação e circulação das significações. (ORLANDI, 2012b).

Posto isto, tal como sinalizamos anteriormente, nem só de rupturas se fazem os novos modelos culturais. É apostando nisso que a autora faz uma interessante colocação, ao observar que, apesar de todas as diferenças que caracterizaram as etapas de desenvolvimento da cultura

²¹Novos formatos de apresentação de textos (janelas, guia, barras de rolagem), novos dispositivos organizadores (menus, arquivos, links) e novas ferramentas de acesso à informação (portais, motores de busca).

do impresso e, também, a emergente cultura digital que agora se delinea, um traço se mantém, qual seja, o da repetição, da reprodução; vejamos como isso funciona:

Na Idade Média, tratava-se, para os copistas, de copiar o dito com suas letras feitas à mão; com a imprensa, a reprodução era pelo estereotipo, ou seja, pela prensa. Já entramos pois na era da máquina e de seus efeitos sobre a estrutura-funcionamento da escrita. Reprodução e falha estão sempre presentes, mas o que se almeja é aperfeiçoar a reprodução sem falhas. Contemporaneamente, trata-se da era digital, numérica. (ORLANDI, 2012b, p.70)

Consideramos, portanto, que a escrita digital, padronizada em sistemas de 0 e 1, tenta, inutilmente, dissimular a existência do “ruído semântico” e da pluralidade dos “planos de leitura”, atestados por Haroche, Pêcheux e Herny (2008) e instituídos, pela via do hipertexto, através de “um processo de escritura/leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, que, segundo Bolter (1991:10), introduz um novo ‘espaço de escrita’, que ele caracteriza como ‘escrita eletrônica’, tendo em vista a tecnologia de base”, tal como aponta Marcuschi (1999, p.1). A partir dessa escrita desprovida de sequencialidade, o leitor define o fluxo de sua leitura de modo interativo, em tempo real. Trata-se, aqui, de um leitor que se conecta entre os nós, ao navegar numa tela e adentrar um universo de signos evanescentes e supostamente disponíveis *ad eternum*, que ele mesmo ajudou a construir, como propõe Santaella (2004, p.44).

Esse universo é marcado pela pluralidade e, ao mesmo tempo, pela homogeneidade. A pluralidade advém do fato de que o mesmo texto pode ser lido em diversos suportes, que suscitam, por conseguinte, diferentes experiências de leitura. Assim sendo, ler num computador, não é a mesma coisa que num *e-reader* ou na tela de um celular e essa diferença, indo ao encontro de Chartier (1999a), “pode também estar ligada, mais fundamentalmente, ao efeito significativo produzido pela forma”, pela relação estabelecida com outras obras, enfim, pelas condições de produção que envolvem o desenvolvimento das práticas de leitura, bem como da produção dos objetos a serem lidos. Já o caráter homogêneo é suscitado por um processo de “pasteurização”, em que diferentes tipos de textos, aliam-se a imagens e sons, em uma mesma materialidade, através dos processos de digitalização, surgindo daí a questão: “que relação sónica se poderá estabelecer com este suporte, que não contém marcas negras, mas luminosas, idênticas em qualquer texto, e que pode ir para reparos sendo substituído por um outro?” (FABIARZ; NOJIMA, 2003, p.13-14).

Consideramos que no meio digital, ainda que a provisoriedade e a fugacidade sejam marcas de sua materialidade e dos movimentos de leitura aí empreendidos, é possível flagrarmos espaços de uma abertura para o outro, a construção de sólidas relações entre os sujeitos leitores, marcadas, como propõe Petit (2008, p.97), por “novas formas de sociabilidade, de partilhar e de conversar em torno dos livros”. Essas possibilidades de novos enlaçamentos entre sujeitos leitores são privilegiadas pela leitura no digital, pois, consoante Fenniche (2011, p.177, tradução nossa), “a leitura na Web permite reforçar o laço social e criar comunidades de leitura”, ou, nas palavras de Lemos e Lévy (2010a, p.75), “redes de colaboração e de participação”. Tais redes vêm se popularizando cada vez mais, sustentando (-se por) efeitos de uma “reinterpretação coletiva” (MALINI, 2008, p.86), que nos incita a observar, em nosso corpus, o que se mantém e o que se esgarça na teia heterogênea de sentidos sobre leitura, leitores, livros e, também, comunidades.

Assim sendo, em um contexto sócio-histórico marcado pela primazia da coletividade (ORLANDI, 2011b), flagramos novas formas de criação de comunidades de leitores, de produção e circulação de sentidos sobre a leitura, que nos chamam a atenção, posto que configuram o que podemos chamar de um novo funcionamento discursivo da leitura. É bem verdade que tais comunidades de leitores e escritores não são nenhuma novidade. Conforme atestam Luccio e Costa (2010, p.142):

Comunidades de leitores e escritores existem há muito tempo. A disseminação da leitura no século XVIII, por exemplo, propiciou o surgimento de comunidades de leitura (a exemplo dos Book Clubs, Lesegesellschaften e Chambres de Lecture). Uma comunidade virtual de escritores e leitores na rede é, no entanto, algo radicalmente novo, cujo surgimento é propiciado pelo uso de recursos disponibilizados pelo hipertexto.

Esses recursos disponibilizados pela rede tornam possíveis não somente a criação de comunidades virtuais de leitores, dentre as quais destacamos a brasileira Skoob²², mas também a criação de comunidades que se desdobram entre o social e o virtual; como exemplo, citamos os leitores que frequentam bibliotecas comunitárias e mantêm um *blog*, compartilhando as experiências de leitura lá desenvolvidas (bem como fomentando outras, que ocorrem exclusivamente no espaço digital), ou ainda os *sites* baseados na iniciativa Bookcrossing, pela qual vários leitores disponibilizam na “natureza”, nos espaços públicos das cidades, as obras de que gostaram, indicando posteriormente (ou não), no site do projeto,

²² Disponível em: < <http://www.skoob.com.br/> >.

o lugar onde o livro foi depositado, de modo que um novo leitor o pegue. (GUILLAUD, 2007, tradução nossa).

Nessas e outras formas de comunidades virtuais de leitores, que vêm se popularizando pouco a pouco no país, consideramos que a leitura não termina após se chegar à última linha do texto, seja ele impresso ou virtual. Nesses espaços, os indivíduos, ocupando a posição de leitores, unem-se a outros, conhecidos ou não, para compartilhar os sentidos construídos ao longo de sua leitura; ele não dialoga, portanto, apenas com as vozes presentes na obra, mas com tantas outras que o interpelam e o levam a cruzar as fronteiras entre o público e o privado, costurando mais alguns fios numa trama discursiva que não cessa de se tecer.

Isso nos leva a apontar que tais comunidades, como bem afirma Dias (2011, p.39), são, portanto, “marcas de uma inscrição do sujeito num determinado campo de saber e de interesses”, indiciando o modo como ele se identifica com alguns sentidos em detrimento de outros, o que o leva a filiar-se a uma determinada comunidade, a escolher (ideologicamente) um lugar de onde enunciar e construir sentidos sobre leitura(s) contando, para tanto, com uma série de recursos proporcionados pela emergência de novas tecnologias digitais, novas possibilidades que surgem a cada dia no âmbito da Web 2.0, permeada pelo caráter participativo da rede, que “se radicaliza, fazendo florescer o investimento em seu filão cooperativo e colaborativo.” (ANTOUN, 2008, p.20)

Dentre as novas configurações de comunidades que ganham destaque nesse panorama, citamos aquelas que se constituem, veloz e temporariamente, através das redes sociais, ferramentas que possibilitam a reunião de leitores, nas vias do ciberespaço e também das cidades. São espaços (discursivos) em que o compartilhamento e a mobilização social ganham destaque. No que diz respeito ao nosso tema de trabalho, destacamos como as redes sociais, como o Facebook, atuam como espaço de promoção da leitura, de ações que reúnam, dentro e fora da Rede, leitores, que os coloquem em movimento. Como exemplo dessas “novas formas de estar no coletivo” (SCHIECK, 2005, p.6), podemos citar páginas do Facebook que convidam leitores a comparecerem em locais públicos, em determinado momento, com um livro na mão. Trata-se de um exemplo do fenômeno chamado *Flash Mob* (Mobilização Instantânea), que se popularizou mundialmente nas/pelas redes sociais, na última década.

No Brasil, segundo, Kist e Moraes (2010), o primeiro *Flash Mob* de que se tem notícia ocorreu em 2003, em São Paulo. Desde então, a Internet vem sendo frequentemente utilizada como ferramenta para organizar tais mobilizações, que podem agregar milhares de pessoas e

serem, posteriormente, registradas, por meio de vídeos divulgados, entre outros espaços, no YouTube²³. Rompendo as fronteiras entre os espaços físico e virtual,

a principal característica da flash mob é sua instantaneidade, não só de sua encenação como também de sua articulação, e isso só se torna possível graças a popularização das tecnologias virtuais móveis, que por terem um caráter descentralizado, tem a capacidade de fazer circular a informação num curto espaço de tempo (SCHIECK, 2005, p.4-5).

Aproximando-nos de nosso objeto de estudo, trazemos o exemplo de um evento coletivo em prol da leitura, o *Flash Mob “O leitor”*, que foi realizado em 2012, na cidade de Curitiba, por um grupo de artistas que organizam diversas atividades culturais na capital paranaense. A página virtual²⁴ do evento no Facebook sinaliza a (intenção de) participação de quase 300 pessoas, que ocupariam, durante 1 hora, um mesmo espaço público, qual seja, um movimentado terminal de ônibus da cidade. Na esteira de Augé (2005), esse local de trânsito poderia ser considerado um não-lugar, (res)significado pelo ato de folhear coletivamente as páginas de livros, a fim de chamar a atenção dos transeuntes que, indiretamente, fazem parte da mobilização organizada por essa efêmera comunidade de leitores, que pode ser desfeita ou refeita, na próxima estação, na postagem seguinte, nos efeitos de sentido circulantes pelas ruas e pelos hipertextos.

Esse caráter instantâneo e provisório também pode ser observado na frenética criação e desaparecimento de comunidades virtuais, páginas dedicadas a leituras e leitores. Como exemplo, citamos a rede social O livreiro²⁵ que, inicialmente, faria parte de nosso corpus, mas que, para nossa surpresa, foi desativada, tendo seu fim decretado, por meio de um aviso publicado na página eletrônica que apresentaremos a seguir, a qual veio a substituir uma série de outras páginas que ali se relacionavam, intrincadas por meio de uma arquitetura hipertextual composta por muitos nós, que vão além daqueles constituídos por palavras ou imagens:

²³ Disponível em: <<http://www.youtube.com/>>.

²⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/347758871977161/>>.

²⁵ A extinta rede social podia ser acessada em: <www.olivreiro.com.br>.

Com a “desocupação” deste (ciber)espaço, no âmbito da obsolescência da mídia digital, de bits que se degradam com o tempo (DARNTON, 2010), desatam-se, também, os nós, os elos que foram constituídos por sujeitos que ali circulavam, ocupando a posição de leitores que discutiam e compartilhavam aquilo que liam e interpretavam. Filiando-se a determinadas regiões do já-lá, os sujeitos-leitores ocupavam esse espaço, inscrevendo-se em diferentes comunidades que ali se formavam e participando de clubes de leitura, que atualizavam aqueles tradicionalmente realizados em comunidades físicas, as quais, impreterivelmente, deveriam ocupar os mesmos limites geográficos e temporais; organizavam, também, suas estantes virtuais, como espelho de suas estantes de madeira ou aço, transpondo-se assim, os limites entre o privado e o público.

Ao fazer parte de uma comunidade de leitores, como o Skoob, o sujeito se inscreve numa rede que promove encontros entre obras e leitores, os quais entrelaçam suas vozes às de outros sujeitos que ali podem ocupar, também, a posição de críticos literários, ao indicarem e classificarem as obras lidas. Ao acessar uma página do Skoob- que é bem mais que um simples catálogo de obras ou uma base de dados literária- dedicada a um determinado livro, é concedida ao sujeito leitor a possibilidade de observar os rastros de leitura de outrem, dos leitores que leram, estão lendo ou relendo, dos que vão ler e também dos que abandonaram a leitura de uma obra em questão.

Ainda que, como vimos, a formação de comunidades de leitores não seja um fenômeno exclusivo do meio digital, nele, são oferecidas outras oportunidades de configuração, que se desdobram muitas vezes em tempo real, no momento mesmo do ato de

ler, advindo daí, desse encontro com outros leitores, a produção de novos sentidos, novas conexões e formas de apreensão do texto, que podem ocorrer, inclusive, quando do envolvimento do sujeito-leitor em processos colaborativos de produção de novos textos.

Além das produções textuais dos leitores, é possível anexar vídeos à página de uma obra, participar de grupos voltados para a discussão de temáticas específicas relacionadas ao mundo dos livros (como veremos em nosso corpus, que traz recortes de algumas comunidades do Skoob, tais como “Leitores pobres” e “Livros viajantes”) e, também, conhecer obras similares às que foram lidas ou sinalizadas como desejadas por outros leitores. A partir dos recursos oferecidos por essa rede social, podemos, então, trilhar diferentes percursos de leitura, deixando-nos enredar pelos sentidos de outras obras, ou enveredar-nos mais a fundo por aquela que temos em mãos (ou na tela), enriquecendo nossa experiência de leitura e, inclusive, tendo acesso a outras obras, através da troca de livros entre os “skoobers”²⁶, que é mediada por uma ferramenta disponível no site dessa rede social. A partilha é, portanto, o fio condutor dos movimentos de sujeitos que navegam pelas páginas dessa e outras comunidades de leitores, seja através do com-partilhar de livros, leituras ou escritas.

Entretanto, as redes sociais oferecem bem mais do que ferramentas de comunicação entre leitores. A fim de explicitarmos esse ponto, apresentamos uma nova rede social, de nome anglófono e certidão de nascimento brasileira: falamos aqui da Widbook, que foi criada em 2013 na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, onde possui uma de suas sedes, estando a outra situada nos Estados Unidos. Trata-se de uma rede de *e-books* que, a partir de aplicativos para celulares, vem se expandindo, permitindo, também, que o sujeito ocupe outras posições além da que assumiu como leitor. As relações entre leitores e autores são, de modo mais veemente, o enfoque dessa rede, conforme podemos observar já em seu lema (“A social network where writers and readers interact and collaborate on content”²⁷), disposto em sua página inicial²⁸:

²⁶ Designação atribuída àqueles que fazem parte da rede social de leitores Skoob.

²⁷ Tradução livre: “Uma rede social onde escritores e leitores interagem e colaboram no conteúdo”.

²⁸ Widbook. Disponível em: <www.widbook.com>

Essa plataforma colaborativa já se tornou líder mundial de *crowdwriting*²⁹ (GARÓFALO, 2013), propiciando a formação de uma grande comunidade de alcance mundial, que agrega milhares de leitores, escritores e “escreleitores”³⁰, permitindo o acesso gratuito a livros digitais, parte deles escrita em língua portuguesa, apesar de o inglês ter destaque (o que, inferimos, poderia representar um entrave à sua popularização no país), tanto na configuração da plataforma, quanto nas publicações que dela fazem parte. Vejamos como isso funciona:

[...] é possível que os leitores não apenas acompanhem passo a passo a elaboração de livros no Widbook mas também possam sugerir parcerias aos autores. Os brasileiros já são acessados em mais de cem países. O escritor precisa do leitor e o leitor quer ficar próximo do escritor. A experiência é essa: a possibilidade de participar da obra, de ler um livro antes mesmo de ele sair no mercado, de acompanhar uma conversa, de ver um autor despontando e às vezes nem é no mundo tradicional das editoras, diz o diretor executivo de operações e cofundador da plataforma, Joseph Bregeiro. (GOMES, 2013, p.2)

O desenvolvimento de ferramentas como o Widbook ganha força num contexto marcado pelo incremento no uso de *e-readers*, pela multiplicação dos suportes de escrita e

²⁹Segundo Freire (2014), “o *crowdwriting* é definido como um espaço colaborativo para escritores e leitores exporem suas ideias e opinarem sobre as obras publicadas. Assim, os usuários reúnem suas expectativas ou produções criativas de e-books, disponibilizados por meio de uma plataforma online, como é o caso do WidBook”.

³⁰ Referindo-se ao leitor do/no digital, Oliveira (2006, p.137) se vale do termo *escreleitor*, justificando sua escolha da seguinte maneira: “preferimos utilizar o termo *escreleitor*, por entendermos que esta é uma das características que define umas das diferenças entre o leitor do impresso do leitor digital. Ressalve-se que no impresso o *escreleitor* já existia quando colocava suas marcas no texto do outro, mas isto não ocorria da mesma forma como acontece hoje.”. Deste modo, o termo evocaria as novas possibilidades de produção de sentidos, a partir de gestos de leitura e escrita que se dão, simultaneamente e em tempo real, no ciberespaço.

leitura, pela expansão do conceito de livro e do lugar que era destinado ao leitor ocupar. Antes de trazermos alguns dados que no ajudam a compreender o contexto no qual se inserem as práticas de leituras contemporâneas, passemos para algumas considerações acerca do *e-book*, cujo termo pode nos remeter tanto à leitura de uma obra através de um *e-reader*, quanto “[...] un fichier numérique d'une oeuvre textuelle, et parfois multimédia, présenté à l'écran avec l'apparence d'un livre³¹” (BÉLISLE, 2007, p.51), que teria, portanto, algumas características do livro impresso, que foram adaptadas para a tela, não apenas de *e-readers*, mas também de computadores, celulares, *tablets* etc.

Além disso, estão associadas ao conceito de *e-book*, aquelas obras produzidas através de um processo de digitalização de livros impressos, ou seja, obras que não foram criadas no meio digital, como aquelas que ganham vida na plataforma Widbook. Tratamos, então, de um objeto com uma pluralidade de existências e que precisa ser mais estudado, a fim de que se compreendam melhor as implicações e mudanças que vêm sendo provocadas nas práticas de leitura, desde que ele se tornou uma realidade, há apenas quatro décadas, quando Michael Hart iniciou o Projeto Gutenberg, em 1971, na Universidade de Illinois, Estados Unidos. (BÉLISLE, 2007, tradução nossa).

Desde então, muitas tecnologias e avanços informáticos vêm contribuindo para o desenvolvimento do livro eletrônico, dentre eles destacamos o aumento da capacidade de armazenagem de dados em sistemas digitais, o aparecimento de novos formatos de arquivos digitais e dispositivos portáteis de leitura (em 2011), que estão cada vez mais compactos, leves e conectados à Internet, além da tinta eletrônica³² (em 2004), que vem revolucionando tais dispositivos (GÓMES-DÍAZ, 2013, p.7), permitindo não apenas a consulta de obras, mas também “tomar notas, sublinhar, riscar o texto com a ajuda de um simples estilete. O livro eletrônico guardará na memória não somente a obra original, mas também as anotações do

³¹ *Ebook* significa geralmente um arquivo digital de uma obra textual e, às vezes multimídia, apresentada na tela com a aparência de um livro.

³² A chamada tinta eletrônica (*E-ink* em inglês) é um elemento que representa a supracitada tentativa de mimetismo envolvendo objetos impressos e digitais. Nesse caso, os desenvolvedores de *e-readers* se esforçariam em distanciá-los das telas brilhantes dos notebooks, celulares e outros dispositivos nos quais a leitura torna-se mais difícil e cansativa. Através da tecnologia *E-ink*, segundo Pase (2010, p.5), “uma tela cinza recebe pequenas descargas elétricas que posicionam pigmentos escuros, sem emissão de luz” A autora aponta que tais ferramentas são menos agressivas aos olhos, mas que necessitariam de luz para a leitura, assim como os livros. Ressaltamos que, atualmente, já são encontrados no mercado brasileiro (por preços ainda elevados para a maior parte da população) modelos de *e-readers* que já vêm com uma luz embutida, voltada, no entanto, para a própria tela (retroiluminação), minimizando o desconforto. Outra característica das telas desses dispositivos de leitura é que elas permitem a leitura direta sob a luz do sol. (SHEENAN, 2012, p.3, tradução nossa), bem como o aumento de letras, facilitando a leitura se o leitor sofre de algum problema físico, que muitas vezes é um desestímulo ou mesmo impedimento à leitura.

leitor” (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.32), que, assim como suas opiniões e produções textuais, podem ser lidas e compartilhadas por/com outros leitores (até no momento da leitura) e, inclusive, com os autores, não sendo estas as únicas possibilidades de interação disponibilizadas, posto que os leitores podem “ir ainda mais fundo no livro, explorando corpus de documentos, bibliografia, historiografia, iconografia, música de fundo [...] lendo horizontalmente, verticalmente ou diagonalmente até onde os levarem os links eletrônicos” (DARNTON, 2010, p.79). Ilustrando algumas dessas práticas de escrileitura mediadas por uma tela, Ellis e Cook (2013, tradução nossa) relatam a experiência de uma colega que utiliza um aplicativo (*app*) chamado Subtext, o qual permite criar grupos de leitura, com os quais ela pode discutir a respeito da obra que está lendo naquele momento. No final de cada capítulo apareceria uma pequena caixa de texto no topo da tela onde o leitor pode registrar seus pensamentos. Também é possível pausar a leitura e escrever algumas ideias para compartilhar com um grupo de leitura.

Essas novas funcionalidades nos remetem ao conceito de leitura social, que não seria algo novo, mas que nos últimos vem mudando radicalmente, pois, “you can learn more about a particular passage, chat live with the author, discuss themes with other readers, and even leave your own thoughts in a comment or on a blog³³” (PATRICK, 2011), possibilidades estas que já foram descortinadas quando, por exemplo, discorremos sobre o Widbook e o Skoob.

Temos, portanto, que a leitura social em ambiente digital pode ser feita tanto em redes sociais e outros espaços da *Web*, quanto em dispositivos como os *e-readers*. Acerca da relação entre leitura social e *e-book*, Mendes (2012) faz uma ressalva que consideramos muito pertinente, ao apontar que tal ligação não é limitante, posto que uma das funcionalidades que é preponderante na leitura social, a partilha entre leitores, não se restringe à conversa sobre *e-books*, já que “o livro impresso ou qualquer outro texto, na realidade, pode ter lugar na leitura social.” Isso pôde ser observado em nosso corpus, no qual, em diversas sequências discursivas, tiveram destaque os sentidos produzidos, antes, durante e depois, da leitura de obras impressas, presentes, por exemplo, nas comunidades de leitores, *blogs* e outros (ciber)espaços que percorremos e que revelam algumas das práticas de leitura que estão em desenvolvimento, ainda que a desigualdade as perpassasse.

³³ Você pode aprender mais sobre uma determinada passagem, conversar ao vivo com o autor, discutir temas com outros leitores e até mesmo deixar os seus próprios pensamentos em um comentário ou em um blog.

No que concerne a essas práticas de leitura contemporâneas no Brasil, destacamos os dados da última pesquisa Retratos da Leitura no Brasil que, em sua terceira edição, deu maior destaque ao estudo sobre a leitura de livros digitais, demonstrando sua crescente importância no cenário leitor brasileiro. Essa pesquisa de cunho nacional foi realizada em 2011, através de entrevistas com a população brasileira com cinco anos ou mais, alfabetizados ou não. É importante observar que, para o Instituto Pró-Livro (2012), leitor é aquele que leu ao menos um livro, inteiro ou em partes, nos últimos três meses.

Em relação à leitura de textos na Internet, houve um aumento de 3% entre 2007 e 2011, sendo que a leitura de livros digitais cresceu 1% no mesmo período. Entretanto, apesar do crescimento da leitura em/de telas digitais, as cifras supracitadas são ainda tímidas. O livro digital foi citado como material lido por apenas 4% dos entrevistados, sendo que 45% deles nunca ouviu falar sobre o mesmo. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Ainda que consideremos que haja uma tendência de aumento de tais índices, e que eles possam ter sofrido alterações nos últimos dois anos em que não foi realizado outro estudo de abrangência nacional, flagramos em nosso corpus ecos da pouca expressividade de que ainda goza, no país, a leitura de *e-books*, tendo mais destaque a leitura de textos dispersos pela *Web* (especialmente daqueles que circulam nas redes sociais) e a de livros impressos, que foram amiúde discursivizados nos (ciber)espaços discursivos em que coletamos nosso corpus. A pesquisa aponta, também, que quanto maior é o nível de escolaridade e de renda, maior o número de leitores de *e-books*, o que reforça a importância do político, o quão ele é determinante para a (não) configuração das práticas leitoras no país, assim como o é para a produção de todo e qualquer discurso.

Essas desigualdades de acessos também estão presentes na predominância de leitores de *e-books* (perfazendo um total de 8,3 milhões) que fizeram o download de obras literárias gratuitas, em detrimento daquelas em que se pagou pelo acesso (1,2 milhões de leitores). Ao levarmos em consideração o nosso corpus de análise, flagramos sentidos constituídos sob tais condições de produção, que permitiram a circulação de enunciados que discursivizam os *e-books* como uma alternativa ao alto custo dos livros, uma barreira que foi citada por 4% dos leitores, quando questionados sobre o motivo de não terem lido nos últimos três meses. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Após tais considerações, lembramos que, apesar de não ser nosso objetivo desenvolver uma pesquisa de cunho quantitativo, a apresentação dessas cifras nos dão pistas do contexto em que se desenvolvem as práticas leitoras que tanto nos interessam. O crescente uso da

Internet e, em especial, a popularidade das redes sociais, levam-nos a ressaltar a importância de uma pesquisa que se dedique a pensar esse (ciber)espaço plural e interativo, perscrutando o funcionamento discursivo que ali regula as práticas de leitura, escrita e interpretação de sujeitos caracterizados pela evanescência e multiplicidade. (DIAS, 2004, p.94). Seria possível, para esse sujeito, ocupar não apenas várias posições no discurso eletrônico, mas também instalar sua voz em espaços distintos da *Web*, participando de diferentes *blogs*, várias comunidades, mantendo diversos endereços eletrônicos (LÉVY, 2010) e valendo-se, para enunciar, de *nicknames* e avatares, construídos através de formações imaginárias que regulam tais representações, modos de falar de si e de/para um outro, num (ciber)espaço em que, segundo Chartier (1999b), os textos não se prendem mais às suas materialidades de origem, possuindo eles, também, uma existência múltipla, em meio às técnicas multimídia que enfraquecem as fronteiras entre texto e imagem, o oral e o escrito, o impresso e o audiovisual, como aponta Rouet (2007c, tradução nossa).

Essa forma de se relacionar com a leitura vem sendo flagrada em redes sociais e *blogs*, estando presente em nosso corpus, onde poderemos explorar melhor como se dão tais imbricações entre leitores e leituras no ambiente digital. Passemos agora para uma explanação acerca do nosso corpus para, em seguida, apresentarmos algumas análises desse material, inserindo nossa voz nessa teia de dizeres sobre livros, leituras e leitores, atentando-nos para o modo como, segundo Bélisle (2011b, p.40), “les multimédias, l’animation, la discontinuité, le zapping, les multi-tâches dans le rapport aux textes, ainsi que de nouvelles intermédiations [...] les pratiques de lecture sur supports numériques”³⁴ produzem efeitos flagrados na materialidade do discurso, incitando-nos a pensar o que é ler e o que se espera em um mundo digital.

4.1 A leitura em (dis)curso: olhares sobre o corpus

Na esteira de Orlandi (2010a) e Lagazzi-Rodrigues (2005), consideramos que a Análise do Discurso de linha francesa não nos leva a apontar, em nosso corpus, quais são os seus sentidos, mas empreender outros gestos de leitura e escuta que nos permitem conhecer o modo como os sentidos são produzidos, em sua relação com o simbólico, o político e a historicidade.

³⁴ “as multimídias, a animação, a descontinuidade, o zapping, as multitarefas em relação aos textos, bem como novas intermediações [...] as práticas de leitura nos suportes digitais”

Ocupando a posição de analistas do discurso, buscaremos compreender o processo discursivo, como as “pistas” significam no discurso, indiciando as relações tecidas entre sujeitos e sentidos sobre a leitura circulantes em diferentes espaços da *Web*, dentre os quais destacamos os *blogs* e as redes sociais. Deste modo, empreenderemos um trabalho investigativo, reflexivo, buscando os rastros deixados pelos sujeitos, pelos dizeres enunciados e, também, pelos silenciados, já que, como vimos, “o silêncio é prenhe de sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 1) e atravessa as palavras, sinalizando que o discurso nunca está pronto. Trabalhamos, então, com uma noção de língua que escapa à completude e objetividade que, supostamente, revestir-na-iam.

Amparamo-nos, assim, em uma teoria que concebe a linguagem como opaca e rejeita interpretações dadas à priori, observando, no processo de constituição e análise do corpus, tanto as regularidades discursivas, as repetições, quanto os deslocamentos, as rupturas de sentido, de modo a flagrar, na ordem da língua, um determinado funcionamento discursivo, que será apontado nas sequências discursivas a serem analisadas. Nesse fazer do analista, frisamos ser imprescindível levar em consideração a exterioridade, que é constitutiva de todo dizer e está no centro e não nas bordas do seu funcionamento; isso nos leva a refletir sobre a relação entre as condições de produção do discurso e os dizeres manifestos pelos sujeitos em determinadas posições de poder ou despoder reguladas pela ideologia, cujo funcionamento nos interessa rastrear, pois ele faz parte da constituição de todo sujeito e de todo discurso.

Posto isto, marcamos que esse processo de análise discursiva inicia-se, segundo Orlandi (2010a), quando o analista, em um primeiro movimento de análise, de-superficializa o corpus, obtendo, assim, o seu objeto discursivo, no qual já se podem antever as formações discursivas em jogo; em seguida, o analista determina as relações que o objeto discursivo estabelece com as formações ideológicas, trazendo à luz o processo discursivo, cujo funcionamento pode se repetir em outros materiais de análise.

Baseadas nos fundamentos teórico-metodológicos apresentados até aqui, frisamos que, após realizarmos uma revisão de literatura - em que concentramos nossos esforços na busca por uma maior compreensão acerca das questões que giram em torno de nosso objeto de estudo, do entrelaçamento entre discurso, a Rede, a leitura e o sujeito-, dedicamo-nos à construção do nosso corpus, coletado em *blogs*, redes sociais e sites (mais especificamente em espaços de compartilhamento de leituras), aos quais tivemos acesso através de pesquisas

realizadas continuamente, desde o início do desenvolvimento do projeto de doutorado, em dois buscadores da/na Internet: Google e Google Blogs³⁵.

Foram incluídos registros que correspondiam aos nossos objetivos de pesquisa e que haviam sido publicados, majoritariamente, no período de desenvolvimento da mesma, incluindo registros mais recentes, datados dos primeiros meses de 2014, de modo a compormos um conjunto de dados o mais atualizado possível. As diversas buscas foram igualmente baseadas na utilização das principais palavras-chave: “leitura”, “leitor”, “livro” e termos correlatos, combinados nas supracitadas ferramentas de busca na Internet, a fim de investigarmos como a leitura é desenvolvida, discursivizada em espaços ditos não oficiais, alternativos, no que se refere ao acesso aos livros e outros materiais de leitura.

Como critério de seleção, julgamos pertinente analisar sequências discursivas em que a Internet não é apenas o suporte em que tais dizeres sobre leitura foram materializados, mas sim o meio determinante da produção de novas práticas de leitura, bem como palco de mobilizações em prol da mesma, o que envolve o fortalecimento das relações entre sujeitos-leitores, em (ciber)espaços coletivos, que colocam em evidência noções como a de *web* e leitura social; é tendo em vista esses objetivos que olhamos para os discursos dispersos em diferentes páginas eletrônicas que visitamos, a fim de selecionarmos aqueles que se enquadrariam em nosso estudo, ajudando-nos a ampliar nosso conhecimento a respeito do tema.

Interessamo-nos, portanto, especialmente por registros relacionados à leitura em seu caráter comunitário e compartilhável, atentando-nos para as relações de interlocução (GRIGOLETTO, 2011) tecidas entre os sujeitos-leitores, em meio a comunidades, físicas e/ou virtuais, no dentro/fora do ciberespaço que, segundo Silva (2010, p.46), “pode ser uma nova ferramenta, um novo lugar onde as comunidades *offline* podem passar a existir [...] É uma ferramenta, uma prótese que estende o corpo social, mas que não o substitui”. Essas novas configurações que podem ser assumidas, hoje, pelas comunidades incitam-nos a flagrar, na ordem da língua, os enredamentos entre sujeitos e sentidos que são suscitados por tais relações mediadas pela Internet, os modos de significação que são trazidos à luz pelo nosso olhar de analista de discurso, quando o direcionamos para as velhas/novas práticas leitoras, flagradas, nesse trabalho, em:

³⁵ Disponíveis em: < <https://www.google.com.br/> > e < www.google.com.br/blogsearch >.

- vinte e três páginas do Facebook, dedicadas às campanhas, projetos em prol da leitura, além daquelas voltadas para a discussão de livros e para a leitura online;
- dezoito *blogs*, especialmente os de bibliotecas comunitárias, que são organizadas por um determinado grupo ou comunidade, devido à falta ou insuficiência de outras instituições dedicadas à leitura;
- cinco páginas da rede social de leitores Skoob, que apresentam diferentes enfoques em relação ao livro e à leitura;
- três páginas do Tumblr, especialmente sobre práticas comunitárias de leitura;
- quatro páginas do Twitter, com destaque para o compartilhar entre leitores;
- dez sites voltados para diferentes iniciativas de leitura.

Nesses (ciber)espaços discursivos que visitamos e nos quais coletamos o corpus dessa pesquisa, nós perscrutamos, como havíamos adiantado, as relações de força que se estabelecem entre os sujeitos, determinando o que se pode dizer sobre a leitura, em outras palavras, o que pode ser enunciado por um sujeito que, para tanto, assume uma ou mais posições no discurso, ao estar inserido em certo contexto e ter acesso a determinadas regiões do já-lá.

Esse movimento de análise revela novas práticas de leitura, sustentadas por outras condições de produção, mas também sentidos presos a uma teia de já-ditos que insistem em retornar, indiciando a manutenção de determinadas relações entre os sujeitos e a leitura, que não são dotadas de um caráter maniqueísta, de uma fronteira estanque que separaria as práticas de leitura no impresso das que ocorrem no digital, as comunidades de leitores formadas nos ambientes presenciais daquelas presentes (também) no ciberespaço, bem como as diferentes formações discursivas sobre a leitura que circulam no espaço (discursivo) digital.

Posto isto, temos que, através da observação do que se mantém e do que rompe com o estabilizado acerca de nosso objeto de estudo é que pudemos organizar nosso corpus em torno de três entradas discursivas, o que consideramos ser já um movimento de análise. Cada uma dessas três entradas é composta por sequências discursivas que indiciam um determinado

funcionamento discursivo, que se mostrou recorrente quando da constituição do corpus, não havendo, por isso, a necessidade de apresentarmos, aqui, todos os outros enunciados que nos dão pistas de um mesmo funcionamento. Tal prescindência advém do fato de que nossa pesquisa é de cunho qualitativo e que, portanto, não nos interessa a quantificação, o trabalho com grandes corpora, mas sim o suporte que nos é fornecido pelo nosso embasamento teórico-metodológico que nos permite investigar as singularidades, as filiações discursivas nas redes de memória.

Após essas considerações metodológicas, apresentaremos, a seguir, a primeira de nossas entradas discursivas a serem analisadas, em que comparece, sob diferentes formas, um efeito de liberdade e movimento que é associado aos livros e aos leitores, trazendo consigo, em seu avesso, os sentidos de aprisionamento e restrição, ecos de dizeres já-ditos, em outros contextos, e que insistem em retornar, como veremos nas análises das sequências discursivas que compõem nossa segunda entrada. Como já sinalizamos, ainda que tenhamos dividido o corpus em diferentes entradas, os sentidos se desdobram para além de suas fronteiras, levando-nos a relacionar as sequências discursivas entre si e com algumas considerações acerca das práticas de leitura, que trouxemos ao longo desse trabalho, de modo a construirmos uma teia de dizeres acerca da leitura na contemporaneidade, uma dentre várias outras possíveis sobre o tema.

Finalmente, direcionaremos o nosso olhar para a terceira e última entrada discursiva, na qual julgamos relevante destacar como os modos de constituição, formulação e circulação do discurso (ORLANDI, 2001), bem como de relações entre sujeitos e sentidos, são afetados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, em (ciber)espaços que reclamam a voz do sujeito, o qual é instado, a todo instante, a entrar na roda eletrônica do discurso, participando, comentando, “curtindo” etc, por meio de práticas discursivas que trazem consigo outras formas de com-partilhar sentidos sobre leituras, novas maneiras de ler que envolvam a formação de comunidades.

4.1.1 Leitores e livros em movimento: efeitos de liberdade

Para dar início à análise dos recortes pertencentes à nossa primeira entrada discursiva, partimos do (re)conhecimento de que o discurso não se assenta no plano, pois é dado a estripulias de sentidos que, em permanente tensão, instauram a contradição entre formações discursivas diferentes. Isso pôde ser observado em alguns *sites*, dentre os quais destacamos os

de projetos similares ao *Bookcrossing*, cuja ideia central que, como já sinalizamos anteriormente, começa aos poucos a ser conhecida e difundida no país, parte do princípio de desaparego dos livros, os quais deveriam ser lidos e, em seguida, repassados a outros leitores. Para tanto, eles seriam deixados em diferentes espaços da cidade, podendo, ou não, antes, receber um número para serem rastreados, caso o leitor se proponha a seguir os passos sugeridos pelo *site* do projeto e que os próximos leitores deem continuidade ao processo.

Inferimos que se trata, aqui, de uma ruptura com a forma tradicional de conceber o livro e o trabalho com o mesmo, qual seja, aquela em que uma obra, depois de selecionada e adquirida, deve ser catalogada, classificada, indexada, preparada para o empréstimo e, por fim, armazenada, podendo ser futuramente recuperada. Nesse ciclo de processamento da obra, em que se conta com técnicas para que a informação seja tratada de forma considerada adequada pelos profissionais da informação que controlam esse processo, tem-se como premissa que as obras pertencem ao acervo e que para ele devem voltar, sob pena de multas, suspensões ou quaisquer outras sanções que seriam cabíveis aos que descumprissem tal premissa.

Em meio a tais rotinas e procedimentos, anotamos o efeito subversivo de dizeres que buscam alterá-los, propondo como o início desse processo a leitura das obras, que deveriam, em seguida, se dispersar, não voltando passivamente para uma estante empoeirada, podendo dali nunca mais sair. Chamaram-nos a atenção os seguintes dizeres³⁶ que sustentam tal funcionamento discursivo:

Leia um bom livro. **Cole a etiqueta. Liberte-o** (LIVRO LIVRE, 2012)

Leia- Liberte- Siga (BOOKCROSSING BRASIL, 2013)

Leia, Empreste ou Devolva (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SÍTIO VANESSA, 2013)

Leia, Registre e Liberte (BOOKCROSSING BRASIL, 2013)

Nessas primeiras sequências discursivas, assim como em várias outras que serão analisadas, chama a nossa atenção a presença de verbos no imperativo, que ganham contornos de ordem, de determinação de uma atividade a ser cumprida impreterivelmente, apontando não apenas para um rompimento com essa ordem historicamente estabelecida para os livros-

³⁶ Mantivemos em todos os recortes a grafia original

sugerido pela repetição do verbo “liberte” -, mas também para a sua manutenção, que pôde ser flagrada nos significantes “cole”, “registre” e “devolva”. Esse deslizamento de sentidos nos remete a discursos já naturalizados sobre o que se deve fazer quando se tem, em instituições e espaços de leitura, um livro em mãos; sentidos estes que discursivizam o controle sobre as obras, flagrado, também, no significante “siga”, indiciando que, talvez, o movimento de libertação não seria assim tão livre de amarras.

Observamos, nesses quatro recortes, a presença de efeitos de contradição, que parecem se dissimular em meio a essas tríades de ações distribuídas para o sujeito, nos moldes de uma receita de bolo, ou de um manual contendo os passos infalíveis para se cumprir um objetivo, nesse caso, a leitura, discursivizada por meio de um movimento pendular, que oscila entre os sentidos de dispersão das obras e os de controle, por meio de um embate que perpassa a ordem da língua, trazendo à luz um funcionamento discursivo diferente, no qual, a partir de dizeres já-ditos, atribui-se à leitura uma nova posição a ser ocupada, em que pese um efeito de liberdade. É interessante ressaltarmos que tais sentidos, alcançados quando os livros são “libertos”- o que sugere que a capacidade de ser livre não é inerente, posto que dependeria das ações de alguém disposto a seguir os passos supracitados, as orientações sobre o que fazer com o livro que se tem em mãos-, têm como avesso a existência de uma suposta prisão, à qual eles estariam até então submetidos.

De que ou de quem tais livros estariam livres? De onde? Tais perguntas, que não são respondidas, evocam práticas de controle e interdição do acesso ao saber que historicamente foram empreendidas pelos reis, clérigos, ditadores ou, simplesmente, por aqueles que detinham ou cuidavam da posse de algum acervo, disponível para somente alguns poucos privilegiados, que poderiam ocupar a posição de leitor, instalando a desigualdade de acessos ao livro e à leitura, que foi abordada por Pêcheux (2010), quando o autor aponta a existência de uma divisão do trabalho de leitura, conforme já explanamos anteriormente.

Contra tais práticas, já naturalizadas é que se sustentam uma série de dizeres de liberdade atribuídos ao leitor, à leitura e ao livro. Trata-se de um discurso, repetido à exaustão, que tem lugar de destaque em um contexto pós-moderno, no qual a liberdade aparece como valor primordial, garantido por leis de cunho universal. Os efeitos de ser livre se estenderiam também à própria Internet e aos recursos que ela oferece, ao ser tomada como um espaço em que o sujeito pode se movimentar a seu bel-prazer, enunciando sem restrições, num ambiente dinâmico pleno de possibilidades, no qual caberia, supostamente, tudo e todos.

Entretanto, ao levarmos em consideração algumas das práticas (discursivizadas em nossa próxima entrada discursiva) desenvolvidas amiúde no âmbito de instituições dedicadas, em tese, à leitura e ao acesso aos saberes, tais como as bibliotecas, indagamo-nos se esses dizeres de rompimento com a ordem estabelecida pelas mesmas em torno dos livros não sinalizariam um desejo de afastamento em relação a tais instituições e seus *modi operandi*, indiciando a importância de que os mesmos sejam repensados, tendo em vista os desejos e necessidades dos leitores face às mudanças de suportes e práticas de leitura, na contemporaneidade (presentes nas sequências discursivas que integram nossa terceira entrada discursiva).

No que concerne aos sentidos de liberdade atribuídos ao livro, destacamos algumas outras sequências discursivas, em que aparece um campo semântico inusitado, quando em relação a esse objeto, em que ganham destaque verbos como “libertar”, “liberar”, “soltar”, “desprender” e “resgatar” livros que estariam, portanto, encarcerados, apartados dos leitores, na “clausura da estante” (BOOKCROSSING BLOGUEIRO, 2013), tomada, aqui, não como abrigo seguro para os mesmos, o local em que eles deveriam estar, mas como cela.

Chama-nos a atenção a repetição de termos que remetem, então, ao aprisionamento, à privação da liberdade, sentidos estes que circulam frequentemente em contextos policiais, jurídicos, aqueles que flagramos diariamente nos noticiários, mas que, aqui, funcionam a partir de outras condições de produção, suscitando diferentes efeitos, quais sejam, de importância, de emoção e satisfação quando o livro é posto em liberdade, em movimento, quando tal privação é interrompida pelo sujeito que enuncia tais dizeres, buscando convencer aquele que os lê a fazer o mesmo, de modo a romper com essas práticas impostas aos livros desde o início da formação de acervos. Vejamos alguns recortes em que tais efeitos se materializam:

Vamos **liberar um livro** (LUZ DE LUMA, 2012)

Libertar um livro é se desprender dele, deixar que ganhe o mundo e conquiste novos leitores (LIVRO LIVRE, 2012)

Soltei hoje o livro e foi enriquecedora a experiência (LUZ DE LUMA, 2012)

Uma grande emoção quando **o livro é resgatado** (LUZ DE LUMA, 2012)

Nessa mesma formação discursiva, ações como “perder” e “esquecer” que, por exemplo, em uma biblioteca seriam punidas e tomadas como sinônimo de danos ao patrimônio de outrem, atos malvistas em um sistema capitalista que valoriza o “ganhar” e a posse de bens, incluindo-se aí os culturais, passam a significar um movimento de livros e leituras, que não mais estariam restritos às estantes que, como vimos, são tomadas aqui um sinônimo de prisão para os livros. Flagramos, portanto, os deslocamentos de sentidos que instalam um novo funcionamento discursivo, pelo qual, termos como “esquecer” passam a construir uma relação naturalizada e legitimada com os livros, cujos efeitos podem ser observados na tentativa de institucionalizar, de oficializar o dia 25 de janeiro como sendo o “Dia Nacional do Esqueça um livro”; data esta que não consta em nenhum calendário oficial, mas que, ao ser propagada pelas redes sociais, ganha seu status de importância, em (ciber)espaços como o Facebook, no qual esse movimento se tornou um “evento”, ganhando, assim, uma página³⁷ própria, que contou com a participação de milhares de visitantes os quais, identificando-se com a posição de leitores, uniram-se de modo a formar uma comunidade engajada, que ultrapassou os limites da Rede, alcançando as ruas de São Paulo.

A partir daí, foi iniciado um movimento que se espalhou por diversas outras cidades do país, cujos participantes utilizam esse mesmo (ciber)espaço para compartilhar os resultados de suas ações de “esquecimento” e libertação de obras que passariam a transitar por vias agora desconhecidas, de histórias que seguiriam rumos ignorados até alcançarem outros leitores, com os quais se almeja um contato, ampliando-se, assim, a comunidade que só poderia ter nascido sob os auspícios da Internet; observemos tais sentidos em funcionamento nas sequências discursivas a seguir:

Livro devidamente esquecido... É a história que segue. (ESQUEÇA UM LIVRO, 13 fev.2014)

Já encontrei o livro que irei "perder", agora só falta onde perder / Ando "**esquecendo**" **livros** em tantos lugares, libertando as histórias para que possam enriquecer outras vidas (LUZ DE LUMA, 2012)

Tem um 'Ciranda da Solidão' transitando por aí via **Esqueça um livro** [...] Quem encontrou, não deixe de entrar em contato (ESQUEÇA UM LIVRO, 24 nov.2013)

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/442724399192833/?ref_newsfeed_story_type=regular&source=1>.

‘Rolezinho do livro’. **25 livros esquecidos** para lembrá-los que dia 25 tem Esqueça um livro pelo Brasil. (ESQUEÇA UM LIVRO, 22 jan. 2014)

Nessas sequências discursivas está latente o caráter movente que é atribuído aos livros e que, na última sequência discursiva apresentada, é construído, sob o signo da memória discursiva, a partir de sua relação com outros fenômenos sociais, como o chamado “rolezinho”, que, também, surgiu no cenário urbano graças à mediação das tecnologias digitais, especialmente das redes sociais da Internet, acessadas em computadores, celulares e outros dispositivos que conectam um grande número pessoas dispersas em diferentes posições geográficas.

Essas ações coordenadas em redes sociais são caracterizadas geralmente por um grande alcance no que se refere tanto ao número de envolvidos quanto à notoriedade atingida, como provam as revoluções deflagradas, nos últimos anos, em países como o Egito, através da *Web* que, “por meio do seu caráter colaborativo, calcado pelo cenário das convergências midiáticas, fez com que a revolução do Egito tivesse grande repercussão e participação dos sujeitos” (MOREIRA, 2012, p.144).

As ações que enfocamos, aqui, os rolezinhos (do livro) e o movimento Esqueça um livro, são igualmente marcadas pela ocupação dos espaços públicos das cidades, seja por livros e/ou pessoas, inseridos, por vezes, nos discursos midiáticos, em uma posição de marginalizados. Tais ações ocorridas no entremeio entre os espaços das cidades e das redes digitais indiciam o desejo de inclusão, de popularização dos livros, novos modos de relação (mais próxima, talvez) entre sujeitos e a leitura, alinhando-se a outras tantas iniciativas também voltadas para a democratização do acesso aos livros, propagação de um ideal que, ao ser amiúde repetido em diversos espaços da rede, visaria à sua naturalização, ainda que tal (e)feito esteja longe de ser flagrado de forma abrangente no plano social. Esses sentidos de democratização da leitura, como um patamar a ser alcançado, também estão presentes em algumas sequências discursivas com as quais tivemos contato, dispostas em vários espaços da *Web*, nos dizeres sobre movimentos sociais e até mesmo nos recursos oferecidos pelo digital, tais como os *sites* que disponibilizam livros de forma gratuita:

Viva a **Democratização da Leitura!!!** (MOVIMENTO BIBLIOTECAS LIVRES, 2013)

Em Brusque, os livros têm um espaço ao ar livre para que **as pessoas tenham fácil acesso à literatura** (PROJETO, 2012)

Esse é o Projeto Livro de Rua, sempre utilizando-se de todos os espaços para cumprir sua missão, **Democratizar a Leitura!!!** (LIVRO DE RUA, 2013)

Com milhares de livros para download, o site LivrosGratis.com.br busca acima de tudo **disseminar de forma livre e gratuita** o conhecimento. (LIVROS GRÁTIS, 2013)

Um local onde crianças, jovens e **toda a comunidade podem ter acesso aos livros e à leitura literária**, ampliando os horizontes dos frequentadores de um espaço tão importante para o futuro da comunidade (RELEITURA, 2011)

Programe leituras nos mais inusitados e diferentes ambientes de seu município: parques, salões de festa, asilos, presídios, creches, feiras culturais, festas tradicionais, etc. Como diz a música, **o livro e a leitura devem ‘estar onde o povo está’**. (INSTITUTO ECOFUTURO, 2003)

Nessas sequências discursivas, temos a repetição de sentidos que discursivizam os esforços realizados no intuito de uma maior igualdade de acessos e diversificação de espaços (públicos, como já apontado) ocupados pelos livros, que colocam em xeque o papel das instituições de promoção da leitura. Tais sentidos emergiriam como avesso de outros, o não-dito que emerge, por exemplo, quando o sujeito prega o “fácil acesso à literatura”, sentido que carrega consigo o implícito de que haveria dificuldades que impedem tal contato; ao buscar a utilização de “todos os espaços”, temos pistas que são muitos aqueles que deixam de ser ocupados; quando se fala em disseminação “livre e gratuita” do conhecimento, esperneia o sentido de que há amarras que inviabilizam, ainda hoje, a sua tão almejada democratização.

Assim sendo, poderiam, essas instituições oficiais, ter falhado em “arrebatar” leitores, guiando-os em direção aos livros? Valemo-nos, aqui, do efeito religioso, e também pedagógico, que permeia o significante “missão”, o qual, na sequência discursiva em que comparece, não se filia à rigidez atribuída a tais discursos de cunho autoritário, em que a paráfrase impera. Temos, em seu lugar, o discurso polêmico, que abre espaço para novas maneiras de dizer sobre livros e sua necessária democratização, discursos entremeados a uma teia de muitas vozes e sentidos que, no caso dos recortes que trazemos aqui para análise, aparecem atrelados aos de desterritorialização de obras que, como vimos, ao invés de permanecerem enclausuradas nas estantes de bibliotecas e outros espaços de leitura, deveriam ganhar as vias das cidades, espalharem-se por praças, bibliotecas populares, ao “ar livre”, livre de amarras relacionadas ao seu acesso, escolha e tratamento. Tais recortes sugerem, então, um movimento inverso, em que não apenas os leitores deveriam ir ao encontro das

bibliotecas, lançando ao ar a poeira dos livros, mas estes, os livros, também deveriam aproximar-se dos seus leitores, adentrando os espaços em que se encontram.

Tais dizeres ressignificariam, portanto, o contato com os livros, o lugar ocupado por eles ao longo da história, bem como as formas de ocupação do próprio espaço público. Não falamos, então, de um lugar imaginário no qual os livros habitariam, distantes do seu leitor, como num mundo de sonhos ou imaginação; no lugar dessa representação que é comumente associada ao livro (tendo sido já flagrada, por nós, em pesquisas anteriores), ele aparece disperso no espaço próprio da cidade, fazendo parte do dia-a-dia, como algo corriqueiro, e não um item raro que deva ser “escondido”, preservado como um tesouro guardado a sete chaves. Observemos como tais sentidos circulam nos dizeres a seguir:

Acredita-se que quanto mais livros estiverem à disposição da população e **nos espaços por onde ele circula**, mais leitores surgirão. (RECICLA LEITORES, 2013)

É ótimo oportunizar a leitura às pessoas que estão passando **pelas ruas da cidade** (PROJETO, 2012)

Nas manhãs de sábado vamos **espalhar livros pela praça**, e promover ações que seduzam novos leitores... (LEITURAMA, 2013)

Leitura na Praça Granito - Viva a Democratização da Leitura!!! (MOVIMENTO BIBLIOTECAS LIVRES, 2013)

Livro parado é livro morto! Movimento Biblioteca Viva (MOVIMENTO BIBLIOTECAS LIVRES, 2013)

Livros devem circular. Um livro fechado está adormecido. Se um livro acorda, uma pessoa acorda. (BIBLIOTECA LIVRE POTE DE MEL, 2013)

Ainda nos recortes anteriores, em meios aos supracitados sentidos de dispersão e popularização do acesso ao livro, observamos uma curiosa forma de enunciar sobre ele, pela qual o mesmo é dotado de características humanas, como se pudesse adquirir vida própria, existência desejante de não permanecer parado, à espera, mas de seguir em trânsito. Por meio desse efeito, o livro é enunciado como “livre”, ou como “morto”, “adormecido”, à espera de ser “acordado”, por leitores que o colocariam em movimento. Nesses termos, livro parece tomar forma de gente, a desempenhar atividades humanas sem que um sujeito esteja necessariamente presente.

Flagramos, portanto, um efeito de personificação, que pode suscitar, em discursos como os que circulam nas sequências discursivas trazidas a seguir, efeitos de importância, identificação, ou ainda, proximidade, interação em relação aos livros:

Tomara que alguém **tenha chego logo neste banco de praça pra fazer companhia a ele** <3 Primeiro livro esquecido: Praça da Barão de Tatuí de esquina com a JK. (PROJETO ESQUEÇA UM LIVRO, 2014)

Se eu fosse um livro **gostaria de ser tocado e lido por muitos alunos e de andar sempre na mochila**. Não gostaria de estar sempre na mesma prateleira que ninguém me tocasse e lesse pois sentir-me-ia triste. (LER É SONHAR, 2010).

Os outros livros da foto acima (com exceção do 100 Melhores de Crime e Mistério) chegaram na minha estante ano passado e estão virgens. =D Daí fiquei pensando aqui com meus botões que os **meus amados livros precisam sair para passear um pouco!** Sim; precisam **se movimentar, alongar, "ver gente"**... sabem como é? Ora essa, **os livros também precisam de um pouco de ar!** rs rs. (CEM ANOS DE LITERATURA, 2013)

Como se soltam os **livros que querem voar?** (LIVROS À SOLTA, 2013- 15 dez)

Muito lindooo e me lembrou 50 tons! Já posso querer reler, mesmo com uma pilha de **livros gritando para serem lidos?! :**) (QUANDO..., 2013)

Boa! Assim dou rumo a bons livros que tenho aqui e **dá dó vel-os preso a minha estante** tendo tantos olhos e corações para tocar. (LIBERAÇÃO MASSIVA DE LIVROS, 2011- 20 jul. 2011)

Nesses recortes, o livro não é objeto inanimado, resignado a uma existência pacífica. Ao invés de calar-se esquecido pelo descaso do qual historicamente padece, o livro, nesse discurso, teria voz para se revoltar contra essa situação, “gritando” para ser lido e poder “voar”, o que nos remete ao sentido de liberdade que circulou nos recortes anteriores. Nessa região de sentidos, o livro reclamaria “companhia”, almejando “ser tocado” e, ao mesmo tempo, “tocar” corações, ao invés de estar preso, deveria ser “lido”, “andar” por aí, “sempre na mochila”. Para não se sentir “triste”, um livro deveria “sair”, “passear”, “se movimentar” e “alongar” para, principalmente, “ver gente”, ou seja, precisaria de “ar”, de uma sobrevivência frenética fora das estantes, avessa ao lugar ao qual foi confinado. Temos, portanto, um funcionamento discursivo diferente para enunciar sentidos já abordados, nessa primeira entrada discursiva, nos quais o livro só se democratizaria por meio uma “existência” social,

livre, alijada de amarras que o confinem inerte, em espaços mortos, em que sujeitos e leituras não circulem.

Ao ser revestido deste caráter dinâmico, o livro não poderia ser associado a um fetiche, a uma função meramente estética, tampouco ser reduzido à condição de objeto inerte. Os sentidos do que o livro “não é” têm como avesso aqueles que discursivizam como ele realmente é, e que se entremeariam à rede de sentidos que veio se tecendo até aqui, na qual se confere mais valor à leitura do que ao objeto pelo qual ela é realizada:

Livro não é enfeite. Livro não é decoração. (LIVROS E AFINS, 2011)

Não adiante ter uma montanha de livros na estante se não é para ler né?
Livro não é enfeite! (JOZI DOS LIVROS, 2009)

Lugar de livro é circulando, **livro não é enfeite** (BICICLOTECA, 2011)

Livros **não são enfeites ou troféus**. Foram feitos para serem lidos.
(FREGUESIA DO LIVRO, 2013)

Entretanto, destacamos, ainda, que se foi preciso, nas sequências discursivas anteriores, a repetição da construção “não são”, é porque esse efeito de prestígio- que lhe é conferido e relacionado aos efeitos de cultura e erudição, concebendo-o como um bibelô- está posto, sendo articulado com consistência pela ideologia. Nessa região de sentidos, o livro não como visto como uma peça de leitura, mas como ornamento para estantes, abandonado em um canto qualquer.

Sempre é interessante observar como, na pluralidade da língua, um mesmo significante pode inserir-se em formações discursivas opostas. Destacamos o verbo “abandonar” que, flagrado circulando pelas redes sociais, em sites que divulgam ações em prol da leitura e do acesso a obras, pode suscitar sentidos de importância, e não de descaso, em relação aos livros:

Se você achar um livro, leia-o, ou não, mas não o guarde numa estante ou gaveta, livros devem ser lidos e compartilhados. **Após a leitura abandone-o em qualquer lugar** e escreva aqui sobre o que achou e onde abandonou para que possamos sempre saber onde está. (ABANDONANDO LIVROS, 2014)

Abandonar é mais um dos verbos que, nesse discurso circulante nas sequências discursivas que selecionamos, descola-se dos sentidos de desvalorização em relação aos

livros, passando a significar um gesto altruísta, de partilha com outros sujeitos que deveriam, do mesmo modo, colocar as obras em movimento, em “qualquer lugar”, não como se descarta algo sem importância, que não se quer mais, mas como gesto de leitura que poderia ser iniciado em um lugar qualquer, em todos os lugares em que o livro estivesse presente, não sendo, nesse caso, uma aparição, presença rara, mas corriqueira.

Pregar o abandono, o desapego é, aqui, discursivizar, na Internet uma prática revestida de um caráter quase cristão, uma tentativa de subversão do sistema capitalista e do *status quo*, daquilo que historicamente foi determinado a se fazer com um livro. A repetição desses sentidos em diversas páginas eletrônicas que visitamos, talvez, indicie uma busca por torná-los, um dia, um dizer naturalizado, que possa mudar não apenas os sentidos restritos que ainda circulam sobre a leitura e os livros, mas, também, a dinâmica oblíqua de acessos, as práticas desenvolvidas no âmbito de comunidades, estejam elas dispersas nas malhas da Rede ou das cidades.

Deixar livros livres pela cidade não tem regras. Existem inúmeras formas de soltar seus livros para que outros leitores afortunados possam entrar nesse ciclo de leitura. (BIBLIOTECAS DO BRASIL, 2014a)

Nessa formação discursiva, que poderíamos considerar como sendo de resistência, por ir de encontro a práticas de caráter dominante, com as quais se deseja romper, para que outros sentidos possam ocupar seu lugar, o próprio encontro com os livros também é discursivizado como sendo livre, despojado de amarras de ordem burocrática. É como se houvesse uma equação linguística (MARIANI, 1998) pela qual os sentidos de liberdade atribuídos ao livro equivaleriam necessariamente a formas de ler também livres, que se distanciariam de práticas que significassem um discurso autoritário e impedissem a emergência da polissemia. (ORLANDI, 2003a). Longe dessas correntes, o leitor veria descortinar-se à sua frente uma série de novas possibilidades de leitura e de contato com os livros, que não estariam, mais, presos a determinados espaços e práticas:

Se quiser levar para uma viagem para ler, e **libertar esse livro** em outra cidade para que uma pessoa encontre-o, é livre para isso. (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO SÍTIO VANESSA, 2013)

Os clientes desses locais poderão **emprestar livros livremente**, sem a menor necessidade de apresentar documentos, fazer carteirinha ou ter data para a devolução. Queremos com essa iniciativa promover o acesso aos livros para as pessoas durante o intervalo de trabalho, para quem estiver apenas de passagem pelo local e também aos funcionários, seus amigos e parentes (BIBLIOTECAS DO BRASIL, 2013a)

Empréstimo livre de livros funciona assim: O leitor é livre para emprestar o livro e levar para casa e devolvê-lo quando achar que deve. É livre para fazer a leitura a seu tempo, sem pressa, não tem data de devolução. O leitor é livre para emprestar a outra pessoa. (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO SITIO VANESSA, 2013)

Biblioteca Livre Pote de Mel. Numa panificadora, **pegue um livro e devolva quando quiser** (BIBLIOTECA LIVRE POTE DE MEL, 2013)

Nesses lugares (discursivos) em que são produzidos tais dizeres, quais sejam, espaços alternativos de acesso à leitura, tais como bibliotecas comunitárias, um açougue e uma padaria, foi possível a emergência de sentidos que, provavelmente, seria interditados no universo tradicional de bibliotecas e outras instituições nas quais significantes como “empréstimo”, “carteirinha”, “devolva”, data, de/para “devolução” compõem uma legitimada teia de sentidos de controle e im-possibilidades para os sujeitos-leitores.

Longe dessa esfera rígida, o sujeito poderia ocupar, então, uma posição de leitor livre, que pode ter o direito de escolher, construir uma relação particular com a leitura, de acordo com seus interesses e possibilidades; leitor que não seria obrigado a ler nos prazos estabelecidos pela instituição detentora dos livros, mas naqueles advindos do ritmo de sua própria leitura, que também adquire, aqui, junto com o leitor, um efeito libertário, flagrado em dizeres como “Ler é voar por caminhos infinitos!” (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CARANGUEJO TABAIARES, 2013), que apontam para a leitura como palco da multiplicidade de sentidos, avessa a qualquer delimitação de sentido.

Esses efeitos de liberdade de livros e leitores ganham contornos de importância e reconhecimento, em sequências discursivas como o nosso próximo recorte, que versa sobre o funcionamento de uma biblioteca instalada a partir de um incentivo nascido em um açougue. Nesse espaço nada trivial, no qual, a priori, seria natural circular em peças de carne e não livros, são despertados os sentidos de valorização da ausência de qualquer controle que medeie a relação entre obras e leitores, conduta esta que seria digna de destaque mundial, dado o ineditismo que a constitui:

Livros em paradas de ônibus, 24 horas **e sem nenhum tipo de controle**, não existia em nenhum lugar do mundo e o açougue T-Bone foi o pioneiro dessa ideia. (T-BONE, c2014, grifos nossos)

O sucesso alcançado por projetos como esse coloca em xeque a falta de mais bibliotecas que também mereceriam a alcunha de “livres”, a pertinência, a finalidade de tantas

regras cerceando o encontro com as obras, suscitando questionamentos acerca do que seria, nesse novo contexto que clama por mudanças, o ato de ler, não no que se refere a um sentido que vise à definição exata do termo, mas o que seria ler para cada sujeito, instado a discursivizar seus gestos de leitura e interpretação sobre um livro, bem como seus gostos literários, tecendo-se, assim, uma relação singular com um objeto que vem sofrendo tantas tentativas de padronização:

O sistema escolhido por nós é o de **biblioteca livre** e isso significa que as pessoas se comprometem a devolver o livro após a leitura, ou a repassá-los a familiares, amigos e colegas, movimentando assim o ciclo de leituras. Sem nenhuma obrigação com carteirinhas, apresentação de documentos, ou taxas simbólicas. E tem funcionado bem. [...] **O livro vai e o livro volta naturalmente. Biblioteca livre!** A troca de ideia e conversas sobre os livros diretamente com os leitores foram acontecendo a cada entrega de livros, e são bem valiosas para conhecer os gostos de cada um dos nossos leitores do que o caderno. (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SÍTIO VANESSA, 2012).

Amanhã, domingo dia 09/02, novamente o Baú da Ciranda do Livro de Assis estará na entrada da feira livre. **É escolher, levar, ler e repassar.** (CIRANDA DO LIVRO DE ASSIS, 2014- 8 fev)

Ao adentrarem espaços coletivos dispersos pela cidade, abertos a todos que ali desejem estar, como, por exemplo, uma feira livre, os livros se alinham a uma rede de sentidos que (res)significam ações cotidianas, tão corriqueiras como o ato de “escolher” e “levar” legumes vendidos por um feirante, ou livros, disponibilizados por representantes de movimentos com o Baú da Ciranda do Livro, que acrescentam a essa lista de práticas prosaicas em relação ao livro a permissão para serem repassados, ou seja, seguirem outros caminhos que não os de volta ao seu lugar de origem. Tais ações inserem livros e leitores, em um mesmo espaço-tempo real, e não em um ambiente artificialmente construído e regido pelo tempo do relógio, que em seu tic-tac delimita não apenas um local, mas um período de tempo destinado ao acesso de um acervo que, por sua vez, também pode ser regido por algumas restrições, às quais o sujeito-leitor deveria se adaptar e assujeitar.

Com a proposta de dar liberdade aos livros e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas, o Parque Gabriel Chucrí, em Carapicuíba, aderiu ao projeto **Livro de Rua**, iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e da Coordenadoria de Parques, todo último domingo do mês. Durante esse dia, os frequentadores do parque podem encontrar exemplares de livros soltos nos quatro cantos do parque. As obras podem ser lidas no local ou levadas para casa, a devolução pode ser feita no próprio parque ou

em espaços públicos, na data escolhida pelo próprio leitor. (BIBLIOTECAS DO BRASIL, 2013b)

É interessante observar, por fim, os efeitos de uma substituição, de mudanças nos modos de acesso às obras, que vêm sendo pouco a pouco instaladas em nosso meio, sustentadas por outras concepções e práticas de leitura. Nelas, o ato de localizar uma obra não ocorreria quando o leitor percorresse as estantes de uma grande biblioteca, em busca de etiquetas a serem decifradas, de números advindos de códigos de classificação universais, tais como CDD (Classificação Decimal de Dewey) e CDU (Classificação Decimal Universal); fora de tais espaços, o sujeito percorreria os logradouros das cidades, em busca de obras ali deixadas ao seu dispor, o que instala uma contradição entre os sentidos de universalização e desterritorialização, entre tentativas de contenção e outras de libertação de livros.

Ao abordarmos tais contradições, não temos como objetivo levantar nossa voz contra a existência de bibliotecas tradicionais, já que consideramos a sua falta em muitas cidades brasileiras uma grave lacuna a ser preenchida. Nosso intuito é outro, é trazer à luz os efeitos de um novo funcionamento discursivo que flagramos em vários (ciber)espaços que percorremos, sentidos que passaram a circular instigando a ressignificação do papel desempenhado, hoje, por grande parte das bibliotecas do país, uma abertura em direção a sistemas e práticas que levem em consideração o leitor, que sejam mais flexíveis e que possam realmente construir uma relação mais fecunda envolvendo os leitores e o seu acervo.

Passemos, agora, para as sequências que compõem nossa segunda entrada discursiva, povoada por dizeres que se contrapõem e alinham a muitos que trouxemos até aqui, fazendo falar efeitos (d)e restrições que cerc(ei)am a leitura.

4.1.2 Movimentos de restrição e a resistência do sujeito: entre a paráfrase e a polissemia

Nessa segunda entrada discursiva- que se entremeia, ora pela contradição, ora pelo alinhamento aos efeitos de sentido circulantes nas sequências discursivas que compuseram a primeira de nossas entradas-, observamos, inicialmente, a retomada, pela memória discursiva, de discursos sobre algumas práticas coercitivas de controle das obras e punições que, historicamente, foram destinadas a sujeitos que ocupariam, nesse dizer, a posição de usuários de instituições (supostamente) dedicadas à leitura, e não de leitores, num movimento de atualização de sentidos já observados em pesquisas anteriores (FERRAREZI, 2007, 2010). Começaremos nossa análise, apresentando dois recortes que integram um conjunto de

discursos dispersos em uma das inúmeras comunidades da rede social Skoob, que reuniria sujeitos os quais, ocupando a posição de leitores, identificariam-se com uma formação imaginária construída para a própria comunidade, bem como para o sujeito-leitor que em sua direção ela desejaria atrair.

Lista Cinza- Denúncias. Esse tópico deve ser usado apenas para os donos de LVS³⁸ que têm queixas sobre algum participante. Para colocar a pessoa na lista cinza: * Nome do acusado e perfil; * Número do LV; *Queixa; Não se esqueça de ler as REGRAS DA LISTA CINZA antes de postar (LIVRO VIAJANTE, 2012)

Oi gente, Estou muito chateada mas **vim denunciar a participante [...] por atraso e falta de comunicação no LV 717-** Um dia (LIVRO VIAJANTE, 2012)

No caso dessa comunidade em especial, discursiviza-se um desejo de acolher, de abrir-se a “quem adora fazer circular um livro e, com ele, espalhar a cultura”, ou ainda, “quem adora a sensação de novas possibilidades!”. Ao depararmos com tais efeitos de sentido-que, supostamente, fariam parte da mesma formação discursiva na qual estariam inseridos aqueles evocados pelo próprio nome conferido a essa agremiação de leitores, “livro viajante”- seria possível inferir, pelo mecanismo das formações imaginárias (ORLANDI, 2003b), que eles (supostamente) sustentariam um funcionamento discursivo semelhante àquele com o qual nos deparamos em nossa primeira entrada discursiva.

Entretanto, flagramos, nessas duas sequências discursivas, dizeres que vão de encontro àqueles que, na primeira entrada, instalaram efeitos de movimento, liberdade e pluralidade em relação ao livro, a leitura e ao leitor que, nessa página do Skoob, é significado através de sua inscrição em um determinado lugar, a partir do qual seria possível enunciar alguns dizeres, construir determinadas relações com os livros e com os outros sujeitos que também circulam nesse (ciber)espaço.

Logo após ser discursivizada a imagem de sujeito-leitor que, possivelmente, teria mais chances de se identificar com os dizeres que circulam nesse (ciber)espaço, e supondo que essa imagem corresponderia àquela que o sujeito tem da comunidade a qual desejaria pertencer, tal sujeito seria levado a permanecer nessa página eletrônica e explorar dois *links* que lhe são apresentados e que deveriam, forçosamente, serem visitados, quais sejam, “Parada

³⁸ LVS é uma abreviação do termo “livros viajantes”, utilizado nessa comunidade do SKOOB- Rede social de Leitores.

Obrigatória” e “Regras do Livro Viajante”. Assim sendo, não bastaria apenas enquadrar-se em um perfil considerado adequado, pois, para ocupar a posição de participante de tal comunidade, o sujeito-leitor/navegador deveria se submeter a um conjunto fechado de “regras” e obrigações, inscrevendo-se, ou sendo inscrito, em uma formação discursiva que não parece abrir-se a muitas e “novas possibilidades”.

Chamou-nos a atenção o embate de sentidos que indiciam, por um lado, o movimento, o desejo de “fazer circular um livro”, “espalhar a cultura”, por outro, a interdição do sujeito-leitor e da leitura. Nesse espaço de contradições, delineia-se uma região de sentidos que atualizam uma série de significantes que sugerem um efeito policial, pelo qual esse (ciber)espaço ganharia contornos de órgão de repressão, delegacia de polícia apta a receber as “denúncias” e “queixas” direcionadas não a criminosos comuns, mas aos “participantes” de tal comunidade, cujo crime seria o de não terem seguido as suas regras, atrasando a “viagem” do livro, ou seja, a entrega das obras, que estavam a ler, a um próximo leitor, que estaria incluído em uma lista organizada, a qual não poderia ser maculada.

O significante “viagem” é inserido, aqui, numa rígida ordem, pela qual se estabelece para a mesma, prazos e rotas específicos, que não admitiriam conversão. Tais sentidos de controle não se alinhariam àqueles que, por exemplo, já foram abordados quando analisamos uma postagem publicada no blog da Biblioteca Comunitária do Sítio Vanessa (2013), posto que, neste último, “viagem” evocaria sentidos de libertação de livros, em que a posse de tal objeto é tida como livre.

Do mesmo modo, observamos os embates entre os sentidos atribuídos ao ato de compartilhar que, se em outros recortes apresentados anteriormente, inseriam-se em uma formação discursiva na qual o compartilhamento não poderia significar posse, deslocam-se, aqui, para outro campo discursivo associado a práticas de controle e repressão, que instalam sentidos menos coloridos, mais cinzentos. A cor “cinza” não colocaria em jogo na língua apenas um efeito de sobriedade, sendo mobilizada, nesse discurso, para criminalizar o leitor, re(a)presentar um espaço de denúncia de práticas consideradas subversivas, dignas de serem reprimidas e delatadas, expondo os sujeitos, que aqui ocupariam a posição de infrator, através da inclusão de seu nome em uma “lista cinza” que, pela memória discursiva, nos remete à famigerada “lista negra”.

Estabelece-se, assim, uma implícita relação im-provável entre ambas as listas, produzidas sob condições sócio-históricas de produção bem distintas, que, no entanto, não impedir(i)am a retomada desses sentidos, em uma comunidade virtual de leitores, fazendo

falar aí o ideológico e o político que constituem o discurso, o qual, não sendo dotado de um caráter fixo e previsível, pode sempre se deslocar, significando, de um modo outro, em outros contextos, sob os auspícios da memória discursiva que sustenta as retomadas, bem como a possibilidade de rupturas de sentidos. No caso da Lista Negra, ela traz à luz um já-dito sobre a operação “Caça às bruxas”, melhor dizendo, aos comunistas, que figuravam em primeiro lugar na lista de “inimigos” oficiais do governo estadunidense, em meados do século XX. Após a extensa repetição do termo, relacionando-o ao inimigo vermelho, e à sua subsequente popularização em outros contextos, ele (re)aparece mais uma vez, nessa página eletrônica, para (de)limitar um espaço destinado a aquilo/aquele que não é desejável, aceitável.

Nesse lugar, imaginário, os inimigos, do Estado e da Comunidade Livros Viajantes, aproximar-se-iam, no plano ideológico do discurso, onde ambos assumiriam uma posição de mau sujeito que para Pêcheux (1997b), é aquele que não se filia a uma formação discursiva dominante, instalando sentidos de desarranjo, contraditórios, em relação ao que deles é esperado. Tal posicionamento teria como efeito, a emergência de sentidos de punição, pelos quais o sujeito só poderia ser enunciado como “acusado”, ainda que o desejo de discursivizar a “denúncia” não estivesse presente, como pudemos flagrar na seguinte sequência discursiva: “Estou muito chateada mas vim denunciar a participante”. Tais sentidos, que circulam em uma rede constituída graças às recentes tecnologias de informação e comunicação, sugerem que é tamanha a importância conferida ao ato de comunicar (diferente do que circula sobre o compartilhar), que a sua falha, ou ausência, é motivo de “queixa”, justificativa de inserção do nome, daquele (leitor) sob quem recai tal falta/falha, na “lista cinza”, registro da denúncia, que também seria regida pelas “regras da lista cinza”.

Haveria, assim, um modelo a ser seguido, que orienta os denunciante, fornecendo as informações que seriam necessárias para formalizar a “queixa”, quais sejam, o nome do acusado, o seu perfil (que aqui não remeteria mais aos sentidos atribuídos ao que é valorizado, e sim rechaçado) e, também, o número do LV, que bem poderia sustentar uma equação linguística pela qual $LV=BO$ (boletim de ocorrência), reforçando os sentidos já tão presos a um discurso policial, de cunho autoritário, que não deixa espaço para a polissemia.

O funcionamento discursivo que foi flagrado nessa comunidade de leitores, no qual sobressaíram os sentidos de restrições impostas aos movimentos de livros e sujeitos-leitores, estaria presente em uma série de outras sequências discursivas, tais como aquelas que colocaram em evidência, na primeira entrada discursiva, os e-feitos de aprisionamento de livros, e, nessa segunda entrada, os discursos que inserem, em um mesmo campo semântico,

sentidos de leitura, culpa e punição/castigo. Este último significante integra uma rede de paráfrases, que há muito vem circulando em diferentes contextos, como por exemplo, o escolar, como pudemos observar em pesquisas anteriores (FERRAREZI, 2010), nas quais a biblioteca escolar seria enunciada como um espaço de castigo, de leitura obrigatória.

Percorrendo a página do Skoob News (2013), no Facebook, flagramos a retomada desses dizeres, que circulam em uma tira, na qual se busca, através de um efeito de riso, instalar um sentido de denúncia acerca do descaso atribuído aos livros e à biblioteca.

(SKOOB NEWS, 2013)

Logo no primeiro quadro que compõe a tira analisada, observamos a circulação de efeitos de questionamento suscitados por um sujeito que, ao emprestar a sua voz a uma personagem que enunciaria da perspectiva de uma criança, naturaliza um efeito de dúvida, de não-saber, bem como de uma inquieta curiosidade que seriam próprios do ser-criança. Por meio de tal representação pueril, são instalados sentidos de desconhecimento em relação ao mundo dos livros (“livros?”), questiona-se no primeiro quadro) e da leitura, que se manteriam afastados dos jovens, inseridos em instituições educacionais que sustentam uma concepção arcaica associada à leitura e à biblioteca. Tais dizeres vão ao encontro de tantos outros que denuncia(ra)m a histórica lacuna na formação de leitores, no desenvolvimento de práticas mais profícuas de leitura, posto que a mesma não seria, como apontam Horellou-Laffarge e Segré (2010, p.138-139),

uma consumação passiva; é descoberta, invenção sempre renovada pelo leitor do sentido do texto, que não é unívoco mas plural. Mesmo que as instituições (a Igreja, a Escola) procurem impor o que é, segundo elas, o verdadeiro sentido do texto, uma leitura legítima, o leitor insinua ‘sempre sua inventividade nas fendas da ortodoxia natural’. A leitura é uma atividade dinâmica, sempre em movimento, feita de antecipações, de previsões, é a apropriação ativa do texto. É feita ‘de avanços, de recuos, de táticas, de jogos com o texto. Ela vai e vem sucessivamente captada, jocosa, protestatária, fugidia’. (Certeau, 1990).

Afastados da concepção de leitura sustentada pelas autoras, estão os dizeres que compõem o terceiro quadro da tira e que funcionariam como efeito de crítica, resposta à indagação inicial. À medida que sustentam o efeito cômico da tira, os enunciados do terceiro quadro sugeririam que, não seria possível a emergência de um efeito de “gosto”, prazer em relação aos livros, quando tal contato com os mesmos, ainda que frequente, para alunos tão travessos, dar-se-ia apenas em uma situação de “leitura” relacionada a outras atividades repressoras, punitivas, caráter este que poderia, também, revestir as práticas de leitura circunscritas nesse rígido espaço da biblioteca escolar, a qual mereceria sentidos de algo “legal” cuja ida seria fato importante a ser relatado, apenas quando a ela não é atribuída uma função disciplinadora.

Na página do Facebook- esse (ciber)espaço aberto à participação do sujeito-navegador, no qual ele é convidado a curtir, comentar e interpretar aquilo que lê-, à voz do sujeito-ilustrador se entremearia a de sujeitos que, (des)identificando-se com os sentidos ali presentes, assumiram um determinado posicionamento, enunciado através dos seguintes comentários postados logo após a publicação da tira:

kkkk na minha era assim

Esse castigo eu ia amar!!!!!!!!!!

Todo mundo falando que é **castigo bom**. Talvez o seja, mas para quem já pegou amor pelos livros. Uma criança vai, claro, associar o lugar a uma coisa negativa, o que é exatamente a crítica da tirinha.

Terrível quando eles implicam que **a leitura é como algum tipo de castigo**. Já aconteceu comigo e não me espanta ver o tanto de pessoas que não gostam de ler. Isso é quase que ensinado em casa e nas escolas.

O efeito de riso captura o sujeito-navegador que parece se identificar com o que é enunciado por Armandinho, personagem-título de uma série de tiras, publicadas em uma mesma página do Facebook que, por sua vez, conseguiu certa notoriedade, medida, nesse contexto, pelo número de curtidas (475 mil até então) que recebe. Trata-se, portanto, da ocupação de um (ciber)espaço privilegiado que, ao reunir potencialmente um grande número de interlocutores, poderia ser palco de circulação de um discurso polêmico, no qual sejam problematizadas importantes questões, tais como, no caso da postagem analisada, o papel que a biblioteca e a leitura vem ocupando nas escolas do país.

Provocados por esses sentidos dis-postos em rede, nessa página do Facebook, os sujeitos-navegadores deixaram, ali, as marcas de suas vozes, construindo uma pequena teia de efeitos contraditórios acerca do discurso que circula na tira, criando, assim, um efeito de verossimilhança para o mesmo, que o afastaria da aura ficcional atribuída a personagens de quadrinhos. Armandinho não seria, então, a única criança que viu sua relação com a leitura ser construída sob o signo de sentidos que dotar-na-iam de um caráter punitivo, obrigatório, o qual só poderia suscitar efeitos de algo não-desejado. Esses sentidos são corroborados nas últimas duas sequências discursivas. No último recorte apresentado, instala-se um discurso de crítica e descontentamento em relação a tais práticas restritivas e castradoras da emergência de um leitor, em terreno tão infértil. A situação que instalaria uma equação linguística pela qual leitura = castigo é enunciada como algo negativo, “terrível”, adjetivo que ganha ainda mais força quando inserido numa teia de sentidos emersos quando da própria experiência leitora que, nesse contexto, não poderia suscitar outros sentidos que não os de rejeição à leitura que, na perspectiva desse sujeito, são fomentados no âmbito doméstico e escolar, justo onde deveriam brotar aqueles que iriam de encontro a essa interdição do leitor.

Já no terceiro recorte, tal crítica é construída a partir de um discurso de oposição, de contrariedade estabelecida em relação a dizeres que inserem o significante “castigo” em uma formação discursiva diferente, pela qual ele seria algo digno de apreciação (“Esse castigo eu ia amar!!!!!!!!!!”), que, ao invés de impossibilitar, promoveria o contato prazeroso com a leitura. Em re(l)ação a esses dizeres, contrapõem-se aqueles que circulam no terceiro recorte, no qual, para o sujeito-enunciador, parece “clara”, óbvia a impossibilidade de que o significante “castigo” não signifique uma coisa negativa, ou seja, amor à leitura, castigo e biblioteca não poderiam jamais figurar em uma mesma formação discursiva.

Em nossas frequentes visitas a *blogs* e páginas de redes sociais, flagramos a repetição do significante “hábito” que, assim como “castigo”, integraria uma rede de paráfrases que busca naturalizar uma relação com a leitura, efeito este que foi discursivizado, também, em nossas pesquisas anteriores. (FERRAREZI, 2010). Consideramos que “hábito” é termo que há muito vem se repetindo em discursos de cunho autoritário, muitos deles, atrelados à leitura. Significada deste modo, ler seria uma prática pouco fecunda, alijada de sentidos outros, que discursivizariam a existência de práticas mais fecundas, criativas e prazerosas. É interessante observarmos como, nas sequências discursivas que trazemos aqui, o significante “hábito” participaria de um movimento pelo qual o discurso autoritário seria camuflado pelo discurso polêmico, de modo a (res)significar uma relação (desejada) com a leitura, materializada em

diferentes espaços da *Web* dedicados, especialmente, a projetos e outras iniciativas de incentivo à leitura, que fazem falar os sentidos de importância e democratização da mesma (por exemplo, nos recortes: “sem importar a classe a que um pertença”, “formar novos leitores”), aos quais, pela contradição, estariam associados a um “hábito” significado como “contagioso”, “imposto”, ou seja, que não se remeteria a dizeres desejados e valorizados em relação à leitura, dentre outros em que se delineiam esse funcionamento:

O hábito de leitura tem que estar mais imposto na sociedade, sem importar a classe a que um pertença. (LER É 10, 2011)

Leitura, um hábito contagioso. (LIVROS COLETIVOS, 2013)

O Livro Livre é uma iniciativa do Jornal de Debates que visa difundir o **hábito de leitura de formar novos leitores.** (LIVRO LIVRE, 2012)

Você doa um livro. Nós o incluímos em uma cesta básica. Juntos, vamos criar **o hábito da leitura em pessoas que têm acesso restrito a livros.** Acompanhe aqui as novidades do Projeto Leitura Alimenta. (LEITURA ALIMENTA, 2013)

Recicla Leitores deseja através de doações de livros **motivar e cativar a comunidade para o hábito da leitura** [...] Acredita-se que quanto mais livros estiverem à disposição da população e nos espaços por onde ele circula, mais leitores surgirão. Consolidando a ideia de que a LEITURA precede a ALFABETIZAÇÃO e vai além dela mesma. Aguardamos a sua doação, maiores informações em nosso *site*. (RECICLA LEITORES, 2013)

Os sentidos que apregoam a leitura como “hábito” que “tem que estar mais imposto”, podem, em outros discursos, como o que circula na próxima sequência discursiva, ser desconstruídos, a partir de um efeito de crítica ao discurso autoritário que os sustentariam e que seriam ainda flagrados nas práticas (de leitura) escolares, indo de encontro aos desejos do sujeito:

Infelizmente, ainda hoje deparamos com práticas de leitura impostas pela escola de forma autoritária, insensível à biblioteca viva que cada aluno traz em si e à nova demanda de leitores (LABORATÓRIO DE LEITURA MONSENHOR ANTÔNIO RAIMUNDO DOS ANJOS, 2012).

Julgamos que a essa rede de sentidos restritos para a leitura, no qual circulam os significantes “hábito” e “castigo”, juntam-se aqueles que, a partir de outro funcionamento discursivo, chamam-nos a atenção para a retomada de um dizer sobre as práticas de controle

dos movimentos de interpretação dos sujeitos-leitores, através de ferramentas pedagógicas como os guias, roteiros de leitura:

O guia de leitura é normalmente desenvolvido para abordar alguns tópicos que são interessantes de serem discutidos e ajuda o leitor a orientar a sua leitura. O guia da leitura deverá ser lido depois do livro. As perguntas podem ser do tipo: 1. O livro funcionou no seu objectivo? 2. Se sim, porquê? [...] (CLUBE DE LEITURA, 2013)

Nesses e outros recursos utilizados secularmente no meio escolar tradicional, são valorizadas as redes de paráfrases, as perguntas fechadas, que interditam para o sujeito-aluno/leitor a possibilidade de produzir sentidos que vão além de uma escolha entre sim ou não. Nesse tipo de questão direcionada a esse sujeito, busca-se controlar a interpretação dos sentidos, que emergem durante um movimento de leitura perpetrado pelo sujeito-leitor, que veria seu trabalho crítico ser cerceado, em razão dessa crença na ilusória univocidade da língua, que vai de encontro a tudo em que, como analistas do discurso, acreditamos.

Como num movimento de resposta a esses dizeres, flagramos, nas próximas sequências discursivas, os sentidos de crítica e denúncia a essas restrições impostas para os sujeitos-leitores, ao mesmo tempo em que se busca inseri-los numa região de sentidos na qual é possível a emergência de discursos sobre “direitos” e não apenas deveres ou obrigações. Isso sugere que, nessa formação discursiva, seria dada ao sujeito a possibilidade de escolhas relacionadas à (não) leitura, em que lhe permitido não apenas ler, mas ler o que se quer (“o direito de ler não importa o quê”), de escolher o local (“o direito de ler não importa onde”, “o direito de ‘colher aqui e acolá’.”), os modos de ler (“o direito de pular as páginas”, “o direito de reler”, “o direito de ler em voz alta”) ou, simplesmente, abster-se da leitura (“o direito de não ler”, “o direito de não terminar de ler o livro”).

Nesse discurso, ao invés de ser levado à leitura pela obrigação, o sujeito-leitor se aproximaria das práticas leitoras pela via do desejo, cuja tamanha intensidade o capturaria em uma posição em que sua identificação com o mundo dos livros chegaria ao extremo de levá-lo a contrair uma “doença”, de cunho não- patológico, mas literário, transmitida por sua íntima relação com o texto que, dificilmente, seria construída e enunciada em contextos nos quais prevalecem a imposição e o controle da leitura.

Direitos imprescritíveis do leitor

- 1.O direito de não ler.
- 2.O direito de pular as páginas.
- 3.O direito de não terminar de ler o livro.
- 4.O direito de reler.
- 5.O direito de ler não importa o quê.
- 6.O direito ao “bovarysismo” (doença textualmente transmissível).
- 7.O direito de ler não importa onde.
- 8.O direito de “colher aqui e acolá”.
- 9.O direito de ler em voz alta.
- 10.O direito de se calar. (LIVROS COLETIVOS, 2013)

Esses direitos considerados essenciais, não seriam distribuídos a todos os sujeitos-leitores, não estariam garantidos, ainda, como sugerem as sequências discursivas que analisamos até aqui, bem como a que traremos a seguir; perante essa negação de direitos, caberia, ao sujeito, a tarefa de se libertar:

Liberte-se! Escolha o livro que quer ler com base, unicamente, nos seus interesses, gostos e curiosidades. Na escola, você recebia uma lista obrigatória de livros e as datas das provas que avaliariam sua leitura. Assim, aprendeu a associar leitura somente à obrigação. Mas ler também pode ser sinônimo de prazer. **Cada um tem o direito de ler** no ritmo e na ordem que preferir: rápido ou lentamente, um livro por vez ou vários ao mesmo tempo, pular ou reler trechos, ler o final antes do começo, gostar de um livro ou mesmo abandoná-lo. (ESTANTE VIRTUAL, 2013)

Esses dizeres convocam o sujeito a desidentificar-se com uma posição-sujeito que evoca sentidos de passividade, submissão, para, em seu lugar, “romperem com as regras da leitura tradicional e lerem com prazer”. (ESTANTE VIRTUAL, 2013). Revestidos de um caráter subversivo, tais enunciados instalam um sentido de crítica à forma como a escola lida com a leitura, que é falada nesse discurso a partir de duas regiões de sentido: a primeira, de que fariam parte os sentidos de restrição suscitados pela leitura escolar, e a segunda, que ocorre fora dos muros da escola, como por exemplo, a leitura de férias, enunciada, aqui, como diversão, em lugar de obrigação. Entretanto, as fronteiras entre essas duas regiões de sentido não seriam estanques, posto que, apesar da crítica às “amarras” impostas à leitura, discursiviza-se a possibilidade de que, mesmo na instituição escolar, ela seja capaz de seduzir e encantar o sujeito que, poderia assim, assumir a posição de leitor, não por um dever, mas por “gostar de ler”.

O melhor da leitura de férias é que o seu filho pode escolher o que quer ler - **nada de leituras obrigatórias da escola!** Sem contar a diversão garantida dentro de casa ou nos dias de chuva. (CIRANDA DO LIVRO DE ASSIS, 2013- 20 dez.)

Ou seja, defendendo a ideia de que a leitura de textos literários na escola pode **ser uma leitura sem amarras** (uma leitura que seduz e encanta o leitor e induz ao gostar de ler) (MOVIMENTO ATIVISTA, 2013)

Outra região de sentidos presente, pela repetição, no nosso corpus, refere-se ao discurso acerca da pouca expressividade de que goza a leitura no país, pelo qual se atualiza um sentido de que o “O brasileiro lê pouco”, já-dito que figura há tempos no senso comum mas que, com a menção de algumas cifras, apontando como média de leitura “4 livros por ano, sendo apenas 2.1 lidos até o fim” (LEITURA ALIMENTA, 2013), daria uma exata dimensão da enorme lacuna existente no cenário leitor brasileiro, valendo-se, para tanto, dos efeitos de prova e confiabilidade suscitados por tais números.

Essa inexpressividade da leitura seria atribuída, nesse discurso, especialmente às restrições materiais que comprometem sua emergência, no contexto de um sistema capitalista, que sustenta o emprego de significantes como “caro”, “custo” e “valor”, que circulam no âmbito das esferas econômica e discursiva, significando, aí, as dificuldades impostas por um sistema que não comportaria uma equidade de oportunidades e acesso. Flagramos, assim, várias menções ao alto custo do livro no país, além de outras dificuldades de ordem sócio-econômica que desencadeariam tanto a interdição do acesso ao livro e à leitura, quanto o fechamento de instituições ou a interrupção de iniciativas dedicadas, em tese, à formação de leitores.

[...] que é uma terapia e das melhores, ISSO É! mas que é sem custo, nem sempre...rsrsrs **o "custo" é o valor dos livros** (SKOOB NEWS, 2013)

Livro no Brasil ainda é muito caro (JOZI DOS LIVROS, 2010)

O livro no Brasil é muito elitizado e normalmente só a classe média e média alta tem acesso. E isso é ruim porque através dos livros a gente pode entrar em outros mundos. (LIVRO DE RUA, 2013)

Pelo avesso, demarca-se a necessidade de democratizar o acesso à leitura, a qual foi discursivizada em uma série de recortes que analisamos em nossa primeira entrada discursiva. Tais dizeres são retomados, aqui, bem como aqueles que valorizam as práticas de distribuição de livros, sobre as quais também já tecemos reflexões (FERRAREZI, 2007, 2010). Entretanto,

marcamos que tais dizeres se inserem em uma nova região de sentidos, posto que, em nossos trabalhos anteriores, tal responsabilidade de democratização da leitura, distribuição de livros, recaía sobre o governo. Aqui, em vários recortes que selecionamos, ela é atribuída à sociedade em geral, que seria convocada a unir-se e colocar-se em movimento, reforçando-se, assim, os efeitos de importância que vêm sendo conferidos ao elemento comunitário, quando relacionado ao desenvolvimento de (novas) práticas leitoras, o que será melhor discutido na próxima entrada discursiva.

No Brasil se lê muito pouco. Então a gente tem que aumentar esses espaços e distribuir mais livros. Temos que chamar a sociedade para participar da **democratização da leitura** – afirma. (LIVRO DE RUA, 2013).

Como tentativas de democratização da leitura empreendidas através de um esforço coletivo, é discursivizada, em nosso corpus, a construção de bibliotecas comunitárias, que visaria a suplantiar as fronteiras que delimitam alguns locais em que não há bibliotecas, ou, nos quais ela não atende aos anseios de uma determinada comunidade.

A construção de bibliotecas comunitárias tem sido um desejo e a ação de muitas pessoas que trabalham para ampliar o acesso à leitura em cidades do interior e nas vilas e favelas da capital mineira. No entanto, as dificuldades encontradas são muitas, a começar pela arrecadação de livros. No pacote vem a necessidade de um espaço, de alguém para gerenciá-lo e de conservação do material (FAVELA É ISSO AÍ, 2013)

Para além das faltas e falhas que inscrevem a necessidade de bibliotecas comunitárias, estão aquelas que dificultam a sua concretização, quando aos esforços empreendidos por uma comunidade são barrados por obstáculos que compreendem desde a disponibilidade de um espaço físico adequado, até a carência de recursos humanos e livros, os quais poderiam apontar para um sentido de descaso em relação a tais iniciativas, que podem culminar na sua extinção, tomada aqui como corriqueira, como aponta o uso do pronome “mais”, que sinaliza o fechamento de outros espaços dedicados à leitura.

Campinas pode perder **mais** um dos centros culturais. A Biblioteca, que é aberta à comunidade, vai ter que deixar o galpão onde está instalada. O motivo é a venda do terreno locado pelo centro, para a construção de um empreendimento imobiliário (...) O local tem 55 mil livros e oferece vários cursos gratuitos. (MAESTRO CARLOS GOMES, 2011).

No seio de tais dificuldades, emergem os dizeres de práticas comunitárias pelas quais se buscaria contornar os efeitos dessa interdição ao livro e à leitura, a partir da retomada de sentidos que circulam em várias sequências discursivas que integram a primeira entrada discursiva apresentada. Tais ações, como já vimos, ganham novos significados ao terem a Internet como mediadora de encontros entre sujeitos e sentidos acerca da leitura.

No ciberespaço, circulam dizeres de práticas nas quais “custo” e “valor” não seriam determinantes, nem configurariam um obstáculo à realização da leitura, posto que teriam como característica a realização de esforços coletivos que não visariam ao “lucro”, mas sim à partilha em prol da tão almejada democratização da leitura, a qual é tomada como “imprescindível”, algo que “nunca” poderia deixar de ocorrer. Nesse sentido, multiplicam-se as iniciativas de Bookcrossing, clubes de leitura, que já foram apresentadas aqui, bem como aquelas que envolvem o “empréstimo livre” entre leitores, no âmbito do privado (que pode, por exemplo, ser facilitado por (ciber)espaços como a página do Skoob, que conta com uma ferramenta que aproximaria leitores e livros, não apenas no meio digital) e, também, aquele que se dá no espaço público, promovido no âmbito de ações sociais em prol da leitura, destinadas, a priori, a qualquer leitor que se interesse por essa prática, a qual não estaria calcada em regras, restrições ou interdição impostas a leituras e leitores.

E quando não se tem dinheiro, o jeito é pegar emprestado com os amigos, mas terminar a fila de leitura NUNCA pode ocorrer! (LIVROS COLETIVOS, 2013)

Deixar livros livres e disponíveis para quem quiser emprestar é uma atitude de incentivo à leitura que facilita bastante a rotina de pessoas que não têm acesso facilitado à bibliotecas públicas, moram longe delas, ou trabalham em um horário tão puxado que frequentar uma biblioteca seria um luxo. Então ficamos realmente felizes quando uma funcionária do shopping que fica logo ali ao lado veio perguntar se poderia emprestar algum livro e como funciona o empréstimo livre. (BIBLIOTECAS DO BRASIL, 2014b)

Entretanto, ainda que tais iniciativas de democratizar a leitura estejam mobilizando um número cada vez maior de interessados, elas não são dotadas de um caráter universal, havendo, ainda, um número muito grande de cidades, escolas e comunidades em que o acesso à leitura não foi popularizado. Nesse contexto, marcado por inúmeras faltas (de dinheiro, livros, acesso), sustenta-se um funcionamento discursivo já observado antes (FERRAREZI, 2007), pelo qual o sujeito, ao enunciar acerca da leitura, do acesso aos livros, inscreve-os no plano imaginário, numa esfera de sonho, que constrói sentidos de distanciamento entre os

leitores e os livros que eles tanto almejam. Livros, nesse discurso, assumem uma posição de objeto de consumo ao qual não se poderia ter acesso, o que leva à emergência de sentidos que discursivizam uma limitação, que é significada pela repetição de termos como “preço”, “valores”, “dinheiro”, “comprar”, os quais, inscrevendo efeitos de impossibilidade, significam, mais uma vez, uma esfera de sonho, na qual figura a esperança de que um dia, tais termos não sejam mobilizados para inscrever um sentido de falta.

@EntreLeitores_ **estou esperando ansiosamente conseguir dinheiro para comprar o livro...** dizem que é incrível (ENTRE LEITORES, 2014- 19 jan)

Para que os leitores tenham algo bom com que sonhar hoje a noite. **que tal se o preço dos livros novos nas livrarias fosse esse ou ao menos valores abaixo de R\$10,00?** Eu sei, é sonho, mas vale a pena dormir com a idéia. Boa noite a todos os leitores. (LIVROS COLETIVOS, 2013)

Aproximando-nos de nossa terceira entrada discursiva, observamos, por fim, como a Internet é tomada como alternativa para tal democratização da leitura, posto que permitiria um acesso gratuito ou mais barato aos livros e outras obras. Vejamos as sequências discursivas em que tal funcionamento se manifesta:

Leitores Pobres- **Grupo para aqueles que tem vontade de comprar todos os livros desejados, porém não tem dinheiro.** Por isso boa parte dos livros lidos são pela internet, por *e-books* e baixados. :) (LEITORES POBRES, 2013)

Meu gostaria de sbr oq ela relata no diário dla, **eu ã posso comprar o livro é mt caro** (O BECO DOS LIVROS, 2013).

Nessas horas que **você lamenta não ter um Kindle:** As Aventuras de Pi por R\$ 9,90 :((LEITOR COMPARTILHADO, 2013)

Nessa formação discursiva, reforçam-se os sentidos de universalidade que são amiúde atribuídos à Internet, opondo-se, por exemplo, a enunciados que discursivizam as desigualdades de acesso à Internet no país, das quais falamos no segundo capítulo deste trabalho. Em seu lugar, encontramos os dizeres em que a *Web* é significada como espaço aberto, que não segregaria, por exemplo, os “leitores pobres”, já que, pelo contrário, ela viria ao encontro dos desejos de tais leitores que, afetados pelas im-possibilidades de acesso aos livros impressos, poderiam, no digital, ler a obra desejada.

Tal leitura, do digital, ocorreria a partir do acesso a “e-books” e aos “baixados”, que se referem, aqui, às obras que, como já dissemos, podem ter sido construídas no/pelo digital, ou apenas serem uma versão digitalizada do texto impresso, de modo a fazer com que este, em sua nova forma, estivesse presente, disponível, a mais sujeitos-leitores; prática essa que não seria uma exceção, posto que sustentaria uma relação em que quanto mais livros impressos o leitor não pudesse ter, mais ele encontraria na *Web* “boa parte dos livros lidos”.

Delineiam-se, assim, duas regiões de sentido, nas quais, o acesso aos livros é discursivizado. Na primeira, temos que à leitura de obras impressas são conferidos os sentidos de um entrave, impossibilidade de concretizar um desejo de leitura (flagrado, nos últimos dois recortes analisados, no uso da conjunção “porém” e “mas”, que contrapõem o que se pode e o que se quer, em relação à leitura). Tal impossibilidade seria movida por uma ausência de meios para a aquisição de livros tradicionais, discursivizada através da repetição do advérbio “não”, de modo a frisar tal interdição aos livros, flagrada nos seguintes recortes: “não tem dinheiro” e “não posso comprar o livro”.

Já na sequência discursiva “não ter um kindle”, atribui-se a esse dispositivo, um *e-reader*, sentidos que o apontam como objeto de desejo que, por sua vez, traria a possibilidade compra de livros a preços mais baixos que os das edições impressas, o que sugere uma dificuldade de acesso às mesmas. Entretanto, o recorte apresentado, a seguir, inscreve sentidos que colocam em xeque um discurso eufórico acerca das possibilidades sem fim trazidas pelo digital, o qual também pode suscitar efeitos de dificuldades impostas à leitura, à medida que são questionados as vantagens que o livro digital teria sobre o livro impresso, bem como as desvantagens suscitadas, por exemplo, pelo alto custo do aparelho, atrelada a um dizer em que se valorizam mais os livros “físicos”, indiciando efeitos de resistência em relação à leitura do digital.

E depois que, okay que **e-books são mais baratos** (muitos nem tanto, mas okay), mas o preço que eu gastaria em um kindle (digamos que aproximadamente 300 reais, ou mais), eu consigo comprar 6 vezes na promoção do Submarino 5 por 50, o que me renderia 30 livros na minha estante *_*223332333 (POR UMA BOA LEITURA, 2013)

Em resposta a esses impedimentos, são enunciados dizeres que, a partir de outra região de sentidos, significam as várias possibilidades de leitura na *Web*, pelas quais o sujeito acha, baixa e lê obras, leitura que se concretiza no presente, pela repetição do gerúndio (“lendo”), não sendo, apenas, uma possibilidade futura, incerta.

Baixa o pdf. Mas achei de R\$12,00. (O BECO DOS LIVROS, 2013).

eu to lendo, tem como baixar na internet, no começo eu li pela net, depois peguei emprestado de uma amiga. É muito interessante! (O BECO DOS LIVROS, 2013).

lá tem esse livro, o *site* envia para seu email todo dia um pouquinho! To lendo por lá (O BECO DOS LIVROS, 2013).

Essas possibilidades descortinadas para os sujeitos-leitores instalariam, aqui, efeitos de questionamento de alguns dogmas que significa(va)m a conflitante relação entre ler online e ler no impresso. Por meio de tais questionamentos, delinea-se uma região de sentidos positivos em relação à leitura digital, na qual se desmistificaria os sentidos de que para ter acesso ao que é considerado uma “boa leitura”, “um bom livro”, não seria preciso nem pagar, nem sair da frente do computador, colocando, assim, em cheque, um não-dito, pelo qual, a leitura do impresso teria mais valor que a do digital.

Trechos de livros e obras completas para **ler online de graça!**. Para ler os grandes clássicos não precisa de gastar dinheiro (LER LIVROS ONLINE, 2013)

Quem disse que pra ler um bom livro precisa sair da frente do computador? Agora **é possível ler e estar conectado ao mesmo tempo!!** (LEITURA ONLINE, 2012)

Quem disse que para uma **boa leitura tem que sair da frente do computador** e que quem é viciado em pc não é culto? (LEITURA ONLINE, 2012)

Ao serem desmistificadas tais crenças que envolvem a leitura no digital, o sujeito poderia se render, surpreender, ao vencer a resistência em relação ao suporte, à medida que descobre novas possibilidades de experimentar a leitura que são por ele oferecidas. Dentre tais possibilidades, destacamos, especialmente, aquelas que dizem respeito à maior manipulação do texto (ainda que este esteja seja virtualizado em uma tela) ou de vários textos ao mesmo tempo, bem como o uso de recursos que, fora do digital, não seriam possíveis ou viáveis, como, por exemplo, a disponibilização de configurações apropriadas para a leitura noturna, que se realizaria por meio de uma tela iluminada que, cada vez mais, proporciona maior conforto visual, diferente, como já apontamos, das telas de computadores e celulares e até mesmo da leitura de livros impressos, em condição de ausência ou excesso e luz.

Acho que acabei menosprezando um pouco a tecnologia o aplicativo de leitura que eu uso tem várias coisinhas muito úteis na leitura que eu nem imaginava que tivesse. Tem marcador de várias cores, modo leitura noturno, regulador do tamanho da letra e dá até para acrescentar notas nas páginas. Ainda não usei nenhum desses facilitadores, mas achei o máximo. Óbvio que, por ler apenas em casa, vou demorar um pouco para terminar o *ebook*, mas estou lendo junto de outro livro, então isso não me atrasa muito e continuo mantendo minhas viagens rumo ao trabalho bem divertidas, atualmente com Katniss, the girl on fire (POR UMA BOA LEITURA, 2013)

Na terceira e última entrada discursiva, será conferido um maior destaque a essas particularidades da leitura na *Web* e aos efeitos de sentido instalados pelo/no espaço digital, que é construído a partir de tecnologias que, segundo Rouet (2007a, p.131), “sont elles-mêmes constitutives d’une mutation plus générale des rapports entre auteurs, éditeurs, textes et lecteurs³⁹”, cujos efeitos nos interessamos em investigar.

4.1.3 No dentro/fora da rede: o com-partilhar em ação

Em nossa terceira e última entrada discursiva, interessa-nos analisar o funcionamento discursivo que instala certas relações entre os sujeitos, construídas em (ciber)espaços destinados a “curtir”, “comentar”, “compartilhar”, “seguir”, “retweetar”, que incitam o sujeito-navegador a girar a velha roda do discurso, de um modo sempre outro. Fica materializada, aqui, a necessidade dialógica, pois se reclama a voz do outro, a quem se é levado a dirigir-se, em tempo real, com quem se compartilharia sentidos (d)e leituras, no entremeio do público e do privado.

O que você está lendo? (SKOOB, 2013)

Bem que o twitter poderia ter o “**Estou lendo/assistindo**” para marcar (ENTRE LEITORES, 2014- 4 jan)

O que **você anda lendo?** (SKOOB NEWS, 2013)

Que livro **vocês estão lendo?** Eu estou lendo A Culpa é das estrelas (LIVROS DE ROMANCE, 2013)

³⁹ São elas mesmas constitutivas de uma mutação mais geral das relações entre autores, editores, textos e leitores

Inferimos que, com o advento da Internet e da “arquitetura da participação”⁴⁰, abriu-se espaço para outras formas de significar a noção de tempo, novas relações que inserem o sujeito num gerúndio eterno, pelo qual se sustenta um efeito de conexão com a Rede e com outros sujeitos. Nessas sequências discursivas que trouxemos aqui, temos os ecos de uma urgência, flagrada no desejo do sujeito ter sempre à sua disposição, em espaços como, por exemplo, o Twitter, ferramentas que lhe permitissem instalar sua voz, a todo instante, em quaisquer espaços que ele venha a (des)ocupar na Rede.

Construir-se-ia, assim, o efeito de um discurso em movimento constante, que se presentifica, que se faz entre o aqui e o agora, dependendo disso, sua própria existência digital. Nessa direção, tentar-se-ia naturalizar uma relação, pela qual se estabeleceria que se o sujeito está na Rede, “então”, ele deve compartilhar; assim sendo, a mobilidade e a visibilidade poderiam ser vistas como condição *sine qua non* de existência no/do próprio ciberespaço,

Tem algum Skoober Online aí? Então curtam este post. Queremos saber
quantos estão conectados conosco (SKOOB NEWS, 2013)

Observamos que, nesse discurso contemporâneo que repercute com/nas redes sociais têm se destacado os sentidos de que “você é o que você compartilha” (GIARDELLI, 2012), de que “o que nós dividimos é ao menos tão importante quanto o que possuímos; o que temos em comum é tão importante quanto o que mantemos para nós mesmos⁴¹” (LEADBEATER, 2008, p.4, tradução nossa). Não concebemos a circulação de tais discursos de modo a atualizar o cogito cartesiano (*penso, logo existo*)- que traz consigo uma concepção de sujeito consciente, centrado e racional, que controla seus movimentos pelas teias do discurso (eletrônico)-, mas apontar os modos de o sujeito (se) significar e de dizer de/para o outro, a partir de uma determinada posição que ocupa no discurso, condicionada à forma como se deram os processos de interpelação e assujeitamento (PÊCHEUX, 1997) que são governados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente.

A partir desse determinado lugar, segundo Dias e Couto (2011, p.641), “o sujeito é interpelado a falar de si, de sua subjetividade, do seu pensamento, das suas ideias sobre o mundo e os acontecimentos”. Nesse paradigma, multiplicar-se-iam os espaços dedicados ao

⁴⁰ O'Reilly (2004, tradução nossa) utiliza o termo “arquitetura da participação” para descrever a natureza de sistemas projetados para a contribuição do usuário

⁴¹ Tradução livre de: “what we share is at least as important as what we own; what we hold in common is as important as what we keep for ourselves.” (LEADBEATER, 2008, p.4)

compartilhar, em que seria permitido ao sujeito dizer de si e de suas experiências de leitura, enredando sua voz a de tantos outros sujeitos, que assumem, ali, a posição de interlocutores, leitores privilegiados de suas produções textuais, com os quais seria possível uma identificação, que os aproximaria, ainda que os mesmos estejam distantes geograficamente. Tais efeitos são flagrados nesses recortes, nos quais se tecem sentidos de intimidade e aproximação, que ocorrem ao se com-partilhar sentidos de leituras:

Gente, preciso me abrir com vocês! Eu estou na reta final d'A Menina que Roubava Livros (acreditem se quiserem, eu ainda não acabei)! Esse livro me abre um buraco no peito a cada página que eu viro, cada palavra estrategicamente colocada é como um tiro de fuzil no meio dos meus olhos! (LEITURA AO CUBO, 2013)

Confiram minha resenha de EM CHAMAS! (LIVROS E ATITUDES, 2013)

Posso dizer que me senti do mesmo jeito que você se sente agora. Porém posso afirmar que será o melhor final que você poderá ler em qualquer outro livro. Eu li o final logo após o enterro do meu avô e, por isso estava bem abalada. Mas acho que eu chorei mais lendo o final, do que lá. (LEITURA AO CUBO, 2013)

Eu tbm fiquei assim!!! Fique tranquila, mas te digo logo, vai passar muito tempo sem conseguir ler outro, pois ele e daqueles que fica na mente, ate quando vamos ler outro livro... (LEITURA AO CUBO, 2013)

Deixem-me partilhar uma ideia que me veio à cabeça durante a leitura (CLUBE DE LEITURA, 2011)

Por que da escolha? **Esse livro é especial para mim**, tanto pela estória tocante, como por outros motivos também. E de antemão, eu confesso que é difícil falar sobre ele, mas eu senti uma necessidade de compartilhar minha opinião com vocês e tentar expressar o quanto esse livro é ótimo. (LER, REFLETIR, COMPARTILHAR..., 2013)

Esse espaço de partilha, ainda que público, ganha, nesse discurso, contornos de confessional, no qual seria permitindo ao sujeito se “abrir”, “partilhar” sua experiência íntima de leitura, no momento mesmo em que esta ocorre; mais que isso, não se trata de apenas mais uma possibilidade, mas de uma necessidade, discursivizada, por exemplo, nos enunciados “preciso me abrir com vocês” e “senti uma necessidade de compartilhar minha opinião com vocês”, que se integram a uma rede de vários outros discursos, com os quais se tem contato a partir de ferramentas de interação, por exemplo, as caixas de comentários, por

meio das quais é possível tecer diálogos (in)esperados com outros sujeitos que ocupam, ainda que momentaneamente, um mesmo espaço da Rede.

Isso tudo nos leva a retomar as palavras de Magalhães e Mariani (2010, p.405), que inserem o processo de subjetivação na ordem histórico-social, “recebendo da ordem social e cultural os rituais que administram modos de ser e de estar em dada formação social”, caracterizando-se pelas relações que os sujeitos mantêm com a forma-sujeito (ZANDWAIS, 2003, p.4), ou seja, a forma como o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui. Posto isto, consideramos que esse processo de subjetivação só acontece quando “está atravessado pela materialidade significativa do outro” (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 395), a quem o sujeito se dirige, através do jogo de formações imaginárias (ORLANDI, 2003b), da imagem que o sujeito tem do seu interlocutor e do objeto discursivo, daquilo que “curte, divulga, comenta, segue, lê, escreve, redireciona, divide, fala sobre e faz mais gente saber sobre algo, usando os recursos digitais” (GIARDELLI, 2012), ou seja, compartilha; tudo isso faz parte da constituição desse sujeito, nas condições de produção contemporâneas, em que essas formas de relação com o outro/Outro são mediadas pelas tecnologias digitais.

Acerca dos movimentos dos sujeitos pelas redes digitais, Dias e Couto (2011, p.638) apontam que o sujeito que, nas redes da Internet, “não ‘cutuca’, que não ‘curte’, que não ‘comenta’, que não ‘twitta’ os acontecimentos” não existiria nesse ciberespaço, o que vai ao encontro das proposições de Giardelli (2012) e Leadbeater (2008), que abordamos há pouco.

Ao revestir-se da forma-sujeito virtual, filiando-se aos sentidos que apregoam a liberdade, “atrelada à falta de mediação dos fenômenos e ao privilégio do imediato” (DESIDÉRIO, 2013, p.225), o sujeito acredita ser livre de amarras para produzir formulações e filiar-se a vários discursos e (ciber)espaços, o que pode levá-lo a fazer parte, por exemplo de comunidades temporárias, as quais, durante o tempo em que se mantivessem reunidas, permitiriam ao sujeito “brincar”, “ler literatura”, listar suas passagens literárias favoritas, indicar livros, ao mesmo tempo em que descobriria as práticas de leitura de outrem, bem como dar vazão à produção de sentidos de leituras, que, nesse espaço, seria guiada pelos movimentos de interlocução entre sujeitos, pela dinâmica do compartilhar.

Nas próximas sequências discursivas, em que circulam tais efeitos, podemos observar, através de inúmeras indagações e do uso de verbos no imperativo, o funcionamento do discurso em que o sujeito, ao reclamar a voz do outro, suscita efeitos de uma leitura de caráter social, que teria início mesmo antes de se percorrer a primeira página de um livro:

Vamos brincar? Indique um livro e diga o por que da indicação. Use #IndiqueUmLivroSK nas respostas. (SKOOB, 2013)

Bruxos e Bruxas é um livro super bacana. **Gostaria de saber a opinião de vocês** sobre ele e a resenha. (ENTRE LEITORES, 2014- 24 jan)

Escolhe, lê e compartilhe seu livro! => **Qual** o título da sua próxima leitura? (MOVIMENTO BIBLIOTECAS LIVRES, 2013)

Qual livro você indica para começar a semana com chave de ouro? (LIVROS S.A, 2012)

Qual o melhor lugar para se ler? **Deixem** suas dicas. Abraço! (LEITURA SILENCIOSA, 2010)

Vamos colecionar as melhores frases de nossos livros favoritos? (COLEÇÃO DE FRASES & TEXTOS INESQUECÍVEIS, 2013)

[**Complete** a frase] Estou terminando de ler _____ e vou iniciar a leitura do _____. (SKOOB NEWS, 2013)

Falar em práticas de leitura social leva-nos a observar os efeitos de troca, de partilha, que, em nosso corpus, sinalizam a possibilidade de se instalar um discurso polêmico, que suporta “diferentes opiniões”, interpretações acerca de uma obra lida. Nesse contexto que envolve o compartilhamento entre leitores, sem conformá-los em uma perspectiva que limita seus movimentos de interpretação, a leitura poderia ser discursivizada a partir de um campo semântico mais fecundo, no qual figuram os sentidos acerca de uma leitura que entusiasma, acolhe o sujeito e que seria tão prazerosa quanto um encontro entre amigos, afastando para longe os dizeres que já circularam em sequências discursivas anteriores, a respeito da leitura ser um hábito impositivo e controlado.

Os leitores estão muito animados com a leitura compartilhada e com o rumo em que a envolvente história está tomando. (BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CARANGUEJO TABAIARES, 2013)

Bem vindo ao *site* Clube da Leitura! Um espaço virtual de promoção de encontros para ler entre amigos. (CLUBE DA LEITURA, 2013)

Reúna dois amigos criem um clube e discutam um livro que mais os apaixonou e vão ver que as diferentes opiniões os vão espantar! Boas Leituras (CLUBE DA LEITURA, 2013)

Por fim, frisamos que esses encontros entre sujeitos, em espaços como as redes sociais e *blogs*, podem incitar não apenas o compartilhamento de leituras, mas também, como

sugerem algumas sequências discursivas já analisadas, o engajamento em ações coletivas de incentivo à leitura, corroborando-se, assim, o papel na circulação de dizeres e fazeres de luta e denúncia que se convencionou a atribuir à Internet.

Temos, então, a valorização das ações empreendidas no âmbito de uma comunidade, que pode envolver um grande número de pessoas organizadas em torno de um mesmo objetivo, de modo a tentar suprir algumas faltas e falhas das instâncias governamentais, no que diz respeito à promoção da leitura. A seguir, trouxemos alguns recortes em que tais sentidos se materializam, através de um discurso que busca criar um efeito de intimidade, aproximação com o leitor, através do uso de vocativos, verbos no imperativo, que o convocam a fazer parte de uma rede de mobilização em prol da leitura, na qual lhe é conferida importância, um papel destaque que ultrapassa as redes digitais, ganhando as ruas das cidades, no entremeio do social e do digital:

#VEMGENTE Hoje é o Dia Nacional do "Esqueça um livro". É só escolher aquele livro que você já leu e gostaria de compartilhar e deixar em qualquer canto da cidade! **Vamos participar!** (ESQUEÇA UM LIVRO, 25 jan 2014)

Ei, você, vamos ler e promover a leitura de literatura todos os dias? (INSTITUTO ECOFUTURO, 2003)

Sabe aqueles livros que estão na sua estante parados? Tem um monte de gente que precisa deles! **Venha distribuí-los**, junto conosco, no Teleférico do Complexo do Alemão, partindo da estação do Morro do Adeus, neste domingo, dia 23. **Se gostou da ideia, por favor, compartilhe o evento e curta também a página** do Movimento Bibliotecas Livres. (DESCOLANDO IDEIAS, 2012)

[Cidadania] **Doe um Livro** no Natal #DoeUmLivro

Nascida de maneira informal, apenas a título de conscientização, como uma mobilização, foi lançada no Twitter a idéia de incentivar os internautas a doarem livros neste Natal. A proposta teve uma receptividade tão avassaladora que evoluiu para um projeto consistente e objetivo, com vias a coordenar e organizar as adesões e coletas de livros em todo o país. (E-BOOKS GRÁTIS, 2010)

Vamos levar a leitura para todos! Juntamos o #EsqueçaUmLivro com o projeto #BiblioTaxi do Catraca Livre. (PROJETO ESQUEÇA UM LIVRO, 2014)

Destacamos, nos recortes anteriores, que esse efeito de convocação do sujeito, insere-o em uma posição na qual é tomada para si a função de disseminação de livros e da leitura, num contexto marcado pela inexistência, mau-funcionamento ou fechamento de instituições e/ou

iniciativas de promoção da leitura, de encontros entre leitores e obras, que escancara as falhas do Estado no campo da cultura.

Em uma postagem do *blog* da Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife (renomeado posteriormente como “Releitura”), publicada no dia 6 de agosto de 2011⁴², também são discursivizados tais efeitos de ineficiência estatal e, ao mesmo tempo, de mobilizações sociais que buscariam contorná-la ou, ao menos, denunciá-la, valendo-se, para tanto, do poder de alcance da Internet. Chamou-nos a atenção, na postagem supracitada, as sequências discursivas que trazem sentidos de resistência e luta em prol da leitura, os quais, ao serem atravessados pela memória, o político e o ideológico, apontam, no ciberespaço, para outras possibilidades de “entrar nessa grande rede de significantes, fazendo circular vozes outras que não as parafraseadas pelo discurso da ideologia dominante” (MITTIMANN, 2011, p.120).

Trata-se de uma comunidade de leitores que se valeu da Internet e da visibilidade por ela proporcionada para fazer ecoar dizeres de protesto contra as ameaças sofridas por tal espaço de leitura que, formado no seio de uma comunidade física, desdobra-se nas teias da *Web*, galgando as noções de tempo e espaço e sustentando uma forma de falar sobre a leitura e a sua (não) valorização.

Posto isto, apontamos que a indagação presente no título da postagem analisada - “*Mais uma igreja?*” - evoca sentidos de indignação, estabelecendo uma relação de sinonímia pela qual mais igrejas significariam menos bibliotecas, em outras palavras, tais espaços dedicados à leitura estão sendo substituídos por templos. Assim, observamos como a marca linguística “mais” remete aos sentidos de excesso, que, na pluralidade dos jogos de linguagem, inscrevem uma falta, qual seja, de “mais essa bela biblioteca comunitária”, indiciando que tal ausência é rotineira e reveladora do descaso conferido amiúde à leitura e às bibliotecas. A exterioridade constitutiva desses dizeres é marcada por relações desiguais de (des)poder e acesso à leitura, fazendo retornar, pela memória discursiva, os sentidos de exclusão e interdição que historicamente lhe foram atribuídos, negando-se, assim, o acesso a um saber valorizado pela formação discursiva em que se inscrevem os dizeres do *blog*, qual seja, aquele referente aos “livros”, à “cultura”, “literatura universal” e à “leitura literária”, ferindo, nessa trama de impossíveis, os princípios da almejada sociedade democrática (“querem acabar com os sonhos de um espaço democrático”). Temos, assim, em relação à biblioteca e às atividades

⁴² Disponível em: < <http://releiturape.wordpress.com/2011/08/06/mais-uma-igreja> >.

nela desempenhadas, a circulação dos sentidos socialmente valorizados de democracia, justiça, união, liberdade e acessibilidade, que conferem a esse espaço relevância, tomando-o como um símbolo de esperança de crescimento e um futuro melhor para toda uma comunidade, como podemos observar nos seguintes recortes:

Um local onde crianças, jovens e toda a comunidade podem ter acesso aos livros e à leitura literária, ampliando os horizontes dos frequentadores de um espaço tão importante para o futuro da comunidade que trouxe uma perspectiva diferente, mais criativa e justa de futuro, um recanto de belas histórias, de realização de sonhos, de inventividade libertária, fortalecendo almas através do acesso a cultura e a literatura universal

[...] belas histórias escritas com os moradores para uma comunidade melhor para todos, principalmente para as crianças e os jovens.

Posto isto, inferimos que o discurso sobre essas práticas e espaços de leitura manifesta-se, no corpus analisado, através de uma relação maniqueísta, pela qual esses sentidos de valorização da leitura e das bibliotecas- que mais parecem um ícone do paraíso, onde sonhos poderiam se realizar, evocando sentidos para a leitura bem diferentes daqueles que circulam geralmente nas escolas e outros espaços em que prevalecem os discursos autoritários (ORLANDI, 2003a)- contrapõem-se a um campo semântico em que circulam sentidos pejorativos que evocam a ambição, coerção e exploração que sustentariam a aniquilação dessas fecundas práticas de leitura, desse “recanto de belas histórias”, que foi construído a despeito das várias dificuldades enfrentadas ao longo do tempo e flagradas na repetição do termo “anos de luta”. Vejamos alguns recortes em que tais sentidos aparecem:

Algumas pessoas não suportam ver pessoas realizando sonhos, construindo futuro melhor, felizes e vitoriosos, **a ganância quer sempre gritar mais algo**, ocupar todos os espaços, e esmagar jardins floridos, mostrando as suas garras.

Interesses egoístas querem transformar mais essa bela Biblioteca Comunitária em uma igreja evangélica, um dos diretores do espaço está pressionado e coagindo o coordenador da biblioteca a sair do local para que ele possa tirar proveito.

Observamos que é na rejeição a esses sentidos que se constituem os de convocação à ação, de denúncia dessa situação desfavorável à leitura, conclamando os sujeitos-leitores do *blog* a um novo movimento de luta, agora em prol da permanência e não mais da criação do espaço de leitura, o que pode ser observado na repetição de verbos no imperativo: “escrevam

em seus blogs”, “avisem seus amigos”, “mandem email para os jornais”, “mobilizem suas redes sociais”, “sejamos firmes e fortes”, “entrem lá e se juntem nessa corrente”, que reforçam os sentidos de elo e enredamento de sentidos e sujeitos na Internet, do poder atribuído aos *blogs* e outros meios de comunicação. Assim sendo, os *blogs* são discursivizados, aqui, como privilegiados espaços de denúncia e militância, dotados da ilusória capacidade de alcançar e convocar a “todos” para ajudarem e fazerem parte dessa comunidade, dessa rede de bibliotecas, leituras e sujeitos, tão importante e, ao mesmo tempo, tão menosprezada, frágil, ameaçada.

Como um espaço marcado pela heterogeneidade- que se configura como um novelo de vozes imbricadas, que faz ecoar sentidos alinhados ou não à formação discursiva que sustenta a produção de cada discurso, cada postagem-, o *blog* é caracterizado pela possibilidade dos sujeitos-leitores adentrarem esse espaço de constituição de sentidos, assumindo a posição de coautores de um discurso outro que jamais se estabiliza. Isso indicia a existência de outras formas de produção e circulação de sentidos, como aponta Orlandi (2010a, p.8):

O modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico nos faz pensar que, pela sua especificidade, produz conseqüências sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz. E estas conseqüências estão diretamente ligadas à natureza da memória a que estes sentidos se filiam. E, certamente, à materialidade significativa de seus meios.

Sendo assim, na materialidade da rede, vemos serem disponibilizadas uma série de dispositivos tecnológicos que garantem ao sujeito a possibilidade de ele assumir, nesse (ciber)espaço discursivo, um outro lugar, o de escreitor (OLIVEIRA, 2006). Dentre tais ferramentas, citamos a que permite o acréscimo de comentários nos *blogs* que, no caso da postagem analisada, foram três, sendo um deles do próprio sujeito que ocupa a posição de *blogger*. Neles, observamos sentidos de conformidade, que vão ao encontro daqueles enunciados pelo sujeito-autor do *blog*, engrossando o coro dos que se indignam ou mesmo se entristecem (“muito triste saber [...]”) com o descaso pela leitura e a manutenção dos espaços em que ela se realiza, esperando por justiça.

Cria-se, assim, uma rede de sujeitos e discursos imbricados que vai além daquela formada pelas bibliotecas comunitárias do Recife, já que outros indivíduos, que ocupam diferentes espaços físicos, podem, enquanto sujeitos constituídos ideologicamente, se encontrar e enunciar nesse (ciber)espaço do *blog*, assumindo, para tanto, diferentes posições-

sujeito; temos, assim, com as mudanças na percepção de tempo e espaço (PARENTE, 1999; DIAS, 2004; VIRILIO, 1999), a ilusão de uma comunidade internacional que se configura, segundo Orlandi (2011b, p.6), “na utilização do poder da mídia e da comunicação, filiando-se a redes planetárias graças à utilização da internet e impõem a visão nova de um mundo interdependente”, supostamente sem fronteiras e do qual todos poderiam participar.

Assim, em um contexto sócio-histórico que confere destaque ao coletivo, flagramos novas formas de criação de comunidade de leitores, de produção e circulação de sentidos sobre a leitura e de mobilização e apoio social contra o que é considerado, aqui, um crime (“furtar o direito a informação e os sonhos das crianças desta comunidade”), que deve ser combatido, como indicia mais uma vez a repetição do significante “luta” (“boa sorte nessa luta para manter esse espaço”). Tais dizeres significam um desejo de práticas de leitura mais polissêmicas, que impliquem movimento, “a troca de conhecimento”, livre das amarras tantas vezes impostas nos/pelos “universos discursivos logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 2011a, 292), almejando-se, assim, uma leitura que “liberta”, em um espaço aberto aos sujeitos-leitores.

Por fim, consideramos que, nos recortes analisados, a leitura é discursivizada através de sentidos múltiplos, contraditórios de importância/descaso, acesso/interdição, presença/falta que evocam a pluralidade que constitui todo ato de linguagem, a instabilidade do discurso que ganha, nas redes da Internet, outras possibilidades de significação, novas cores e vozes, na bricolagem de sentidos justapostos, que atravessam a tela, marcados pela incompletude que os constitui.

5 BORDANDO ALGUNS FIOS NA/DA REDE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

FIGURA 5

*“Na linguagem as questões não se fecham.
Elas retornam”.*

Michel Pêcheux

Após termos dedicado alguns anos ao estudo da leitura, nos campos da Análise do Discurso, da Educação e da Ciência da Informação, julgamos relevante problematizá-la no espaço móvel da Internet, que vem gradativamente se aproximando dos brasileiros, instigando-nos a percorrer suas redes para melhor compreender como ali funcionam os processos de produção e circulação de sentidos. Consideramos que, em meio a muitos estudos sobre a rede realizados hoje, essa pesquisa se mostra relevante na medida em que desenvolve uma reflexão sobre as práticas comunitárias de leitura, à luz de uma teoria que nos permite ver além da materialidade da linguagem binária, lançando um olhar crítico acerca das implicações de cunho sócio-histórico e ideológico que constituem as relações entre os sujeitos e a língua. Contribuíram, também, uma série de estudos nacionais e internacionais das áreas de Comunicação, Sociologia, Filosofia etc, que ampliaram nosso olhar acerca das questões relacionadas às redes e à leitura no digital.

O nosso objetivo principal foi analisar os movimentos dos sujeitos-navegadores, de modo a investigarmos as práticas leitoras no contexto da Web 2.0 que, com seus recursos hipertextuais, inaugurou uma série de oportunidades de o sujeito estar em rede, compartilhando e participando da (re)construção de sentidos de/sobre leitura, em redes sociais, blogs e *sites*. Chamaram a nossa atenção, as práticas de leitura que se desdobram entre as vias do ciberespaço e da cidade, as comunidades que se formam nesse entremeio, cujas fronteiras não são rígidas.

Inicialmente, nós abordamos as redes digitais, buscando compreender melhor a sua topologia, as condições que envolveram sua emergência e desenvolvimento, bem como aquelas que sustentam a (não)inscrição dos sujeitos em seu (ciber)espaço etc. Concebemos a Internet como um espaço de repetições, mas também de rupturas de dizeres e práticas naturalizadas, podendo emergir aí uma nova ordem do discurso, na qual altera-se a divisão do trabalho de leitura, flagrado por Pêcheux, antes da emergência da Web 2.0. Em seguida, nós apresentamos alguns conceitos importantes da Análise do Discurso de linha francesa, que foram mobilizados ao longo de todo o trabalho, sustentando nossos movimentos de análise do corpus.

No quarto capítulo, dedicamo-nos à leitura, mais especificamente, à leitura no digital, revestida de um caráter comunitário, que permitiu a emergência de uma cultura da participação e do compartilhamento, que sustentou a criação de novas formas de comunidades leitoras que, por sua vez, instalaram um novo funcionamento discursivo da leitura, por entre o público e o privado, o dentro e o fora do ciberespaço.

Investigando acerca das condições sócio-econômicas de produção que regulam a leitura no digital, deparamo-nos com os sentidos de uma falta, cujo efeito foi, em um trabalho sobre a leitura no digital, a quase inexpressividade dos *e-books*. Essa falta nos remete à infoexclusão que ainda tem força num país em que, apesar do acesso à rede estar em ascensão, grande parte da população ignora esse outro formato de livro, o digital. Além de um apego, uma valorização à fisicalidade do livro, flagrado em tentativas de mimetismo, de transposição do impresso no virtual, temos que lembrar que o termo *e-book* pode se referir tanto a um arquivo digital acessado na tela do computador, do celular, quanto aquele que necessita de um aparelho especial para a leitura, o *e-reader*. Ler neste último significaria mais conforto e mais funções interativas, de leitura social, entretanto, por ser um aparelho inacessível a grande parte da população, a leitura de *e-books*, especialmente os gratuitos, acessados por meio de um download feito através de um computador ou um celular, acaba sendo a modalidade de *e-book* mais popular, discursivizada como uma oportunidade de se ter contato com obras literárias, muitas vezes igualmente inacessíveis em um contexto marcado pelo alto custo de obras impressas e a falta ou mau-funcionamento de bibliotecas públicas e escolares.

Nesse contexto, os livros impressos são amiúde discursivizados, de modo a serem construídos uma série de efeitos: de liberdade, de falta, de desejo, de popularização, fetichismo etc. Muitas das práticas leitoras analisadas em nosso corpus referem-se ao livro impresso, efeito este que não esperávamos encontrar com tamanha veemência. Foram flagradas, também, mudanças na forma de conceber o livro, o que sugere uma (desejada) ruptura com sua conformação em espaços rígidos, controlados, em prol de sua “libertação”, pela qual ele poderia mais facilmente estar próximo dos seus leitores, ou seja, ser democratizado.

A Internet figurou, em nosso corpus, como suporte que permite e sustenta novas possibilidades de relação entre os sujeitos e os livros, de comunidades, que congregam leitores instados a participar comentando, curtindo, opinando, compartilhando suas leituras, o que poderia enriquecer essa experiência de contato com as obras. A Rede é também palco privilegiado para instalar dizeres de denúncia e mobilização em relação à leitura.

Visitamos uma série de espaços digitais em que tais efeitos se materializam, nos quais ações envolvendo um grande número de pessoas, em espaços públicos das cidades, tiveram seu início em uma rede social, como por exemplo, o movimento Bookcrossing, que gerou muitas iniciativas similares no país. Do mesmo modo, uma determinada comunidade de

leitores, como aquela formada pelos frequentadores de uma biblioteca comunitária, pode coexistir nessas duas esferas, produzindo sentidos acerca de sua leitura, construindo laços com outros sujeitos-leitores etc. Analisamos, também, comunidades que se formam exclusivamente na Internet, como aquelas formadas no site da rede social para leitores Skoob, ou os blogs que organizam clubes do livro à distância.

Nesses e outros espaços que visitamos, flagramos não apenas as novas práticas de leitura, sustentadas agora por outras condições de produção, mas também uma rede de já-ditos que retornam para enunciar faltas e restrições que rondam o mundo dos livros e da leitura desde o seu início. Apartados desse espaço fechado ao sujeito-leitor, flagramos espaços da rede nos quais lhe é permitido tomar a palavra. Além disto, o sujeito poderia, nesse (ciber)espaço, abrir-se ao outro, mostrar-se presente e ativo nesse ambiente de confusa mistura entre privacidade e coletividade, o que é quase tomado como uma obrigação, que o sujeito assumiria, a partir de diferentes posições. Destacamos, aqui, a posição de escreitor, pela qual o sujeito insere sua voz nessa teia heterogênea, à qual também nos en(ve)redamos, sem pretensões de apresentarmos respostas definitivas, mas questionamentos, suscitar no leitor a dúvida acerca da aparente neutralidade e universalidade que revestem a Internet, apresentando, assim, as contribuições que a teoria do discurso pode trazer a essas questões que, como Pêcheux sustenta, em nossa epígrafe, nunca se fecham, mas retornam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGURA 6

“Ler é reescrever o que estamos lendo”

Paulo Freire

AKOUN, André. Sobre o tempo. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 229-232.

ALMEIDA, Ana Luísa de Castro; SOARES, Ana Thereza Nogueira; OLVEIRA, Ivone de Lourdes. Comunicação no contexto organizacional: aspectos teórico-conceituais. In: JESUS, Eduardo de; SALOMÃO, Mozahir. (Org.). **Interações plurais: a comunicação e o contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

ANTOUN, Henrique. De uma teia à outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: _____. (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p.11-28.

AQUINO, Maria Clara. O seu buscador lhe satisfaz? A folksonomia como alternativa de representação e recuperação de informação na Web 2.0. In: ANTOUN, Henrique. (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p.149-166.

ARCHIBALD, Samuel. **Le texte et la technique: la lecture à l'heure des médias numériques**. Montréal: Le Quartanier, 2009. (Collection Erres Essais).

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lucia Pereira. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV Revue de linguistique**, n. 26, 1982.

BALPE, Jean Pierre. **Hyperdocuments, Hypertextes, Hypermédias**. Paris: Eyrolles, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BÉLISLE, Claire. Le livre électronique: vers une lecture instrumentée. In: ROUET, Jean-François; GERMAN, Bruno; MAZEL, Isabelle (Orgs). **Lecture et technologies numériques: enjeux et défis des technologies numériques pour l'enseignement et les pratiques de lecture**. Paris: CNPD, 2007. p.49-66.

_____. Du papier à l'écran: lire se transforme. In: _____. (Org.). **Lire dans un monde numérique**. Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2011a. p. 112-162.

_____. Introduction. In: _____. (Org.). **Lire dans un monde numérique**. Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2011b. p. 9- 48.

_____. Les nouveaux environnements de lecture. In: _____. (Org.). **Lire dans un monde numérique**. Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2011c. p. 180- 204.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.31, p.2-3, jan. 1980. Disponível em: <<http://www.letunifor.xpg.com.br/arquivos/capsoc2.pdf>>

_____. Effet de champ et effet de corps. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 59, p.73, set.1985. Disponível em: <http://www.persee.fr/Web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1985_num_59_1_2272>.

BRASIL. Leis que garantem punição para crimes na internet são sancionadas. **Portal Brasil**, 4 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/12/04/leis-que-garantem-punicao-para-crimes-na-internet-sao-sancionadas>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 167-182.

BUCKLAND, Michael. K. Information as thing. **Journal of American Society for Information Science**. n. 42, v.5, p. 351-360, 1991.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; COUTINHO, Guttemberg. Web 2.0: caminhos e desafios no desenvolvimento da Internet. In: FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efendy (Orgs.). **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: Sulina, 2009. p.81-103.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. **Datagramazero**, v.6, n.6, dez. 2005. Não paginado. Disponível em: <www.dgz.org.br/dez05/F_I_art.htm>.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce- Revista Venezolana de Información, tecnología y conocimiento**, ano 4, n.1, p.11-29, jan./abr. 2007.

CASALEGNO, Federico. Uma abordagem ecológica da memória em rede. In: _____. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.19-34.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003a.

_____. A sociedade em rede. In: MORAES, Denis. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

CAZARIN, Ercília Ana. A leitura: uma prática discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 299-313, mai./ago. 2006.

_____. Enunciados em rede na tessitura do discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discursos em Rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária- UFPE, 2011. p.141-155.

CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999a.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary del Priori. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1999b.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002a.

_____. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

_____. A escrita na tela: ordem do discurso, ordem dos livros e maneiras de ler. Tradução de Fabiane Verardi Burlamaque. In: RETTENMAIER, Miguel; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Questões de leitura na Internet**. Passo Fundo: UPF Editora, 2007a. p. 200-222.

_____. L'écrit et l'écran, une révolution en marche. **Le monde**, 12 out. 2007b. Disponível em: <<http://manuscritdepot.com/internet-litteraire/document-pdf.01/ecrit-ecran-monde.2.pdf>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. TIC Domicílios 2012. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil**. São Paulo, 20 jun.2013. Disponível em:<<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/apresentacao-tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em 2 dez. 2013.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p.29-48

COURTINE, Jean-Jacques. **Courtine sobre Pêcheux**. Paris, 2005. Entrevista concedida a Nilton Milanez. 1 Vídeo (5 min: 45s). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=juzRrJMuhs0>>.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DERY, Mark. Desconstruir a memória comunitária na era das mídias interativas. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.167-182.

DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins. **O Discurso sobre a homossexualidade em Insensato Coração**: ressonância nos comentários - fragmentos discursivos - dos internautas em websites. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DI FELICE, Massimo. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: _____. (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p.17-61.

_____. As redes digitais vistas a partir de uma perspectiva reticular. Entrevista concedida a Moisés Sbardelotto. **IHU On-line**, São Leopoldo, n.380, ano XI, p.24-30, 14 nov. 2011. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao380.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DI FELICE, Massimo; TORRES, Juliana Cutolo; YANAZE, Leandro key Higuchi. **Redes digitais e sustentabilidade**: as interações com o meio ambiente na era da informação. São Paulo: Annablume, 2012.

DIAS, Cristiane. Pereira. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo HIV. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos. In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de. **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005. p.41-56.

_____. **Da corpografia**: ensaios sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM, 2008.

_____. Imagens e metáforas do mundo. **Revista Rua**, Campinas, n.15, v.2, p. 16- 28, nov.2009. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=80&pagina=1> >. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. O discurso sobre a língua na materialidade digital. **Interfaces**, Guarapuava, v.2, n.1, p.38-45, jul. 2011.

DIAS, Cristiane, COUTO, Olívia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 631-648, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n3/a09v11n3.pdf>>.

DIGINFO. Paranga Adding Tactile Feedback to E-Reader Devices. **Youtube**. 27 mar. 2011. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=eMjBWg-rtIs>>. Acesso em: 8 out. 2012.

DIMANTAS, Hernani. **Linkania**: uma teoria de redes. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

DOUEIHI, Milad. Le livre à l'heure du numérique: objet fétiche, objet de résistance. **Les Cahiers de la librairie**, n. 7, 2009. Disponível em: < <http://www.notules.org/wp-content/texts/Doueih-LivreNumerique.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2013.

DRUETTA, Delia Covi. Internet, a aposta na diversidade. In: FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efendy (Orgs.). **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: Sulina, 2009. p.41-58.

E-READER reproduz sensação de “folhear página”. **Tugatech**. [2011?]. <<http://tugatech.com.pt/t3920-e-reader-reproduz-sensacao-de-folhear-paginas#13166>>.

ECO, Umberto. Muito além da Internet. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2003. Caderno Mais, p.4-10. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=16>. Acesso em: 6 jun. 2012.

ELLIS, Jenny; COOK Kyle. Building a Community of Readers: Social Reading and an aggregated ebook Reading App for libraries. **In the library with the leadpipe**, mar., 2013. Disponível em: <<http://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2013/building-a-community-of-readers-social-reading-and-an-aggregated-ebook-reading-app-for-libraries/>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

FABIARZ, Alexandre; NOJIMA, Vera Lúcia Moreira dos Santos. Um breve olhar sobre a ruptura eletrônica do livro. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18445948069902495385113744168014848875.pdf>>.

FEATHERSTONE, Mike. Moderno e pós-moderno: definições e interpretações sociológicas. Tradução de Vítor Peña Ferreira. **Sociologia: problemas e práticas**, n.8, 1990, p. 93-105. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/32/354.pdf>>. Acesso em 10 out.2011.

FELINTO, Erick. A era da memória total e do esquecimento contínuo. Entrevista concedida a Márcia Junges. **IHU On-line**, ano XI, n. 368, 4 jul. 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3981&secao=368>.

FENNICHE, Raja. Hyperlecture et culture du lien. In: BÉLISLE, Claire (Org.). **Lire dans un monde numérique**. Villeurbanne: Presses de l’Enssib, 2011. p. 164-178.

FERRAREZI, Ludmila. **O imaginário sobre a biblioteca escolar**: sentidos em discurso. 2007. 106 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência da Informação e da Documentação)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

_____. **A biblioteca escolar nas teias do discurso eletrônico**. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, Santa Maria, n.27, p.39-46, jul./dez. 2003. Disponível em: <w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FRAGOSO, Suely. Espaço, ciberespaço, hiperespaço. **Razón y palabra**, n.22, p.1-9, maio/jun. 2001. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n22/22_sfragoso.html>.

_____. Quem procura, acha? O impacto dos buscadores sobre o modelo distributivo da World Wide Web. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 183-208.

FREIRE, Raquel. Widbook: plataforma gratuita permite publicar e-books por capítulo. **Techtudo**, 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/02/widbook-plataforma-gratuita-permite-publicar-e-books-por-capitulo.html>>.

FROSSARD, Vera Cecília. Tipos e Bits: a trajetória do livro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FCRB- UFF/PPGCOM- UFF/LIHED, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/veraafrossard.pdf>>.

FURTADO, José Afonso. Livro e leitura no novo ambiente digital. **Enciclopédia e Hipertexto**. Lisboa: FCUL, 2002. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/afurtado/#nota1>>.

GADET, Françoise. Matérialités discursives: la frontière absente. **Langage et société**, n.13, p.85-91, 1980.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Leitura na internet: o (entre)cruzamento de dizeres e de subjetividades. **Gragoatá**, Niterói, n. 27, p. 189-204, 2. sem. 2009.

GALLO, Solange. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p.255-269.

GARÓFALO, Camila. Widbook: aplicativo permite acesso gratuito a mais de 2 mil livros pelo celular. **Catraca Livre**, 16 dez. 2013. Disponível em: <<http://catracalivre.com.br/2013/12/16/widbook-aplicativo-permite-acesso-gratuito-a-mais-de-1-400-livros-pelo-celular/>>.

GIARDELLI, Gil. **Você é o que você compartilha**- E-agora: como aproveitar as oportunidades de vida e trabalho na sociedade em rede. São Paulo: Editora Gente, 2012.

GOMES, Helton Simões. Rede de e-books do Brasil permite escrita colaborativa e pitaco do leitor. **G1**, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/tem-um-aplicativo/noticia/2013/08/rede-de-e-books-do-brasil-permite-escrita-colaborativa-e-pitaco-de-leitor.html>>.

GÓMEZ-DÍAZ, Raquel et al. Análisis terminológico a través de la producción científica relativa a los libros electrónicos. **Revista Española de Documentación Científica**, v.36, n.1, p.1-10, jan-mar. 2013. Disponível em: <redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/784/878>.

GONÇALVES, Eva Maria Calvino. **Do Códex ao E-book: o papel do design de comunicação na remediação da experiência de leitura do livro digital**. 2011. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação e Novos Media)- Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Discurso político: ecos de madeira, sopros de vento. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1 p. 61-79, jun.2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discursos em Rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2011. p. 47-78.

GUILLAUD, Hubert. **Si les livres pouvaient parler**. 23 abril 2007. Disponível em: <<http://www.internetactu.net/2007/04/23/futur-20-si-les-livres-pouvaient-parler/comment-page-1/#comment-1057674>>.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Linguasagem**, n.3, out./nov. 2008. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/>>.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da Leitura**. Tradução de Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **3ª Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro; IBOPE, 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOUËT, Josiane. Une communauté télématique: les axiens. **Réseaux**, v. 7, n. 38, p.49-66, 1989.

JOUVE, Vincent. Entrevista concedida a Leonardo Almeida, Rosana Bines, Brigitte Hervot e Benedito Antunes. Tradução de Brigitte Hervot. **Leitura em revista**, Rio de Janeiro, n.1, out. 2010. Disponível em: <http://www.leituraemrevista.com.br/1/PDF/12_Entretien_avec_VJouve_Trad.pdf>.

KERCKHOVE, Derrick. O nascimento de uma nova física comunitária e as memórias conectivas. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 247-262.

_____. Da democracia à ciberdemocracia. In: DI FELICE, Massimo. (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p.125-143.

KIST, Éverton Bohn; MORAES, Ana Luiza Coiro. Flash Mobs, movimentos que transcendem o ciberespaço: uma ferramenta alternativa de comunicação. **Revista Iniciacom**, v.2, n.1, p.1-16, 2010. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/661/613>>.

KOMESU, Fabiana. Pensar em hipertexto. In: ARAÚJO, Júlio César; RODRIGUES, Bernardete Biasi. (Orgs.). **Interação na internet: novas formas de usar a linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.p.87-108.

LAFONTAINE, Céline. **O império cibernético: das máquinas de pensar ao pensamento máquina**. Tradução de Pedro Filipe Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A prática do confronto com a materialidade discursiva: um desafio. In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de. **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005.

LAVIGNE, Michel; PIGNIER, Nicole. Les usages de l'Internet: quelles conséquences sur la mémoire humaine? **Revue MEI**, Paris, n.32, p.15-30, 2010.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEADBEATER, Charles. You are what you share. In: _____. **We- Think: The Power Of Mass Creativity**. London: Profile Books, 2008. Disponível em: <<http://www.charlesleadbeater.net/cms/xstandard/ChapterOne.pdf>>.

LEÃO, Lúcia (Org.). **Interlab: labirintos do pensamento contemporâneo**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

_____. **O labirinto da hipermídia: arquitetura e navegação no ciberespaço**. 3.ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

LE MOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Apropriação, desvio e despesa na cibercultura. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 171-189.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. A mutação das mídias. In: _____. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010a. p.70-83.

_____. As comunidades e redes sociais *on-line*. In: _____. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010b. p.101-113.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Trad Luiz Paulo Rouanet. Edições Loyola: São Paulo, 1998.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. A memória como processo no tempo presente. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.263-286.

_____. O ciberespaço como um passo meta-evolutivo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.157-170.

_____. A mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, Andre; LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. p.9-20

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUCCIO, Flávia Di; COSTA, Ana Maria Nicolaci da. Blogs: de diários pessoais a comunidades virtuais de escritores/leitores. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.30, n.1, p.132-145, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a10.pdf>>.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano: considerações sobre o tempo**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Correa Barbosa. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MACHADO, Arlindo. Hipermídia: o labirinto como metáfora. In: DOMINGUES, Diana (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: UNESP, 1997.

MAFFESOLI, Michel. As memórias das tribos e o reencantamento do mundo. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.146-166.

_____. As redes sociais da cibercultura pós-moderna. In: DI FELICE, Massimo; TORRES, Juliana Cutolo; YANAZE, Leandro key Higuchi. **Redes digitais e sustentabilidade: as interações com o meio ambiente na era da informação**. São Paulo: Annablume, 2012. p.9-18.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v10n2/v10n2a08.pdf>>.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p.39-62.

MALINI, Fábio. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 83-100

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. Informática e Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p.111-115.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 3, p. 21-46, 1999.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**. Campinas: Unicamp; Revan, 1998.

_____. Discursos anestesiados. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p.249-267.

MARTELETO, Regina; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>.

MARTINS, Francisco Menezes. **Impressões digitais: cibercultura, comunicação e pensamento contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MATUCK, Artur; ANTONIO, Jorge Luiz. (Orgs.). **Artemídia e cultura digital**. São Paulo: Musa Editora, 2008.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

MENDES, Helder Jorge Marques. **Texto e leitura na Web 2.0**: o Facebook e os novos leitores. 2012. Dissertação (Mestrado em Edição de Texto)- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: < <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8666/1/HelderMendesTextoeLeituraWeb.pdf> > .

MICONI, Andrea. Ponto de virada: a teoria da sociedade em rede. In: DI FELICE, Massimo. (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p.145-173.

MIRANDA, José A. Bragança de. O fim da distância: a emergência da cultura telemática. In: DI FELICE, Massimo. (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p.87-123.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 3., 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009. Disponível em: < <http://www.ufpe.br/nehete/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf> > .

_____. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Desenredo**, v.6, p.85-101, jan. 2010. Disponível em: < <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/1380/857> > .

MOREIRA, Vivian Lemes. **Discurso, sujeito e sentido**: percursos entre (os) nós da rede eletrônica. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2010. p.185- 206.

O'REILLY, Tim. The architecture of participation. **O'Reilly about**, jun.2004. Disponível em: <http://oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/articles/architecture_of_participation.html>.

OLIVEIRA, Maria Regina Momesso de. Práticas de discurso e de leitura em *blogs* jornalísticos. **Coleção Mestrado em Linguística**, v.1, 2006. Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/viewFile/387/314>>.

ORIHUELA, José Luis. Internet: nuevos paradigmas de la comunicación. **Chasqui- Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.77, mar. 2002. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/documentosaraos/TextoOrihuela.doc>>.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Notas ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a.

_____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003b.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, jun. 2005a.

_____. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura**: perspectivas interdisciplinares. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005b. p.58-77.

_____. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. Entrevista concedida à Raquel Goulart Barreto. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006.

_____. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n.101, 2008. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/arquivos/SciELO/art1.pdf>>. Acesso em 10 ago.2012.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA**, Campinas, v. 2, n. 16, p. 5-17, 2010a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua?acessar=16-2>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. Formas de individuação do sujeito: feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: RG Editora, 2010b. p. 11-42

_____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: _____. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, Cristiane (Org.). **E-urbano**: sentidos do espaço urbano/digital. Campinas: [s.n], 2011b. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano1.pdf>>. Acesso em: 2 ago.2011.

_____. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: _____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2 ed. Campinas: Pontes, 2012a. p.187-197.

_____. Quando a falha fala: materialidade, sujeito, sentido. In: _____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012b. p.69-82.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria**: o silenciamento do dizer. 2002. Tese (Doutorado em Ciências)- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PARENTE, André. O hipertextual. **Famecos**, Porto Alegre, n.10, jun. 1999.

PASE, André Fagundes. Do papel ao iPad, livros e revistas publicadas como aplicativos em bibliotecas 2.0. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010. Caxias do Sul. **Anais....** Caxias do Sul: INTERCOM, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3122-1.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

PATRICK, Bethanne. What is social reading? **Book Riot**, 18 out. 2011. Disponível em: <<http://bookriot.com/2011/10/18/what-is-social-reading/>>.

PÊCHEUX, Michel. El extraño espejo del análisis de discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. Análisis del discurso político (el discurso comunista dirigido a los cristianos). Tradução de María del Carmen Saint-Pierre. **Langages**, n.62, jun. 1981. Disponível em: <<http://www.magarios.com.ar/courtine.htm>>.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.19, p.7-24, jul./dez. 1990.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.311-319.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a. p.55-65.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999a. p. 49-57.

_____. Sobre os contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. **Escritos**, Campinas, n. 4, 1999b.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p.49-59.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação. (A Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a. p. 227-230.

_____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011b. p.141-150.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011c. p. 63-75.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011d. p.151-161.

_____. Análise de Discurso e Informática. Tradução de Cristiane Dias. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011e. p.275-282.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages**, n.37, p.7-80, 1975.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n.33, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=s0873-65292000000200007&script=sci_arttext>.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p.101-122.

RAMAL, Andrea Cecília. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RASIA, Gesualda dos Santos. Considerações acerca do letramento digital. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discursos em Rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária- UFPE, 2011. p. 79-93.

RECUERO, Raquel. Fluxos de Informação e Capital Social nos Weblogs: Um estudo de caso na blogosfera brasileira. In: STEFFENS, César; POZENATO, Kenia M. (Orgs.). **Mídia, cultura e contemporaneidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. p. 117-142. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/artigos/livroucsrecuero.pdf>>.

_____. O capital social em rede: como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea- Revista de comunicação e cultura**, v.10, n.3, p.597-617, set./dez. 2012.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Tradução de Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

ROBIN, Régine. L'Analyse du Discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu. **Langages**, n.81, p.121-128, 1986.

ROBREDO, Jaime. Epistemologia da Ciência da Informação revisitada. In: ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/ENAN130.pdf>>.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. De areia e de silício: as tramas do discurso no livro eletrônico. **Espéculo**, Madrid, n.31, 2005. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero31/silicio.html>>.

_____. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **Delta**, São Paulo, v. 22, n.2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 set. 2010.

_____. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa**: arquivo e acontecimento e(m)discurso. São Carlos: Pedro e João, 2011a.

_____. O fora da rede: (co-mando de) arquivos no Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELLA-SILVA, Silmara. (Orgs.). **Arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011b. p.141-149

_____. Fios de grito na rede: navega-dores (d)enunciam o extermínio. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. (Orgs.). **Discurso e...**: Ideologia, Inconsciente, Memória, Desejo, Movimentos sociais, Cinismo, Corpo, Witz, Rede eletrônica, Língua materna, Poesia, Cultura, Mídia, Educação, Tempo, (Homo) sexualidade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012a. p.113-130.

_____. Rios de dizer: foz e nascente nas tramas da linguagem. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda C. Silveira; FERRAREZI, Ludmila (Orgs.). **Cadernos do E-l@dis**. São Carlos: Pedro & João, 2012b.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa Romão; BENEDETTI, Cláudia Regina. A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico. **Verso e Reverso**, ano XXII, n.49, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoeverso/article/view/5757/5215>>. Acesso em: 4 jul. 2010.

ROSNAY, Jöel de. Memória em rede e intercriatividade. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.35-51.

ROUET, Jean-François. Enseigner la lecture par ou pour l'ordinateur? In: ROUET, Jean-François; GERMAN, Bruno; MAZEL, Isabelle (Orgs.). **Lecture et technologies numériques**: enjeux et défis des technologies numériques pour l'enseignement et les pratiques de lecture. Paris: CNPD, 2007a. p.131-143.

ROUET, Jean-François. La lecture hypertextuelle. In: ROUET, Jean-François; GERMAN, Bruno; MAZEL, Isabelle (Orgs.). **Lecture et technologies numériques**: enjeux et défis des technologies numériques pour l'enseignement et les pratiques de lecture. Paris: CNPD, 2007b. p.69-88.

_____. Pour un développement maîtrisé des technologies numériques en éducation: Synthèse et recommandations. In: ROUET, Jean-François; GERMAN, Bruno; MAZEL, Isabelle (Orgs). **Lecture et technologies numériques**: enjeux et défis des technologies numériques pour l'enseignement et les pratiques de lecture. Paris: CNPD, 2007c. p.231-240.

_____. Les spécificités de la lecture numérique. Entrevista concedida a Marion Carbillet e Noël Uguen. **Doc pour Docs**, 21 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.docpourdcs.fr/spip.php?article528>>.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. **Obra completa**. Introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

SABBATINI, Renato Marcos Endrizzi. **Qual é o futuro do livro?** Campinas, SP: Núcleo de Informática Biomédica da Universidade Estadual de Campinas, out. 2000. p.1-12. Disponível em: <http://www.sabbatini.com/renato/papers/Qual_E_Futuro_Livro.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Os espaços líquidos da cibermídia. **E-Compós**, v.2, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/26/27>>. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Os espaços líquidos da cibermídia. In: MATUCK, Artur; ANTONIO, Jorge Luiz. (Orgs.). **Artemídia e cultura digital**. São Paulo: Musa Editora, 2008.

SANTOS, Gildenir. Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Editora Átomo, 2003.

SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHIECK, Mônica. Flash Mob: da interação à intervenção urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/59438962644141007458406111809361572904.pdf>>.

SHEEHAN, Kate. **The ebook Revolution**: a primer for librarians on the front lines. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2012.

SIBILIA, Paula. Em busca da aura perdida: espetacularizar a intimidade para ser alguém. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0**: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 241-260.

SILVA, Adriana de Souza e. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. In: ARAÚJO, Denize Correa (Org.). **Imagem (ir)realidade:** comunicação e cibermédia. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.21-51.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Coord.). **A leitura nos oceanos da internet.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Humberto Luís Rodrigues da. **A comunidade metálica portuguesa no ciberespaço:** Da comunidade física à comunidade online. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

SILVA, Obdália. S. F. **Nos labirintos da Web:** possibilidades de leitura e produção textual nos cenários digitais. 2006. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.obdalia.pro.br/>>. Acesso em: 10 maio 2009.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a Internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discursos em rede:** práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p.19-45.

SILVEIRA, Verli F. Petri. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Letras**, n.21, 2000. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r21/13_verli_silveira.pdf>.

SOUCHIER, Emmanuël. **Quand les mnémotechnologies questionnent notre mémoire.** 13 jun. 2003. Não paginado. Disponível em: < http://www.boson2x.org/article.php3?id_article=78 >.

SPYER, Juliano. **Conectado:** o que a internet fez com você e o que você não pode fazer com ela. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

TORRES, Juliana Cutolo. Cyborgcracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais. In: DI FELICE, Massimo. (Org.). **Do público para as redes:** a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p.227-285.

TRIVINHO, Eugênio. Visibilidade mediática e violência transpolítica na cibercultura: condição atual da repercussão social-histórica do fenômeno glocal na civilização mediática avançada. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0:** Participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 209-239.

VANDENDORPE, Christian. Quelques question clés que pose la lecture sur écran. In: BÉLISLE, Claire. (Org.). **Lire dans un monde numérique.** Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2011. p. 50-66.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **A genealogia do virtual:** comunicação, cultura e tecnologia do imaginário. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.216-238.

VIRILIO, Paul. O resto do tempo. **Famecos**, n.10, jun.1999.

_____. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.90-104.

VOGT, Carlos. Tecnologia e contemporaneidade. **Com Ciência**, n.131, 10 set. 2011.
Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=70&id=873>>.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, Luís Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 1.,2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/AnaZandwais.pdf>>.

_____. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Santa Maria: UFSM, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Arquivo jurídico e a exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de. **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005.p. 93-115.

REFERÊNCIAS DO CORPUS DE ANÁLISE

I) Páginas do Facebook:

BOOKCROSSING BLOGUEIRO. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/464278640310039/>>.

CIRANDA DO LIVRO DE ASSIS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cirandadolivro.assis> >.

_____. **Facebook**, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cirandadolivro.assis>>.

DESCOLANDO IDEIAS. **Facebook**, 19 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/descolandoideias/posts/459442194092638>>.

ESQUEÇA UM LIVRO. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EsquecaUmLivroOficial>>.

_____. **Facebook**, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EsquecaUmLivroOficial>>.

LEITURA A DOIS. **Facebook**, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/leituraadois/info>>.

LEITURA ALIMENTA. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LeituraAlimenta/info>>.

LEITURA AO CUBO. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LeituraAoCubo>>.

LEITURA ONLINE. **Facebook**, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhosuteis12>>.

LEITURAMA. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/LeituraAMA/132660890216245>>.

LER LIVROS ONLINE. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LerLivrosOnline/info> >.

LIBERAÇÃO MASSIVA DE LIVROS. **Facebook**, 2011. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/240169579329637/?source=1>>.

LIVROS À SOLTA. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Livros-%C3%A0-Solta/187155921490726>>.

LIVROS COLETIVOS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LivrosColetivos>>.

LIVROS DE ROMANCE. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/livrosderomance>>.

LIVROS E ATITUDES. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LivroseAtitudes>>.

LIVROS GRÁTIS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/livrosgratis/info?v=info>>.

LIVROS NAS PRAÇAS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/LivrosNasPracas>>.

LIVROS S.A. **Facebook**, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/livrariaosasco>>.

LIVROS SÓ MUDAM PESSOAS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/livrosepessoas?ref=ts&fref=ts>>.

MOVIMENTO BIBLIOTECAS LIVRES. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/BibliotecasLivres?ref=ts&fref=ts>>.

O BECO DOS LIVROS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OBecoDosLivros?ref=ts&fref=ts>>.

RECICLA LEITORES. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/reciclaleitoresfan/Info>>.

SKOOB NEWS. **Facebook**, 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/skoobnews>>

II) *Blogs*:

ABANDONANDO LIVROS. [**Apresentação**]. 2014. Disponível em: <<http://abandonandolivros.blogspot.com.br/>>

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CARANGUEJO TABAIARES. **Leitura compartilhada com jovens nas noites da BCCT**, 29 abr. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecacomunitariact.blogspot.com.br/>>.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SÍTIO VANESSA. **Como montar uma biblioteca livre-comunitária**. 13 fev. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadositio.blogspot.com.br/2012/02/como-montar-uma-biblioteca-livre.html>>.

_____. **Leia, empreste ou devolva**. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadositio.blogspot.com.br/2013/04/leia-empreste-ou-devolva.html>>.

BIBLIOTECA LIVRE POTE DE MEL. **Lema da Biblioteca Livre Pote de Mel**. 2013. Disponível em: <bibliopote.com/lema-da-biblioteca-livre-pote-de-mel/>.

BICICLOTECA. A gente reconhece o valor das ações de uma empresa não pelo que ela vale na Bolsa de Valores, mas pelas ações que ela faz para sociedade. 8 out. 2011.

Disponível em: < <http://biciclotecas.wordpress.com/2011/10/08/a-gente-reconhece-o-valor-das-acoes-de-uma-empresa-nao-pelo-que-ela-vale-na-bolsa-de-valores-mas-pela-acoes-que-ela-faz-na-sociedade/>>

_____. **O Centro Cultural Bicicloteca precisa de você.** 18 set. 2012. Disponível em: <<http://biciclotecas.wordpress.com/2012/09/18/o-centro-cultural-bicicloteca-precisa-de-voce>>.

BIBLIOTECAS DO BRASIL. Leia, empreste ou devolva. 16 abr. 2013a. Disponível em: < <http://www.bibliotecasdobrasil.com/2013/04/leia-empreste-ou-devolva.html>>.

_____. **Livro de Rua no Parque Gabriel Chucre em Carapicuíba/ SP.** 21 ago. 2013b. Disponível em: <www.bibliotecasdobrasil.com/2013/08/livro-de-rua-no-parque-gabriel-chucre.html>.

_____. **A arte de deixar os livros livres.** 27 jan. 2014a. Disponível em: <<http://www.bibliotecasdobrasil.com/2014/01/a-arte-de-deixar-os-livros-livres.html>>.

_____. **Livros livres no Gramado do Parque Gomm, Curitiba/PR.** 3 fev. 2014b. Disponível em: < <http://www.bibliotecasdobrasil.com/2014/02/livros-livres-no-gramado-do-parque-gomm.html>>.

CEM ANOS DE LITERATURA. Projeto um conto por dia. 6 jan. 2013. Disponível em: <<http://cemanosdeliteratura.blogspot.com.br/2013/01/projeto-um-conto-por-dia.html>>.

FREGUESIA DO LIVRO. Alessandro e Livros e Afins- inspirações sobre doar livros e criar pontos de leitura. 15 abr. 2013. Disponível em: <<http://freguesiadolivro.wordpress.com/>>.

LABORATÓRIO DE LEITURA MONSENHOR ANTÔNIO RAIMUNDO DOS ANJOS. Muito bom diaa minha gente!! 15 nov. 2012. Disponível em: <mediandoleitores.blogspot.com.br>.

LER, REFLETIR, COMPARTILHAR... Resenha dupla: O Morro dos Ventos Uivantes, Emily Brontë. 8 fev. 2013. Disponível em: <<http://ler-refletir-compartilhar.blogspot.com.br/>>.

LER É 10- LEIA FAVELA. Sonho de Consumo. 22 ago. 2011. Disponível em: <<http://leredezleiafavela.blogspot.com.br/2011/08/sonho-de-consumo.html>>.

LER É SONHAR. O que eles disseram. 14 dez. 2010. Disponível em: < <http://lersonhar.blogspot.com.br/2010/12/o-que-eles-disseram.html>>.

LIVROS E AFINS. Livro não é enfeite. 28 set. 2011. Disponível em: < <http://livroseafins.com/livro-nao-e-enfeite/>>.

LUZ DE LUMA. **Vem aí a 5ª edição do BookCrossing Blogueiro**. 2012. Disponível em: <<http://luzdeluma.blogspot.com.br/2012/10/vem-ai-5-edicao-do-bookcrossing.html>>.

MAESTRO CARLOS GOMES. **Campinas sem biblioteca**. 5 fev. 2011. Disponível em: <<http://maestrocarlosgomes.blogspot.com.br/2011/02/campinas-sem-biblioteca.html>>.

MOVIMENTO ATIVISTA. **A formação do leitor literário na escola**. 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://movimentoativista.blogspot.com.br/2013/06/a-formacao-do-leitor-literario-na.html>>.

POR UMA BOA LEITURA. # **Papo literário // E-book versus livro físico, quem ganha?** 6 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.porumaboaleitura.com.br/2013/08/papo-literario-e-books-versus-livro.html>>.

RELEITURA- Bibliotecas Comunitárias em Rede. **Mais uma igreja?** 2011. Disponível em: <<http://releiturape.wordpress.com/2011/08/06/mais-uma-igreja/>>.

III) Páginas do Skoob:

COLEÇÃO DE FRASES & TEXTOS INESQUECÍVEIS. **Skoob**. 2013. Disponível em: <www.skoob.com.br/grupo/313-colecao-de-frases-e-trechos-inesqueciveis>.

LEITORES POBRES. **Skoob**. 2013. Disponível em: <www.skoob.com.br/grupo/3011>.

LEITURA SILENCIOSA. **Skoob**. 2010. Disponível em: <www.skoob.com.br/topico/mostrar/2718>.

LIVRO VIAJANTE. **Skoob**. 2012. Disponível em: <<http://www.skoob.com.br/topico/mostrar/19912>>.

QUANDO VI VOCÊ II. **Skoob**. 2013. Disponível em: <www.skoob.com.br/livro/367952-quando-vi-voce-ii>.

IV) Páginas do Tumblr

A FANTÁSTICA BIBLIOTECA. **Tumblr**, 2013. Disponível em: <afantasticabiblioteca.tumblr.com/>.

CLUBE DE LEITURA. **Tumblr**, 2011. Disponível em: <<http://clubedeleitura.tumblr.com/>>.

PROJETO ESQUEÇA UM LIVRO. **Tumblr**, 2014. Disponível em: <<http://projeto esqueca um livro.tumblr.com/>>.

V) Páginas do Twitter

ENTRE LEITORES. **Twitter**, 2014. Disponível em: < https://twitter.com/EntreLeitores_>.

JOZI DOS LIVROS. **Twitter**, 13 dez. 2009. Disponível em: <<https://twitter.com/Jozi doslivros>>.

_____. **Twitter**, 4 jan. 2010. Disponível em < <https://twitter.com/jozidoslivros>>.

LEITOR COMPARTILHADO. **Twitter**, 8 mar. 2013. Disponível em: <<https://twitter.com/LeitorCompartil>>.

SKOOB. **Twitter**, 2013. Disponível em: <<https://twitter.com/skoobnews/status/322031239529893888>>

VI) Outros sites:

BOOKCROSSING BRASIL. **Sobre o Bookcrossing**. 2013. Disponível em: < <http://www.bookcrossing.com.br/>>.

CLUBE DA LEITURA. **Membros**. 2013. Disponível em: <<http://www.clubedaleitura.pt/>>.

E-BOOKS GRÁTIS. **Campanha nasce no Twitter e chega às ruas do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://ebooksgratis.com.br/informacao-e-cultura/cidadania-doe-um-livro-no-natal-doeumlivro/>>.

ESTANTE VIRTUAL. **Ler com Prazer**. 2013. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/lercomprazer/#6>>.

FAVELA É ISSO AÍ. **Notícias**. 2013. Disponível em: <<http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=75>>.

INSTITUTO ECOFUTURO. 2013. **Dia Nacional da Leitura**. Disponível em: <<http://www.ecofuturo.org.br/diadaleitura/comoparticipardnl>>

LIVRO DE RUA. **O projeto**. 2013. Disponível em: < <http://livroderua.com/> >.

LIVRO LIVRE. **Apresentação**. 2012. Disponível em: < <http://www.livrolivre.art.br/>>.

PROJETO Bookcrossing incentiva a leitura em Blumenau. **Bookcrossing Brasil**. 29 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.bookcrossing.com.br/noticias/projeto-bookcrossing-incentiva-a-leitura-em-blumenau/>>.

T-BONE. **Biblioteca popular**. c2014. Disponível em: <<http://www.t-bone.org.br/index.php/t-bone-cultural/biblioteca-popular/>>.